

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019

 **TRT-7ª REGIÃO**
Ceará





Ficha Técnica

Participaram da elaboração deste Relatório de Atividades todas as secretarias e unidades específicas e singulares integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7). Ele é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas.

PRESIDENTE DO TRT7

Desembargador do Trabalho Plauto Carneiro Pôrto

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Secretário-Geral da Presidência

Fernando Antonio de Freitas Lima

Seção de Memória

Claudia Giovana Lopes Silva

APOIO TÉCNICO

Secretária de Gestão Estratégica

Patricia Cabral Machado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Diretor de Comunicação Social

Hugo Cardim

Estagiária de *Design*

Marcilene Damasceno de Araújo



MENSAGEM DO
PRESIDENTE

5

COMPOSIÇÃO DO
TRIBUNAL

7

TRT EM FOCO
.....

10

PRESIDÊNCIA
.....

15

VICE-PRESIDÊNCIA
.....

19

CORREGEDORIA
REGIONAL

20

PROGRAMAS
NACIONAIS

22

AÇÕES DE
SUSTENTABILIDADE
.....

25

OBJETIVOS
ESTRATÉGICOS

28

CEJUSC
.....

42

DIRETORIA-GERAL
.....

43

GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA

45

GESTÃO DE
PESSOAS

50

COMUNICAÇÃO
SOCIAL

63

SAÚDE E QUALIDADE
DE VIDA

53

SEGURANÇA
PATRIMONIAL E DE
AUTORIDADES

66

GESTÃO DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS

55

GESTÃO DOCUMENTAL
E DA MEMÓRIA

69

GESTÃO PATRIMONIAL
.....

56

ESCOLA JUDICIAL -
CAPACITAÇÃO DE
MAGISTRADOS E
SERVIDORES

72

GESTÃO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO
.....

59

AUDITORIA
INTERNA

74

Mensagem do Presidente

Desembargador do Trabalho Plauto Carneiro Pôrto



Apresento aos Desembargadores do Trabalho componentes do Tribunal Pleno desta Corte, Magistrados do Trabalho, integrantes do Ministério Público do Trabalho/7ª Região, servidores, advogados, jurisdicionados e à Sociedade Civil em geral, o “Relatório Anual de Atividades do TRT/7ª Região - Ano Base 2019”, em atendimento ao Princípio Constitucional da Publicidade (Art. 37, *caput*, CF/88), e ao que preceitua o art. 34, inciso XXXIX, do Regimento Interno deste E. Regional.

O Relatório elenca as mais relevantes ações/acontecimentos ocorridos ao longo do último ano, envolvendo os diversos segmentos deste Tribunal, tendo sempre como norte o alcance de uma gestão caracterizada pela eficiência, transparência e pela responsabilidade orçamentária, capaz de possibilitar a entrega da prestação jurisdicional de excelência.

No campo das honrarias e distinções alcançadas, merece especial menção o reconhecimento da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho quanto a ter sido o TRT/7ª Região o primeiro Regional do País a migrar todo o acervo de processos físicos para o Processo Judicial Eletrônico, obtendo, assim, o “Selo 100% Pje”. Outra atuação de destaque: obteve, em 13 de junho de 2019, no “II Encontro

Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário”, promovido pelo CNJ, o troféu de 1º lugar na Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, na Categoria “Valorização e Ambiente de Trabalho”, pelo projeto denominado “Aplicação de Abordagens Ágeis de Gestão na Seção de Folha de Pagamento”, concorrendo com outros 89 projetos dos mais diversos Tribunais do País. O TRT7 ocupou ainda, em julho de 2019, posição de destaque (7º lugar) no *ranking* de todas as instituições do Poder Judiciário, que reúne boas práticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Relevo merece também o esforço desenvolvido na otimização dos fluxos procedimentais, por meio da edição de normativos que implicaram agilização de diversos processos administrativos, notadamente aqueles de aposentadoria de servidores, abono de permanência, averbação de tempo de serviço e pensões, que obtiveram significativo incremento em suas finalizações.

As promoções de Juizes Titulares de Vara a cargos de Desembargador do Trabalho, com a posse dos Desembargadores do Trabalho Paulo Régis Machado Botelho e Judicael Sudário de Pinho, bem como as remoções de Juizes do

Trabalho, internas e de outros Regionais, com a posse de 2 (dois) novos Juizes do Trabalho Substitutos, os Drs. Adalberto Ellery Barreira Neto e Rafael de Souza Carneiro, também mereceram particular atenção, mediante a agilização de todos esses procedimentos, em respeito ao primado da eficiência. O procedimento de remoção interna de servidores, anseio antigo da categoria, também foi contemplado, tudo em observância aos princípios da Impessoalidade e Transparência.

Na esfera judicial, sobreleva destacar o desenvolvimento, pela Secretaria de Gestão Estratégica, de diversas ferramentas e projetos de auxílio na coleta de dados e de incremento de desempenho, dentre os quais se destacam o Projeto “Gestão à Vista”, que objetiva disponibilizar visualizações gráficas e de dados de desempenho do TRT7, facilitando a gestão processual das unidades judiciais no que concerne ao acompanhamento das metas, impactando na velocidade de processamento, análise e obtenção de dados, possibilitando, assim, a coleta de elementos fidedignos de atuação.

Releva destacar ainda a implantação do Sistema de Gestão de Precedentes que permite a padronização e gestão de procedimentos judiciais decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil (CPC), no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como o envio de informações para alimentação do Banco Nacional do CNJ, em concordância com a Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016.

Ainda na esfera judicial, vale lembrar a primeira vez que o Fórum Aufran Nunes sediou uma sessão ordinária do Pleno do TRT/CE, com a participação de 12 Desembargadores do Trabalho, membro do Ministério Público do Trabalho e de Juiz Convocado.

No campo dos indicadores e metas, os resultados de 2019 também foram bastante expressivos, refletindo um cenário de pleno cumprimento de dez dentre as treze metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional do TRT7, representando aproximadamente 80% de desempenho positivo. O desempenho acima retratado impactou também positivamente no aprimoramento da Governança Institucional do Órgão.

No âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação, 5 novas versões do sistema de Processo Judicial Eletrônico foram instaladas em 2019 e também restou concluída a implantação do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) executou mais de 4 milhões de reais entre investimentos e custeio, o que representa 84,1% do orçamento total disponibilizado. Das 22 metas presentes do planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o período de 2015-2020, em 2019, 11 foram atingidas e 3 não atingidas com diferença menor que 10%. Na autoavaliação de Governança e Gestão de TIC, promovida pelo CNJ (IGOVTIV-JUD) em 2019, houve um crescimento de 10% em relação a 2018, posicionando-se apenas 0,03 abaixo da classificação “aprimorado”, que deverá ser alcançada em 2020. Na área de segurança da informação, a conquista mais relevante é a estruturação do sistema de gestão de segurança da informação, bem como a análise de riscos de TIC.

No item gestão orçamentária e financeira, observou-se o primado da responsabilidade orçamentária, sendo oportuno destacar

que, no exercício de 2019, além da dotação inicial autorizada na LOA (R\$ 415.438.097,00), foram recebidos créditos suplementares da ordem de R\$ 43.421.986,00, perfazendo um total de dotação autorizada de R\$ 458.860.083,00. Desse montante, 92% foram destinados para o pagamento de despesas de pessoal e benefícios e os outros 8% destinados ao pagamento de despesas de investimento e custeio (outras despesas), sendo empenhados R\$ 449.262.486,34, liquidados R\$ 448.863.735,99 e pagas despesas no volume de R\$ 448.856.035,99, valor esse equivalente a 97,8% da dotação atualizada, representando, portanto, uma execução superior a do exercício de 2018 (96,25%).

Na área de Gestão de Pessoas, em virtude da limitação das despesas públicas por força da Emenda Constitucional 95/2016, não houve a reposição da força de trabalho na mesma proporção dos cargos que ficaram vagos. Foram providos em 2019 apenas 2 (dois) cargos de Analista Judiciário e 3 (três) cargos de Técnico Judiciário, e mais 1 (um) de Técnico Judiciário autorizado pelo OF.CSJT.GP.SG.SEOFI Nº 21/2019. Nada obstante, esforços foram empreendidos no sentido de qualificar o corpo funcional disponível, objetivando sua otimização.

Quanto aos projetos/programas de responsabilidade social, dentre as mais diversas iniciativas desenvolvidas, merecem destaque o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, o Programa do Trabalho Seguro, e o Projeto “Fada Madrinha”, este último compreendendo um conjunto de diretrizes e ações com a finalidade de promover a inserção no mercado de

trabalho dos estagiários que se desligaram do programa de estágio do Tribunal. O TRT7 foi também anfitrião, quando da assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica denominado Ecos do Ceará, que celebraram entre si oito instituições, a saber, TRT7, TJCE, UFC, TRE, PR-CE, JFCE, PRT7 e MP-CE, com objetivo de conjugação de esforços visando à implantação de Programas e Ações Interinstitucionais de Responsabilidade Socioambiental, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 da ONU.

Já no tema Acessibilidade, o Regional promoveu uma série de reformas estruturais ao longo do ano de 2019, objetivando a adequação de seus espaços físicos aos portadores de necessidades especiais, possibilitando o livre acesso de todos às suas dependências.

No que atine às parcerias com diversos Órgãos/Instituições, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e com a Faculdade Luciano Feijão, que tem como objetivo o desenvolvimento e a execução de projetos voltados para o atingimento dos objetivos estratégicos do TRT7. Outro Acordo de Cooperação Técnica foi celebrado entre o TRT7 e o TJCE, tendo como objeto a colaboração e cooperação recíproca entre os partícipes no campo da segurança institucional, visando ao aprimoramento das ações desenvolvidas pelo TRT para a segurança de seus magistrados, por meio do compartilhamento de recursos de tecnologia da informação e comunicação utilizados pelo TJCE para o monitoramento de magistrados.

Nos eventos de capacitação, houve a realização da IV Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, abordando aspectos relacionados à Reforma Trabalhista, o Congresso Internacional de Direito do Trabalho, cujo tema central foi “A Justiça do Trabalho no Brasil e no Mundo”, e a Semana de Formação Continuada dos Magistrados da Justiça do Trabalho do Ceará.

Por fim, e ainda em observância aos primados da transparência e da publicidade, houve em 2019 uma marcante atuação do TRT7 na divulgação de suas ações nas redes sociais (twitter, facebook etc.), produzindo a Divisão de Comunicação Social matérias e programas de rádio (Minuto do Trabalho) e de TV (Justiça do Trabalho) com foco na publicização dos serviços prestados pelo Tribunal em prol da sociedade.

Foram essas, portanto, e resumidamente, algumas das inúmeras atividades desenvolvidas ao longo do último ano (2019), aproveitando-me da oportunidade, já que este será o último relatório de atividades a ser apresentado por minha gestão, para expressar os meus mais sinceros agradecimentos a todos que compõem este E. Regional, e que tanto colaboram decisivamente para a consecução de sua relevante missão institucional.

PLAUTO CARNEIRO PÔRTO
Presidente do Tribunal



Desembargador do Trabalho
Plauto Carneiro Pôrto
Presidente



Desembargadora do Trabalho
Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Vice-Presidente



Desembargador do Trabalho
Emmanuel Teófilo Furtado
Corregedor Regional



Desembargador do Trabalho
José Antonio Parente da Silva
Decano do Tribunal



Desembargador do Trabalho
Cláudio Soares Pires



Desembargadora do Trabalho
Maria José Girão
Vice-Diretora de Escola Judicial



Desembargadora do Trabalho
Maria Roseli Mendes Alencar



Desembargador do Trabalho
**Francisco Tarcísio Guedes
Lima Verde Júnior**
Diretor da Escola Judicial



Desembargador do Trabalho
Jefferson Quesado Júnior



Desembargador do Trabalho
**Durval César de Vasconcelos
Maia**



Desembargadora do Trabalho
**Fernanda Maria Uchoa de
Albuquerque**
Ouvidoria-Geral



Desembargador do Trabalho
**Francisco José Gomes da
Silva**
Ouvidor-Geral Substituto



Desembargador do Trabalho
**Paulo Régis Machado
Botelho**



Desembargador do Trabalho
Judicael Sudário de Pinho

JUÍZES TITULARES DAS VARAS DO TRABALHO

1ª VARA DO TRABALHO

Juiz José Maria Coelho Filho

2ª VARA DO TRABALHO

Juiz Rafael Marcílio Xerez

3ª VARA DO TRABALHO

Juiz Germano Silveira de Siqueira

4ª VARA DO TRABALHO

Juiz Maria Rosa de Araújo Mestres

5ª VARA DO TRABALHO

Juiz Rossana Raia dos Santos

6ª VARA DO TRABALHO

Juiz Milena Moreira de Sousa

7ª VARA DO TRABALHO

Juiz Francisco Antônio da Silva Fortuna

8ª VARA DO TRABALHO

Juiz Konrad Saraiva Mota

9ª VARA DO TRABALHO

Juiz Francisco Gerardo de Souza Júnior

10ª VARA DO TRABALHO

Juiz Ivânia Silva Araújo

11ª VARA DO TRABALHO

Juiz Ana Luíza Ribeiro Bezerra

12ª VARA DO TRABALHO

Juiz Antonio Teófilo Filho

13ª VARA DO TRABALHO

Juiz Sinézio Bernardo de Oliveira

14ª VARA DO TRABALHO

Juiz Suyane Belchior Paraíba de Aragão

15ª VARA DO TRABALHO

Juiz João Carlos de Oliveira Uchôa

16ª VARA DO TRABALHO

Juiz Aldenora Maria de Souza Siqueira

17ª VARA DO TRABALHO

Juiz José Henrique Aguiar

18ª VARA DO TRABALHO

Juiz Carlos Alberto Trindade Rebonatto

VARA DO TRABALHO DE ARACATI

Juíza Rosa de Lourdes Azevedo Bringel

VARA DO TRABALHO DE BATURITÉ

Juíza Lena Marcílio Xerez

1ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI

Juíza Regiane Ferreira Carvalho Silva

2ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI

Juiz Eliude dos Santos Oliveira

3ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI

Juiz Clóvis Valença Alves Filho

1ª VARA DO TRABALHO DE CAUCAIA

Juiz Antônio Gonçalves Pereira

2ª VARA DO TRABALHO DE CAUCAIA

Juiz Hermano Queiroz Junior

VARA DO TRABALHO DE CRATEÚS

Juíza Daniela Pinheiro Gomes Pessoa

VARA DO TRABALHO DO EUSÉBIO

Juíza Laura Anísia Moreira de Sousa Pinto

VARA DO TRABALHO DE IGUATU

VAGO

VARA DO TRABALHO DE LIMOEIRO DO NORTE

Juíza Christianne Fernandes Carvalho Diógenes Ribeiro

1ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ

Juiz Rossana Talia Modesto Gomes Sampaio

2ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ

Juiz Mateus Miranda de Moraes

VARA DO TRABALHO DE PACAJUS

Juiz Kelly Cristina Diniz Porto

VARA DO TRABALHO DE QUIXADÁ

Juiz Marcelo Lima Guerra

VARA DO TRABALHO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Juiz Fernanda Monteiro Lima Verde

1ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL

Juíza Camila Miranda de Moraes

2ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL

Juiz Lucivaldo Muniz Feitosa

VARA DO TRABALHO DE TIANGUÁ

Juiz Lúcio Flávio Apoliano Ribeiro

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Juiz Fabrício Augusto Bezerra e Silva

Juiza Gláucia Maria Gadelha Monteiro

Juiz André Esteves de Carvalho

Juíza Kaline Lewinter

Juiz Jaime Luis Bezerra Araújo

Juíza Daiana Gomes Almeida

Juíza Naira Pinheiro Rabelo de Alencar

Juiz Ronaldo Solano Feitosa

Juiz Jammyr Lins Maciel

Juiz Antônio Célio Martins Timbó Costa

Juíza Karla Yacy Carlos da Silva

Juiz Ney Fraga Filho

Juiz Raimundo Dias de Oliveira Neto

Juiz Fábio Melo Feijão

Juiz Rafaela Queiroz de Sá e Benevides

Juiz Tiago Brasil Pita

Juíza Ana Paula Barroso Sobreira

Juíza Taciana Orlovicin Gonçalves Pita

Juiz André Braga Barreto

Juiz Carlos Leonardo Teixeira Carneiro

Juíza Raquel Carvalho Vasconcelos Sousa

Juíza Luciana Jereissati Nunes

Juíza Ana Caroline Bento Maciel Freitas

Juíza Manuela de Albuquerque Viana

Juiz Jean Fábio Almeida de Oliveira

Juiz Mauro Elvas Falcão Carneiro

Juíza Rafaela Soares Fernandes

Juíza Maria Rafaela de Castro

Juíza Jorgeana Lopes de Lima

Juiz Adalberto Ellery Barreira Neto

Juiz Rafael de Souza Carneiro



18/01/2019 - Cerimônia de posse do Desembargador Paulo Régis Machado Botelho



13/03/2019 - Comemoração do Dia Internacional da Mulher na sede do TRT/CE



23/01/2019 - Janeiro Branco: palestra "Suicídio: conhecer para prevenir"



22.03.2019 - Lançamento oficial do Projeto Fada Madrinha, no Fórum Autran Nunes



23/04/2019 - Encontro aborda o Dia Mundial de Conscientização do Autismo



23/05/2019 - Reforma Trabalhista é debatida por magistrados durante a 4ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho



10/05/2019 - Comemoração do Dia das Mães da Justiça do Trabalho do Ceará



25/07/2019 - Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, visita o TRT/CE



13.08.2019 - TRT/CE realiza primeira sessão de julgamentos da Seção Especializada II



06/09/2019 - Primeira sessão do Pleno do TRT/CE no Fórum Autran Nunes



19/08/2019 - Abertura da Semana Nacional de Aprendizagem com a exposição "Guia do Jovem Aprendiz", no Shopping RioMar Kennedy



28/08/2019 - Projeto Integrar visita a Vara do Trabalho de Pacajus



02/10/2019 - Equipe Técnica visita a Universidade Federal do Ceará (UFC)



04/10/2019 - Cerimônia de Ratificação de Posse do Desembargador do Trabalho Juícael Sudário de Pinho



15/10/2019 - Projeto Odisseias Literárias promove roda de conversa com psicóloga por ocasião do Outubro Rosa



14/11/2019 - Justiça do Trabalho do Ceará inaugura espaço próprio para guarda e conservação de processos arquivados



19/11/2019 - Ministro do TST participa da Semana de Formação de Magistrados da Justiça do Trabalho do Ceará



06/12/2019 - Entrega da Medalha da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho



13/12/2019 - Coral Sétima Voz inovou trazendo crianças para cantar na Confraternização de Natal do TRT



17/12/2019 - Natal Solidário na Associação dos Catadores do Jangurussu encerra os eventos natalinos do TRT/CE de 2019

Ao longo de 2019, a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região concentrou esforços em atividades destinadas a promover uma Administração transparente e participativa, fomentando a integração e a colaboração entre as diversas unidades que compõem este E. Regional, objetivando o alcance da excelência na prestação jurisdicional.

Neste sentido, implementou o “Projeto Integrar”, que visitou, em 2019, 12 Varas do Trabalho da Região Metropolitana e do Interior do Estado, completando o ciclo de visitas a todas as Varas, aproximando representantes da Administração a magistrados, servidores e estagiários das unidades do Primeiro Grau da Justiça do Trabalho do Ceará. Dentro do mesmo objetivo, foi desenvolvido o denominado “Programa Administração Itinerante” que transferiu o expediente administrativo para as dependências do Fórum Autran Nunes, ali sendo recebidas diversas demandas/reivindicações das mais variadas instituições, tais como OAB/CE, ATRACE etc., bem como de Diretores de Vara e servidores. O “TRT7 Somos Todos Nós” também se insere nesta iniciativa, consistindo em uma série de vídeos nos quais o conjunto de servidores relata motivações, desafios e realizações ocorridas ao longo de sua jornada profissional.



Figura 1 Foto 1 - Cerimônia de Homologação de Acordo Judicial da Universidade Estadual do Ceará (UECE) com a presença do Procurador-geral do Ceará, Juvêncio Vasconcelos Viana; do Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana; do Presidente do TRT/CE, Desembargador do Trabalho, Plauto Carneiro Pôrto e do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Renato Lacerda Paiva.



Figura 2 Foto 2 - Projeto Integrar visita ao Fórum de Juazeiro do Norte

Foi criado, ainda, o Programa Qualidade de Vida, visando o comprometimento institucional com as ações estratégicas de desenvolvimento à promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, com o bem-estar individual e coletivo, físico, psicológico e social, com a prevenção de riscos à saúde e valorização do corpo funcional do TRT7.

O Orçamento da Justiça do Trabalho também foi apresentado e discutido com o conjunto de magistrados e servidores, mostrando o impacto das medidas que seriam adotadas em função da contenção de gastos, democratizando o acesso à informação.

Com foco na melhoria dos serviços prestados ao cidadão e na transparência, a Presidência disponibilizou a Carta de Serviços ao Cidadão. O documento tem por finalidade informar aos cidadãos os mais diversos serviços prestados pela Justiça do Trabalho, com os seus compromissos e padrões de atendimento, bem assim o modo de acessar e obter esses serviços. A Carta está estruturada de acordo com a natureza dos serviços em três tópicos: Serviços Processuais, Serviços de Comunicação, Informação e Pesquisa e Serviços de Apoio.

Quanto aos atos normativos editados, merecem especial atenção os seguintes:

- ▶ Ato Nº 8/2019 - Regulamenta, no âmbito do TRT7, o Sistema de Controle de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções Públicas e de Aposentadorias e dá outras providências;
- ▶ Ato Nº 11/2019 – Institui os procedimentos a serem adotados nos casos de extravios e/ou danos a bens públicos, que resultem em prejuízo de “pequeno valor”, a serem apurados mediante Termo Circunstanciado Administrativo (TCA,) no âmbito do TRT7 Região;
- ▶ Ato Nº 36/2019 – Regulamenta o procedimento para o cálculo e declaração do valor do Benefício Especial previsto na Lei Nº12.618, de 30 de abril de 2012, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Ato Nº 43/2019 – Institui o Selo “Acervo Histórico” do TRT7;
- ▶ Ato Nº 50/2019 – Institui o Comitê de Combate ao Assédio Moral no âmbito do TRT7;
- ▶ Ato Nº 65/2019 – Estabelece o fluxo de atendimento às demandas, determinações e recomendações de Órgãos Superiores do Poder Judiciário e de Controle Externo, decorrentes da atuação de suas unidades de controle interno ou de auditoria e de acompanhamento do cumprimento de suas decisões e normativos;
- ▶ Ato Nº 73/2019 – Regulamenta o Programa de Estágio de Estudantes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Ato Nº 89/2019 – Dispõe sobre a aplicação do Programa Médico-Hospitalar no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Ato Nº 94/2019 – Dispõe sobre o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Ato Nº 108/2019 – Aprova o Plano de Gestão de Riscos, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Ato Nº 117/2019 – Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Ato Nº 118/2019 – Regulamenta o processo seletivo de remoção interna no âmbito da Justiça do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências;
- ▶ Ato Nº 188/2019 - Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, o pagamento de passivos administrativos e dá outras providências;
- ▶ Ato Nº 191/2019 – Regulamenta os procedimentos referentes à concessão de licenças para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família e por acidente em serviço de magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

No que concerne ao fluxo dos processos administrativos, estes foram otimizados, notadamente os processos de aposentadoria de servidores, abono de permanência, averbação de tempo de serviço e pensões, que sofreram perceptível redução em suas tramitações.

No tocante ao pagamento de honorários periciais, impende destacar o volume de processos autuados em 2019: 2.544, e o total despachado pela Presidência para pagamento em 2019: 2.296, dos quais apenas 15% eram remanescentes de exercícios anteriores.

Foram essas, portanto, as ações dignas de registro, desenvolvidas pela Presidência do TRT7 ao longo do ano de 2019.



Figura 3 Imagem 1 - Selo Acervo Histórico instituído pelo Ato Nº 43/2019

PREMIAÇÕES

CNJ - PRÁTICAS EM GESTÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO

1º Lugar

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará recebeu, no dia 13 de junho de 2019, em Brasília (DF), o troféu de 1º lugar na Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, na categoria “Valorização e Ambiente de Trabalho”. A cerimônia de entrega aconteceu durante o II Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, ocorrido no Tribunal Superior do Trabalho. Tanto a premiação quanto o evento são promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto vencedor do TRT/CE, chamado Aplicação de Abordagens Ágeis de Gestão na Seção de Folha de Pagamento, é de autoria da servidora Thais Evangelista Brito e ficou à frente de outros 89 projetos de tribunais de todo o País inscritos na mesma categoria. O artigo descreve como a seção implementou estratégias relacionadas aos conceitos de Gestão Ágil e como a nova metodologia de trabalho repercutiu positivamente na produtividade e no clima organizacional dos servidores da unidade.



Figura 4 Foto 3 - Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário. Aloysio Corrêa da Veiga (conselheiro do CNJ), Sílvia Carneiro (Secretária de Gestão de Pessoas do TRT7), Neiara Frota (diretora-geral do TRT7), Thais Brito (servidora do TRT7 premiada), Ana Cristina Nogueira (diretora de Pagamento de Pessoal do TRT7) e Valdetário Monteiro (conselheiro do CNJ).

TST - SELO 100% PJe

1º Lugar

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) premiaram os 13 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) que conseguiram migrar a totalidade dos autos em tramitação nas suas unidades judiciárias para o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). O TRT do Ceará foi o primeiro do Brasil a concluir a tarefa, em agosto de 2019.

A premiação, ocorrida em Brasília (DF), foi criada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para incentivar os TRTs a migrarem rapidamente os autos físicos para o Sistema PJe, buscando a melhora da prestação jurisdicional.

As atividades de conversão no TRT7 foram coordenadas pelo Comitê de Implantação do Cadastro de Liquidação e Execução e pelo Comitê e-Gestão. Formados por magistrados e servidores, os comitês iniciaram os trabalhos em abril de 2016. Ao todo, foram convertidos cerca de 55 mil processos na Justiça do Trabalho cearense.



Figura 5 Foto 4 - Premiação SELO 100% PJe. Ministro Brito Pereira (TST), Desembargadores do Trabalho Plauto Pôrto e Emmanuel Furtado (presidente e corregedor-regional do TRT7, respectivamente), Neiara Frota (diretora-geral do TRT7) e ministro Lelio Corrêa (TST).

PRÊMIO FUNPRESP-JUD

3º Lugar

Em 6 de agosto, o TRT/CE recebeu o troféu de terceiro lugar no Prêmio Funpresp-Jud 2019, campanha de adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário, cujo objetivo foi incentivar o trabalho dos órgãos patrocinadores. A Justiça do Trabalho do Ceará concorreu na categoria de tribunais de médio porte. A entrega da premiação aconteceu na sede da Justiça Federal no Ceará (JFCE), no Centro de Fortaleza.

Conforme o regulamento do Prêmio, a adesão de um participante vinculado valia um ponto, enquanto a adesão de participante patrocinado valia dois pontos. No Grupo II, categoria em que o TRT/CE concorreu, em primeiro lugar ficou o TRT18 (GO), com 107 pontos; e em segundo lugar, ficou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com 96 pontos. A terceira colocação do TRT/CE foi conquistada com 80 pontos.



Figura 6 Foto 5 - Presidente do TRT/CE, Desembargador do Trabalho Plauto Pôrto, recebeu o troféu do Diretor-Presidente da Funpresp-Jud, Amarildo Oliveira. Acompanharam a premiação a Secretária de Gestão de Pessoas do TRT/CE, Sílvia Carneiro, e Diretora-geral do TRT/CE, Neira Frota.

Por meio da Portaria TRT7.GP nº 314/2018, a Vice-Presidência recebeu da Presidência, por delegação, a incumbência de despachar Recursos de Revista, Agravos de Instrumento em Recurso de Revista e Recursos Ordinários em ações originárias do TRT, bem como as petições avulsas nos processos de competência da Presidência.

RECURSO DE REVISTA - 2019		
CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS	QUANTIDADE	
INTERPOSTOS	4338	
Despachados	Admitidos	235
	Parcialmente admitidos	0
	Não admitidos	4052
	Total	4287
Taxa de admissibilidade	5,48%	
Pendentes (exceto suspensos ou sobrestados)	919	

AGRAVO DE INSTRUMENTO - 2019	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Interpostos	3389
Remetidos ao TST	3569

PRAZO MÉDIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE REVISTA DA CHEGADA DO PROCESSO NO ÓRGÃO COMPETENTE ATÉ A PROLAÇÃO DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE REVISTA - 2019

ÓRGÃO	PRAZO (DIAS)
TST	29,13

Tabela 1 - Ações Originárias

Remetidos ao TST

3569

Interpostos

3389

Figura 7 Gráfico 1 - AI

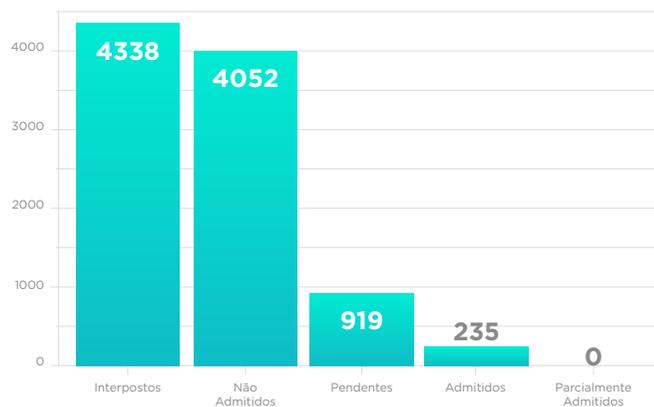


Figura 8 Gráfico 2 - RR interpostos despachados pendentes

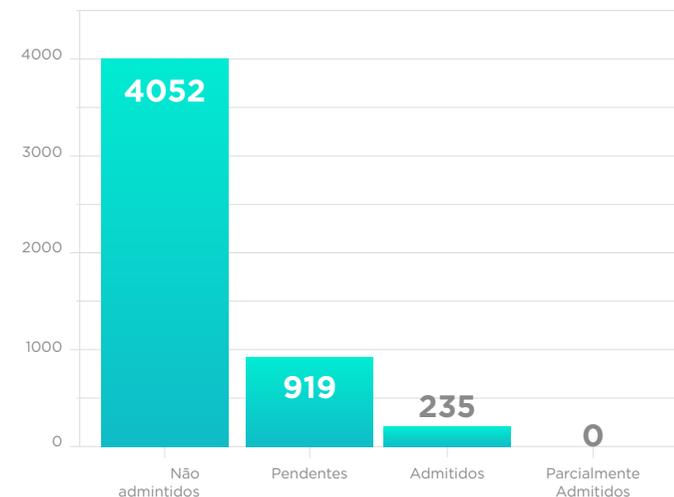


Figura 9 Gráfico 3 - RR interpostos despachados



Figura 10 Gráfico 4 - RR interpostos despachados

Correição Permanente

Esta Secretaria, em 2019, deu continuidade ao sistema de acompanhamento na movimentação das atividades nas unidades de 1ª instância, com a verificação mensal das atividades desenvolvidas pelas Varas, via sistema informatizado de acompanhamento processual - SPT1 e E-GESTÃO/SICOND. Assim como ocorre nas correições ordinárias, os dados disponíveis relativos ao acúmulo de processos e tempo médio de realização das tarefas nas Varas da capital e no interior foram mensalmente analisados e solicitadas as providências nos casos de congestionamentos detectados.

Participação em Projetos

Reuniu-se com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação deste Regional, visando ao aprimoramento do Sistema de Consulta a Dados Operacionais (SICOND), um projeto pioneiro de correição virtual, sem custos adicionais para o Tribunal, que inclusive está integrado ao Sistema PJe como programa satélite, e vem sendo utilizado por outros Tribunais Regionais do Trabalho.

A Corregedoria Regional deste Regional foi representada pelo Ilustríssimo Senhor Francisco Otávio Costa, Diretor de Secretaria da 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza, para compor a equipe de criação do Projeto Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - Wiki Nacional. Definido o conteúdo, o projeto Fluxo Nacional foi apresentado no encontro dos Corregedores em Aracaju, no mês de junho de 2018, e ficou sob a responsabilidade da Corregedoria-Geral do TST. Segundo o Secretário da Corregedoria do TRT-15 e coordenador do projeto, Vlademir Nei Suato, o projeto da Wiki Nacional é, principalmente, um projeto de gestão do conhecimento. “Uma busca para pegar as melhores práticas, o fluxo mais otimizado de procedimentos, de forma que o servidor consiga desenvolver qualquer procedimento a partir de um fluxo que já está desenhado”, destacou.

As páginas do ambiente Wiki são criadas de forma colaborativa, em constante expansão e aprimoramento, que visam reunir conhecimentos e experiências sobre um tema. No caso do Projeto Nacional do Fluxo Otimizado, a ideia é estabelecer fluxos de procedimentos do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em suas três fases, para unificar e otimizar o trabalho nas varas de todo país.

Acompanhamento das Metas Prioritárias do CNJ

Juntamente com a Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística, a Secretaria da Corregedoria realizou o acompanhamento das metas prioritárias do CNJ para o Poder Judiciário.

Auxílio à Prestação Jurisdicional

Destaque-se, por fim, que o Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional, Desembargador do Trabalho Emmanuel Teófilo Furtado, tendo detectado que alguns Juízes detinham elevado acervo de processos conclusos para julgamento, muitos dos quais com os prazos vencidos, e, de conformidade com recomendação do Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Lélío Bentes Corrêa, destacou servidores de seu Gabinete para prestarem auxílio a diversos Magistrados, referente à elaboração de minutas de despachos e de sentenças, para posterior conferência e publicação, tendo referida medida se mostrado sobremaneira eficaz para a melhoria da prestação jurisdicional.

Expedientes Internos

Reuniu-se com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação deste Regional, visando ao aprimoramento do Sistema de Consulta a Dados Operacionais (SICOND), um projeto pioneiro de correição virtual, sem custos adicionais para o Tribunal, que inclusive está integrado ao Sistema PJe como programa satélite, e vem sendo utilizado por outros Tribunais Regionais do Trabalho.

- ▶ Confeccionou e enviou para publicação 31 (trinta e um) editais referentes às Correições Ordinárias realizadas nas Varas do Trabalho da 7ª Região;
- ▶ Confeccionou e enviou para publicação 5 (cinco) editais de vinculação de juiz substituto;
- ▶ Elaborou e enviou para publicação 30 (trinta) Atas de Correições Ordinárias realizadas nas Varas Trabalhistas;
- ▶ Expediu e enviou para publicação 171 (cento e setenta e uma) portarias, das quais 11 (onze) são portarias mensais e 13 (treze) são portarias autorizando a participação de magistrados em cursos proporcionados pela Escola Judicial;
- ▶ Elaborou 11 (onze) planilhas de designação mensal de magistrados e 11 (onze) planilhas de designações mensais de rodízio de magistrados para as Varas do interior;
- ▶ Elaborou 13 (treze) Portarias de autorização de magistrados em cursos proporcionados pela Escola Judicial;
- ▶ Instruiu 20 (vinte) Pedidos de Providências;
- ▶ Instruiu 40 (quarenta) Reclamações Correicionais ou Correições Parciais;
- ▶ Instruiu 01 (uma) Reclamação Disciplinar;
- ▶ Instruiu 10 (dez) PROADs de promoção/remoção/convocação de magistrados
- ▶ Instruiu 6 (seis) PROADs de vinculação de magistrados

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS

UNIDADE	PERÍODO
CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS (CEJUSC)	29 e 30/01/2019
DIVISÃO DE EXECUÇÕES UNIFICADAS, LEILÕES E ALIENAÇÕES JUDICIAIS (DEULAJ)	31/01 a 01/02/2019
VARA DO TRABALHO DE BATURITÉ	05 a 07/02/2019
VARA DO TRABALHO DE LIMOEIRO DO NORTE	18 a 20/02/2019
VARA DO TRABALHO DE ARACATI	20 a 22/02/2019
VARA DO TRABALHO DE TIANGUÁ	11 a 13/03/2019
VARA DO TRABALHO DE CRATEÚS	20 a 22/03/2019
VARA DO TRABALHO DE QUIXADÁ	03 a 05/04/2019
VARA DO TRABALHO DE IGUATU	08 a 10/04/2019
VARA DO TRABALHO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	29 e 30/04 e 02/05/2019
1ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL	06 a 08/05/2019
2ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL	08 a 10/05/2019
1ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ	13 a 15/05/2019
2ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ	15 a 17/05/2019
VARA DO TRABALHO DE PACAJUS	27 a 29/05/2019
1ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	05 a 07/06/2019
2ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	17 a 19/06/2019
1ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI	23 a 26/07/2019
2ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI	23 a 26/07/2019
3ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI	23 a 26/07/2019
3ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	31/07 a 02/08/2019
4ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	05 a 07/08/2019
5ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	26 a 28/08/2019
6ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	02 a 04/09/2019
7ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	16 a 18/09/2019
8ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	23 a 25/09/2019
9ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	30/09 a 02/10/2019
10ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	14 a 16/10/2019
11ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	04 a 06/11/2019
12ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	11 a 13/11/2019

Tabela 2 - Correções Ordinárias Realizadas

COMISSÃO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO À APRENDIZAGEM

O TRT/CE entende que é responsabilidade de todos o combate e a erradicação de toda e qualquer forma de exploração de crianças e adolescentes.



Ações realizadas

Assumindo o compromisso e sua parte de responsabilidade neste tema, o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT/CE) busca sensibilizar e instrumentalizar os juízes do trabalho, seus servidores e o conjunto da sociedade cearense para, empenhando todos os esforços, reconhecer o trabalho infantil como grave forma de violação de direitos humanos e a aprendizagem como porta de entrada ao mundo do trabalho decente. A gestão regional do Programa no Ceará é composta pela desembargadora do Trabalho Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno e pela juíza do trabalho Karla Yacy Carlos da Silva.

AÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO INTERNO

NOME DO EVENTO	DATA DA REALIZAÇÃO (DIA/MÊS/ANO)
Palestra de Apresentação do Projeto Fada Madrinha.	22/03/2019
Editais do Regulamento do Prêmio Combate ao Trabalho Infantil TRT7	23 de abril
Prêmio Combate ao Trabalho Infantil TRT7	21 de maio
Mostra "Infância e Memórias - Despertando a Criança Interior" da artista plástica Lilly Suraty.	11/12/2019

Tabela 3 - Público Interno

AÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO EXTERNO	
NOME DO EVENTO	DATA DA REALIZAÇÃO (DIA/MÊS/ANO)
Abril Verde.	25/05/2019
Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil	Junho/2019.
4ª Semana Nacional da Aprendizagem.	19 a 23/08/2019
Ação Social na Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.	07 a 11/10/2019
Ação Social na Escola Municipal de Ensino infantil e Ensino Fundamental Professor Osmírio de Oliveira Barreto	Outubro/2019
Campanha de Sensibilização no Mês das Crianças.	Outubro/2019
Audiência Pública com o tema “Aprendizagem Profissional: Transformando Vidas.”	02/10/2019
Exposições “Um Mundo Sem trabalho Infantil” e “Toda Criança é Criança em Qualquer Lugar do Mundo”.	Outubro/2019
XI Encontro Estadual dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Ceará	27/11/2019
Ações Natalinas	Dezembro/2019
Ações Natalinas em parceria com a Ecosétima	17 /12/2019

Tabela 4 - Público Externo

DEMAIS AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA	
NOME DO EVENTO	DATA DA REALIZAÇÃO (DIA/MÊS/ANO)
Ofício ao TST/CSJT - Gestão Nacional da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil	24/01/2019
Visita institucional à Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.	11/02/2019
1ª Reunião Conjunta dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.	11/04/2019
Visita institucional à Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.	11/04/2019
Visita institucional ao Tribunal Regional Eleitoral.	13/05/2019
Visita institucional.	22/08/2019
Reunião das Gestoras Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e da Comissão de Apoio.	13/09/2019
Reunião dos gestores do Programa com a Comissão de Apoio.	Novembro/2019
Comemoração do Dia das Crianças promovido pelo Sindissétima	09/11/2019
Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.	20 a 21/11/2019
XI SIPAT EMI 2019	27/11/2019
Feira do Estudante Expo CIEE	28/11/2019
III Encontro Cearense de Adolescentes sobre Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.	22/11/2019
Solenidade em comemoração ao 32º Aniversário da Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará - APDMCE	02/12/2019

Tabela 5 - Demais Ações do Programa

COMISSÃO TRABALHO SEGURO

O Programa Trabalho Seguro é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. A gestão regional do Programa no Ceará é composta pelo Desembargador do Trabalho Francisco José Gomes da Silva e pelo juiz do trabalho Carlos Alberto Trindade Rebonatto.



Ações realizadas

AÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO EXTERNO	
NOME DO EVENTO	DATA DA REALIZAÇÃO (DIA/MÊS/ANO)
Abril Verde	25/04/19
Palestra "Assédio Moral e Sexual"	20/05/19
Palestra com o tema "Organização, Processo, Condições de Trabalho e Saúde - Ponto Eletrônico para Agentes Comunitários de Saúde-ACS/ Agente de Endemias-AE "	28/08/19
Palestra: "Trabalho Seguro".	19/09/19

Tabela 6 - Público Externo

DEMAIS AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA

NOME DO EVENTO	DATA DA REALIZAÇÃO (DIA/MÊS/ANO)
Campanha Janeiro Branco	23/01/19
Doação de squeezes	20/02/19
Doação de squeezes	22/03/19
Semana de Responsabilidade Social	Abril
Doação de Material Institucional	28/08/19
Doação de Material Institucional	19/09/19
Doação de Material Institucional	26/11/19
Doação de Material Institucional	27/11/19
Doação de Material Institucional	10/12/19
Doação de Material Institucional	12/12/19

Tabela 7 - Demais Ações do Programa

Ações de Responsabilidade Socioambiental - Comissão Permanente de Gestão Ambiental - ECOSÉTIMA -2019

A Comissão Permanente de Gestão Ambiental (CPGA) realizou no início de 2019 a Campanha Desapega: Doe seu tênis usado, com o objetivo de arrecadar tênis para os Catadores da Associação do Jangurussu- # ODS 10 - Redução das Desigualdades

A aludida Comissão fez também a Distribuição de *Squeeze* e Caneca (Fibra de Coco) para 24 trabalhadores terceirizados que prestaram Serviços de Pintura e Reforma nos Anexos do TRT7. Foi uma Ação de Sensibilização, onde se destacou a importância da não geração de resíduos e redução do lixo- #ODS 4 - Educação de Qualidade e #ODS 12 - Produção e Consumo Sustentável



Figura 11 Foto 6 - Palestras com funcionários terceirizados

Na Semana de Responsabilidade Social foi realizada a Campanha de Doação à ONG Santuário Coisas Lindas, com intuito de arrecadar ração, comedouros, medicamentos e material de limpeza para a ONG que abriga animais abandonados em situação de risco # ODS 15 - Vida Terrestre

Dando continuidade às Ações de Sensibilização e Capacitação foram realizadas Palestras para 60 funcionários terceirizados, englobando temas relacionados à Responsabilidade Socioambiental, Consumo Consciente, Trabalho Seguro (Incentivo ao Uso dos EPI's) e acerca da Agenda ONU 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável #ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, #ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Na Semana do Meio Ambiente de 2019 foram tratados temas relacionados à Responsabilidade Socioambiental, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda ONU 2030”, culminando com a Palestra do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Valdetário Monteiro com o tema: “Alinhamento das Metas do Poder Judiciário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda ONU 2030”. O Coral trouxe as Músicas Xote Ecológico e Maracatu, que fazem menção aos ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ODS 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, ODS 14 - Vida na Água e ODS 15 - Vida Terrestre. O Objetivo do Evento foi enfatizar os Cuidados com o Meio Ambiente e divulgar a Agenda ONU 2030 e os 17 ODS, os quais devem ser integrados na Meta 9 do Poder Judiciário.



Figura 12 Foto 7 - Assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica

Rede de Sustentabilidade

Antes do início da supracitada Palestra foi assinado um Protocolo de Cooperação Técnica, envolvidas as seguintes instituições: TRT7, TJ/CE, UFC, TRE/CE, JF/CE, MPT - PRT7, MPF - PR/CE e MP/CE, criando uma Rede de Sustentabilidade, denominada ECOS DO CEARÁ, com objetivo de implementar Programas e Ações de Responsabilidade Socioambiental, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030 da ONU. # ODS 17, parcerias e meios de implementação.



Figura 13 Foto 8 - Protocolo de Cooperação Técnica



Figura 14 Imagem 2 - ECOS DO CEARÁ

Ações Conjuntas

A Rede de Sustentabilidade realizou uma Ação Conjunta denominada “CRUSH LIMPEZA #ODS14”, atinente a um Mutirão de Limpeza na Praia de Iracema (Praia do Crush), como atividade integrante da Semana do Meio Ambiente, estimulando a conscientização da população acerca dos danos causados pelo descarte incorreto do lixo nas Praias, enfatizando a necessidade de conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos e a promoção do desenvolvimento sustentável #ODS 14 - Vida na Água.



Figura 15 Foto 9 - CRUSH LIMPEZA #ODS14



Figura 16 Foto 10 - CRUSH LIMPEZA #ODS14

Destaque *Ranking* das Boas Práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O TRT7, por intermédio de seu Núcleo de Responsabilidade Socioambiental e Comissões, figurou em 7º lugar no *Ranking* das Boas Práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), merecendo destaque para: Projeto Integrar, da Presidência, que com sua Comitativa visitou 12 Varas do Trabalho do interior do Estado e da Região Metropolitana de Fortaleza, com a proposta de promover a aproximação da Administração com os servidores e magistrados lotados naquelas unidades Judiciárias, bem como levando temas relacionados à Sustentabilidade, tais como: Coleta Seletiva, Consumo Consciente e Responsabilidade Social #ODS 3 - Saúde e Bem Estar, #ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Participação em outras Comissões e Comitês

No Exercício de 2019 tivemos a criação do Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho. De acordo com o art. 7º, do Ato TRT7 nº 94/2019, o Núcleo de Responsabilidade Socioambiental integra o supracitado comitê, o que facilita o Planejamento das Atividades pelo Tribunal.

Consoante Portaria TRT7/DG nº 819/2018, membros do Núcleo de Responsabilidade Socioambiental integram a Comissão Gestora do Plano Logística Sustentável (PLS/TRT7/CE), ficando responsáveis pela consolidação de diversos Indicadores de Desempenho.

Entre os Indicadores medidos, destacamos as Ações de Qualidade de Vida, que tiveram um acréscimo no percentual de 137% em comparação a 2018, assim como as Ações Solidárias, onde o percentual foi de 87,50% e as Ações de Inclusão Social, com o percentual de 225%. Nosso Regional investiu bastante na Qualidade de Vida, com atenção especial para ampliação dos Mecanismos de Acessibilidade para pessoas com deficiência.

Campanhas Diversas

Entre as Campanhas criadas com Apoio dos Jurisdicionados, destacamos a Arrecadação dos Lacs, existentes nos Garrafões de 20 litros de Água Mineral, recolhidos com o Apoio dos Terceirizados lotados na Divisão de Material e Logística (DMLOG). Os Itens recolhidos são encaminhados ao Asilo de Idosos, onde eles comercializam e transformam em renda. #ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, #ODS 10 - Redução das Desigualdades.

No Dia Nacional do Voluntariado (28/08), lançamos a Campanha de Doação para os Migrantes. Tal Campanha tinha como objetivo a arrecadação de alimentos não perecíveis, de modo a assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos. Migrante é uma pessoa que se desloca de seu país natal, cruzando fronteiras para viver em outro país. #ODS 3 - Saúde e Bem-Estar.

Finalizando as Ações de 2019, tivemos o Natal Solidário onde 230 crianças, filhos e netos dos Terceirizados e de Catadores da Associação dos Catadores do Jangurusu (ASCAJAN), foram apadrinhadas e receberam brinquedos doados por magistrados, servidores e estagiários do TRT7. Essa ação é bastante esperada e foi concluída com o apelo da Coordenadora da Ascajan, Sebastiana do Carmo, pedindo que o Evento se repita todos os anos.

Participações em Fóruns, Comitês e Eventos de Sustentabilidade e Acessibilidade

► Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - O TRT-7ª Região coordena o Subcomitê da Região Nordeste - Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 196/2019.

Responsabilidade Socioambiental, com foco no Cumprimento da Agenda ONU 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Realização da Palestra “Alinhamento das Metas do Poder Judiciário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda ONU 2030”, realizada em Maio/ 2019.

► I Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão - (ENAI) (Setembro/2019 - Brasília- DF), promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

► IV Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho e Reunião do Fórum de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Outubro/2019 - Cuiabá/MT) - Compartilhamento de Boas Práticas em Sustentabilidade no âmbito da Justiça do Trabalho.



Figura 17 Foto 11 - Curso de Direito da UFC recebe visita da Ecosetima



Figura 18 Foto 12 - Integrantes do ECOS DO CEARÁ

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

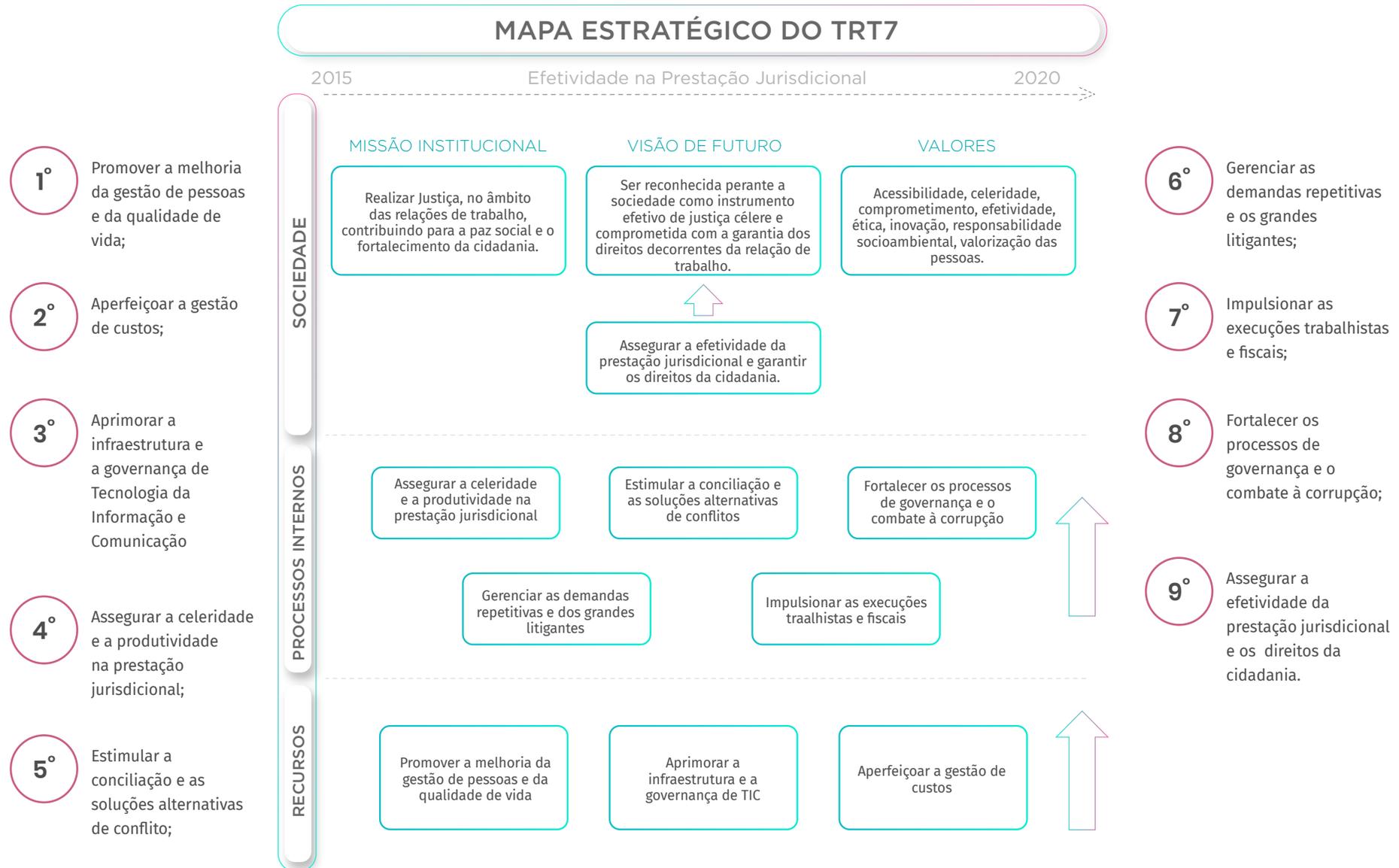


Figura 19 Imagem 3 - Mapa Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 2015 - 2020

Objetivo Estratégico nº 1

Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

O Objetivo nº 1 do Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7) se refere a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano.

Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas; à valorização das pessoas; à promoção da saúde ocupacional; à humanização das relações de trabalho; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

A apreciação para o TRT7 na última aferição do iGov de Pessoas (corresponde ao indicador 1 do Objetivo Estratégico 1) pelo TCU (2018) foi de 28% - estágio Inicial. A meta para 2019 era atingir o estágio intermediário.

A análise crítica dos resultados para o iGov de Pessoas produziu subsídios para que sejam definidas ações que possam impactar positivamente a apreciação que ocorrerá em 2020.

A título de estratégia antecipativa, a Administração iniciou o processo de elaboração do planejamento estratégico de gestão de pessoas com a inclusão de estrutura de desdobramento anual (Proad nº 6231/2019 – Projeto TRAPDP-14).

- 0.TRT7
- 1.Tribunal
- 2.JUD
- 3.Todos

Faixas de Classificação

- APRimorado=70 a 100%
- INTermediário=40% a 69,9%
- INIcial=15 a 39,9%
- INExpressivo=0 a 14,9%

Perfil de Governança e Gest Públicas 2018

TRT7 - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará

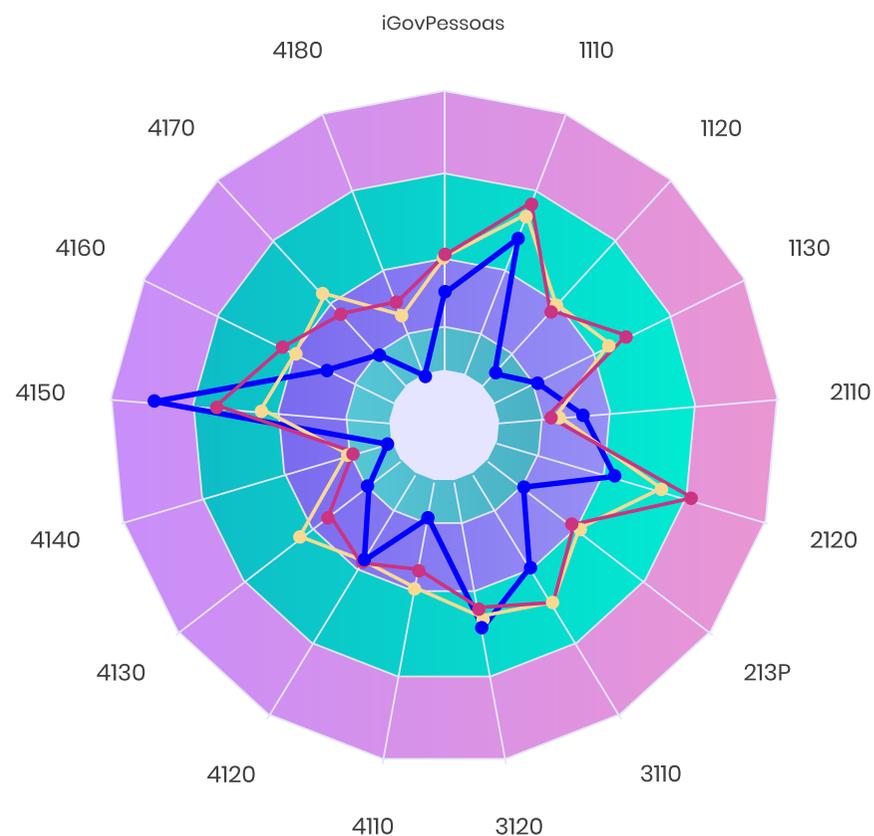


Figura 20 Gráfico 5 - Diagrama Objetivo 1 Fonte: iGovPessoas

RESULTADO EM 2019: 28% - ESTÁGIO INICIAL

Objetivo Estratégico nº 2

Aperfeiçoar a gestão de custos

Utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

O Índice de Execução do Orçamento disponibilizado é o indicador desse objetivo (indicador 2 do Planejamento Estratégico Institucional do TRT7).

Conseguimos grau de cumprimento de 135,43% (a meta para 2019 era 69,54% e o resultado atingido foi de 94,18%).

INDICADOR 2: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

META 2: Aumentar, até 2020, o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 5 pontos percentuais.

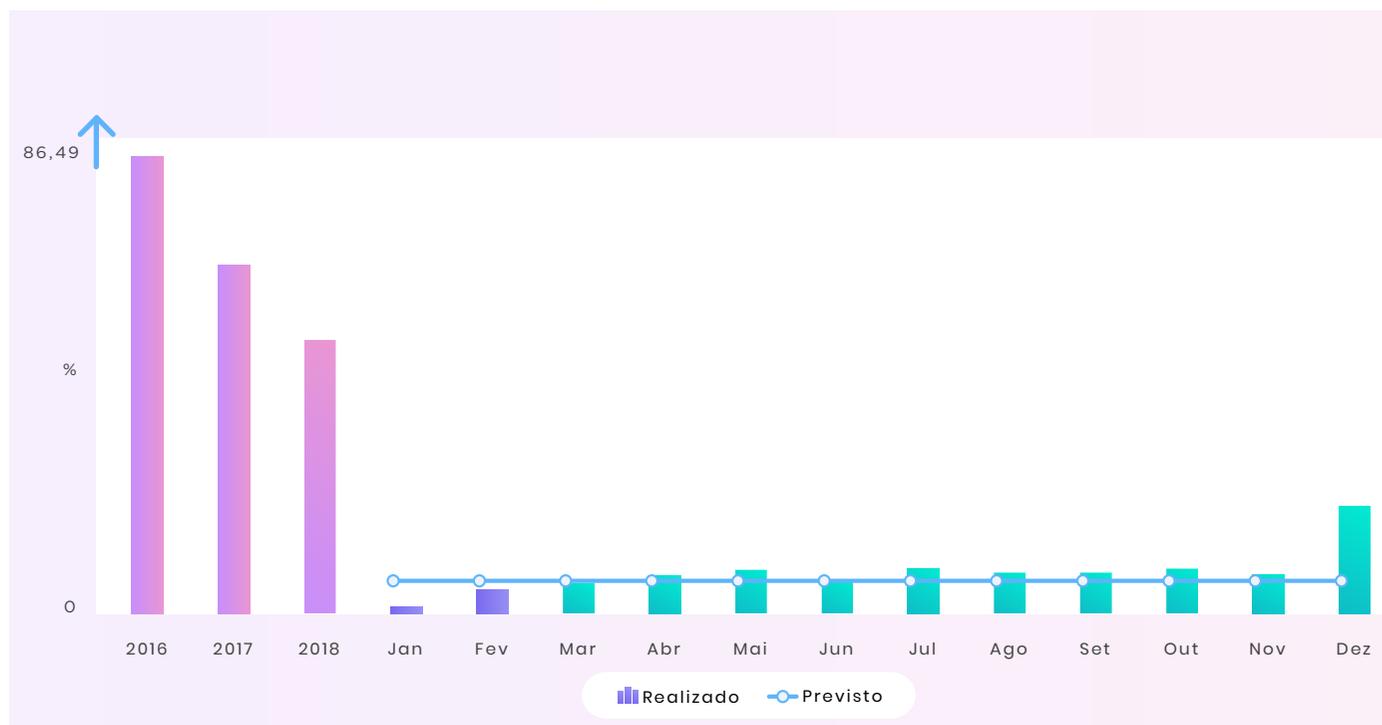


Figura 21 Gráfico 6 - Objetivo 2 Fonte: iGovPessoas



META

CUMPRIDA

Objetivo Estratégico nº 3

Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC

Alcançar o uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

O indicador para mensurar o desempenho desse objetivo é o iGov de TI do Tribunal de Contas da União. **O resultado do Planejamento Estratégico Institucional do TRT7 foi de 60% - nível intermediário - e tal apreciação garantiu o cumprimento da meta do planejamento estratégico institucional para 2019.**

Origem dos dados: levantamento do TCU realizado em 2018 e publicado em fevereiro de 2019. O levantamento é bianual.

TRT7 - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará

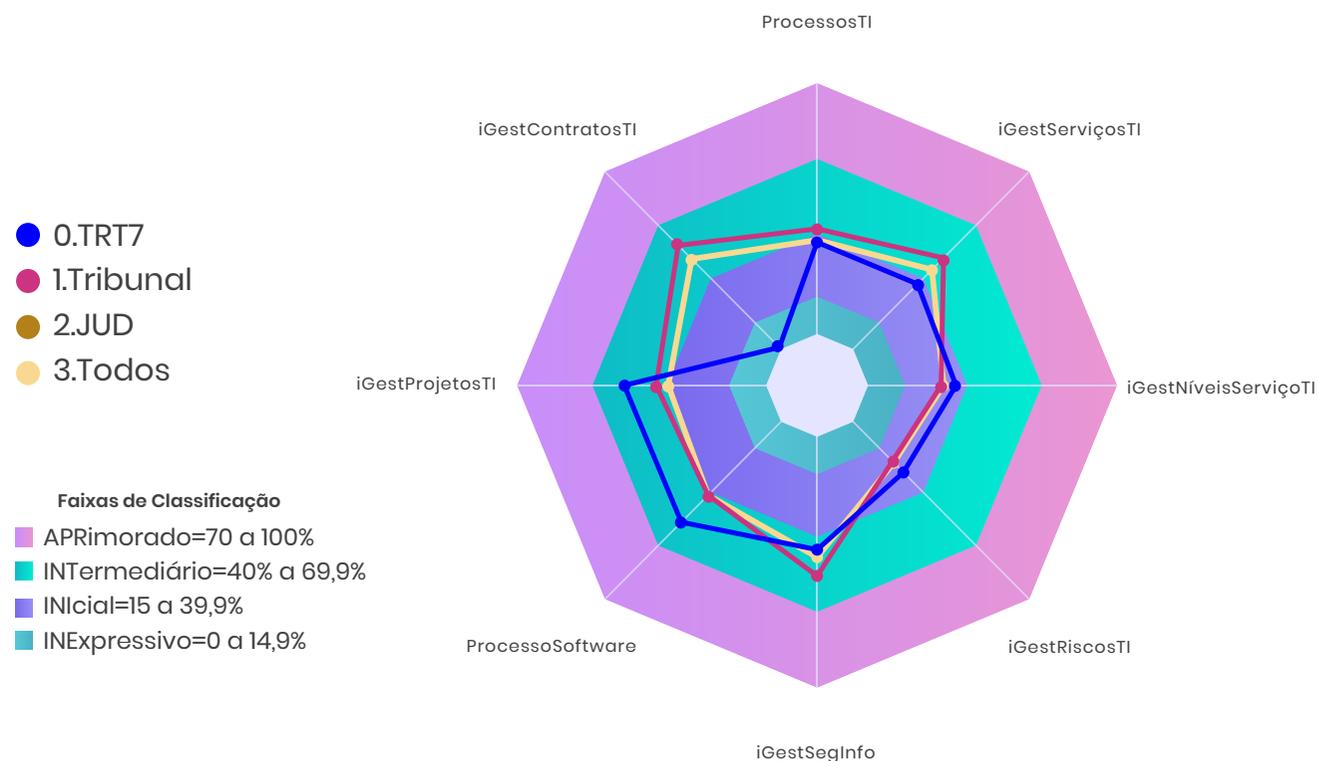


Figura 22 Gráfico 7 - Radial - Objetivo Estratégico nº 3



META

CUMPRIDA

Objetivo Estratégico nº 4

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

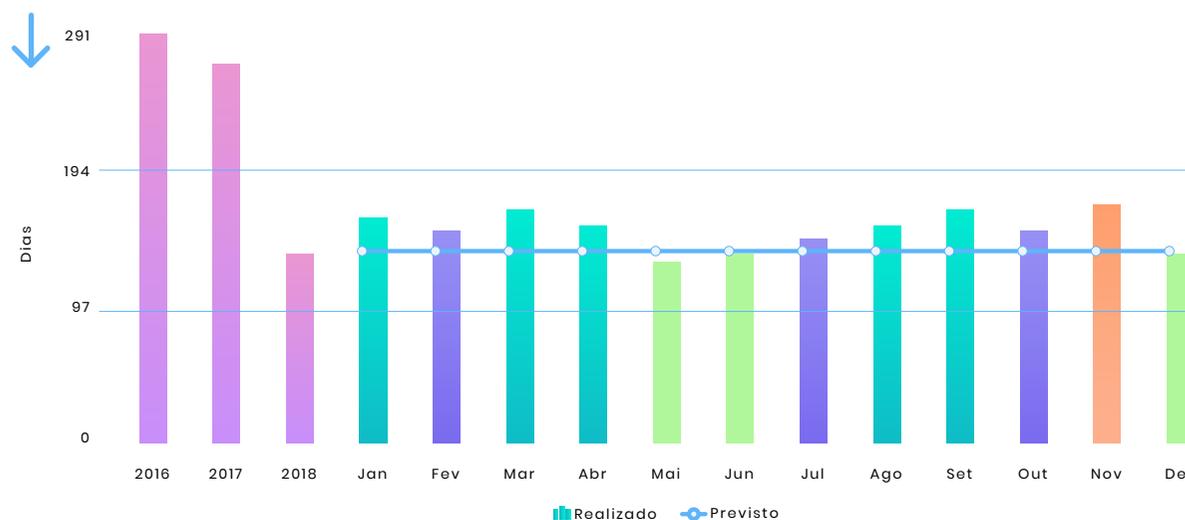
A finalidade do Objetivo Estratégico nº 4 é materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

O acompanhamento e a gestão desse objetivo ocorre por meio de cinco indicadores.

INDICADOR 4: (Tempo médio de duração do processo no 2º grau - TMDP2)

META 4: Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017 (143 dias**), em 10%, até 2020.

Meta 4/2019: 137 dias.



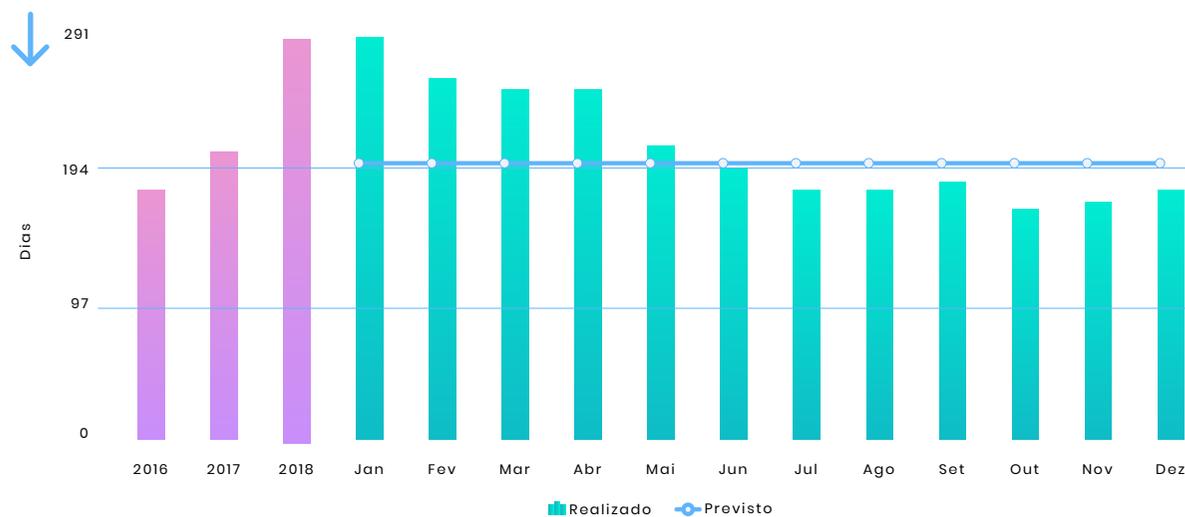
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137
Realizado	168	150	167	158	127	138	146	157	165	149	168	136
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	81,9%	90,4%	78,3%	85,0%	107,4%	99,3%	93,3%	85,3%	79,7%	91,5%	77,2%	100,9%
Previsto acumulado	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137
Realizado acumulado	162	154	158	158	149	147	147	148	151	150	152	151
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	81,9%	87,8%	84,8%	84,9%	91,4%	92,5%	92,6%	91,7%	90,0%	90,2%	88,8%	89,6%

Figura 23 Gráfico 8 - Objetivo 4 (indicador 4) Fonte: Painel7

INDICADOR 5 (Tempo médio de duração do processo no 1º grau (TMDP1))

META 5 Reduzir o prazo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 5%, em relação ao ano base 2017 (151 dias), até 2020.

Meta 5/2019: 148 dias



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148
Realizado	215	191	185	184	156	145	132	132	136	124	126	132
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	54,5%	70,7%	74,7%	75,7%	94,3%	102,2%	110,8%	110,8%	108,1%	116%	114,7%	110,6%
Previsto acumulado	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148
Realizado acumulado	215	200	196	193	184	177	170	165	162	158	156	154
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	54,9%	64,5%	67,6%	69,6%	75,5%	80,5%	85,2%	88,3%	90,4%	92,9%	94,8%	95,7%

Figura 24 Gráfico 9 - Objetivo 4 (indicador 5) Fonte: Painel7

INDICADOR 6: Índice de Processos Julgados (IPJ)

META 6: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



META CUMPRIDA

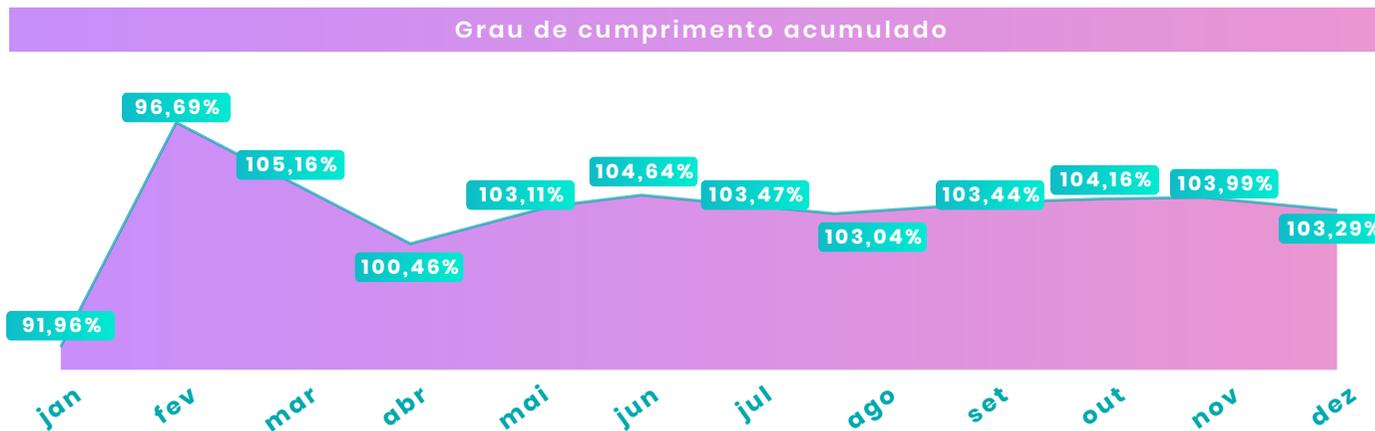


Figura 25 Gráfico 10 - Objetivo 4 (indicador 6) Fonte: Painel7

INDICADOR 7: Índice de Processos Antigos (IPA)

META 7: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º Graus.



META CUMPRIDA

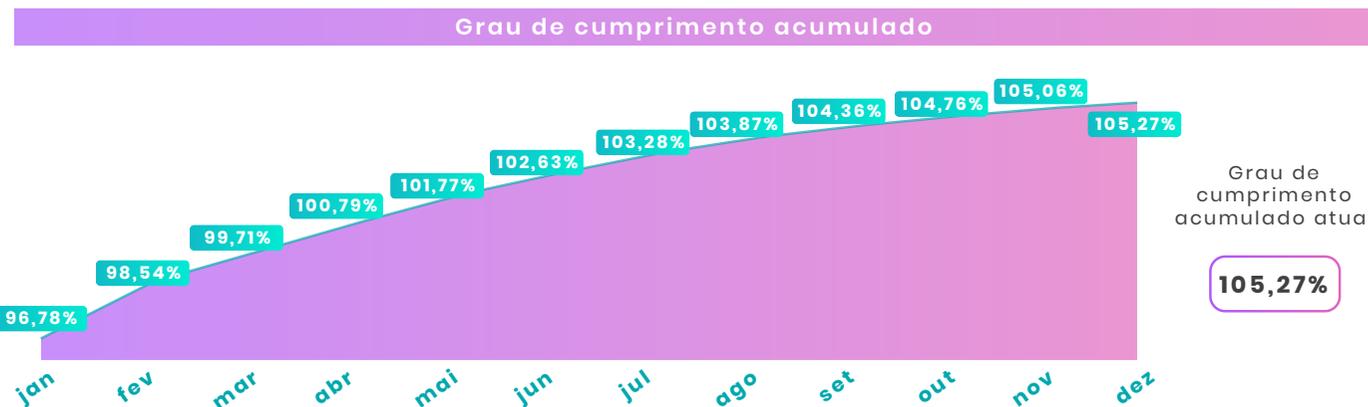


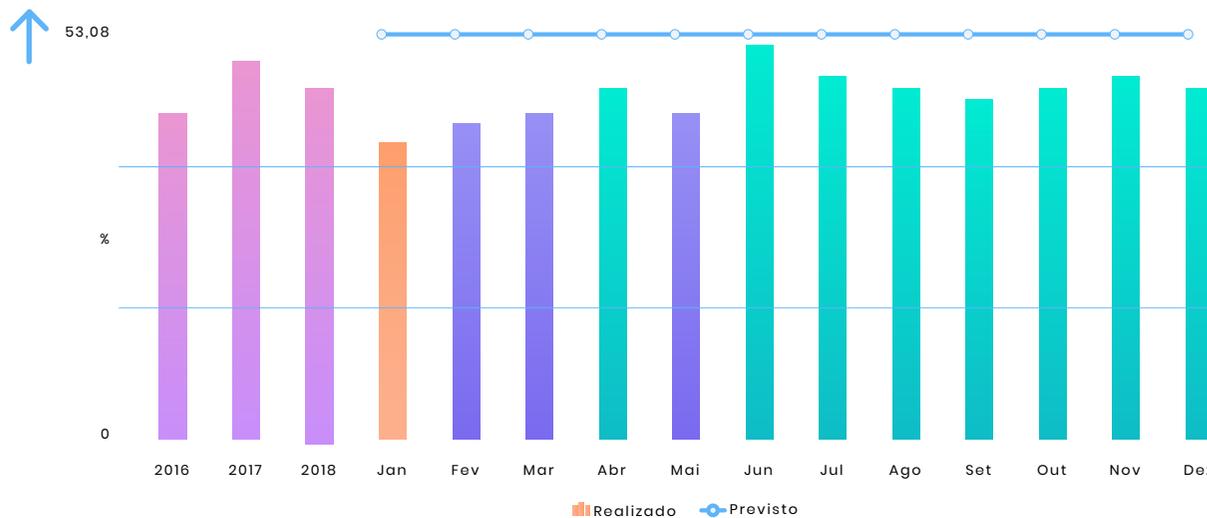
Figura 26 Gráfico 11 - Objetivo 4 (indicador 7) Fonte: Painel7

INDICADOR 8: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IAC)

META 8: Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º Grau e até 31/12/2017 no 2º Grau.



META CUMPRIDA



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08
Realizado	38,77	41,49	42,76	46,66	42,82	51,71	47,23	46,09	45,01	45,92	47,74	46,33
Farelo	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	73,0%	78,2%	80,6%	87,9%	80,7%	97,4%	89,0%	86,8%	84,8%	86,5%	89,9%	87,3%
Previsto acumulado	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08
Realizado acumulado	38,77	40,44	41,13	42,48	42,56	44,30	44,76	44,92	44,93	45,02	45,24	45,30
Farelo acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	73,0%	76,2%	77,5%	80,0%	80,2%	83,5%	84,3%	84,6%	84,6%	84,8%	85,2%	85,3%
Resultados												
2016	2017	2018										
42,86	40,81	46,27										

● $r \geq 84,78\%$ ● $76,3\% \leq r < 84,78\%$ ● $r < 67,82\%$ ● $67,82\% \leq r < 76,3\%$

Figura 27 Gráfico 12 - Objetivo 4 (indicador 8) Fonte: Painel7

Objetivo Estratégico nº 5

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos

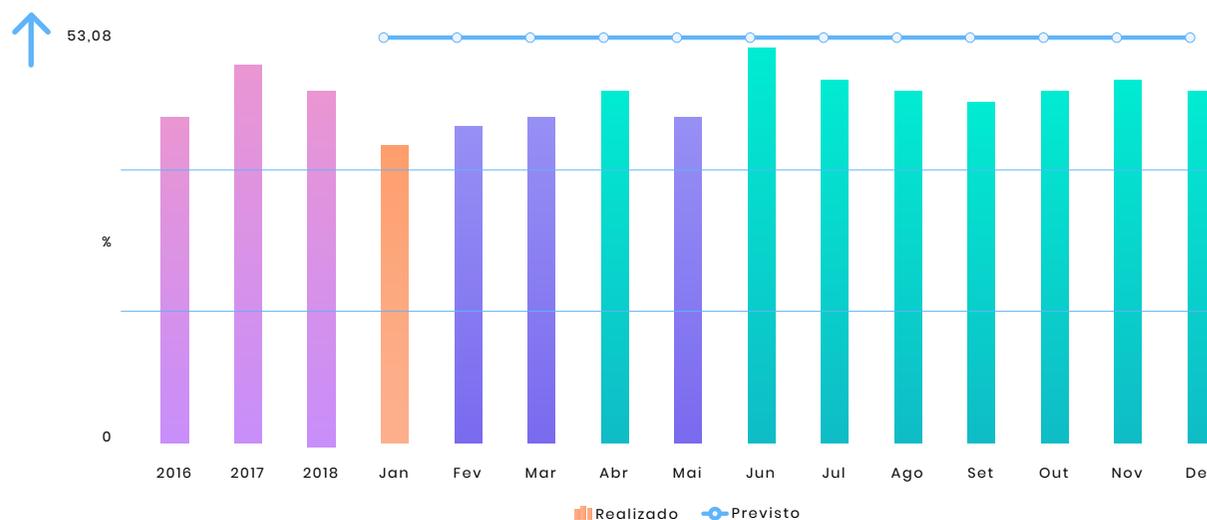
INDICADOR 9 Índice de Conciliação – Fase de conhecimento (ICONc)

META 9 para 2019: Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento.

Obs.: adoção de cláusula de barreira a ser calculada para 2019, de acordo com as atualizações de dados até 2018.



META CUMPRIDA



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Previsto	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	
Realizado	38,77	41,49	42,76	46,66	42,82	51,71	47,23	46,09	45,01	45,92	47,74	46,33	
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
Desempenho	73,0%	78,2%	80,6%	87,9%	80,7%	97,4%	89,0%	86,8%	84,8%	86,5%	89,9%	87,3%	
Previsto acumulado	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	
Realizado acumulado	38,77	40,44	41,13	42,48	42,56	44,30	44,76	44,92	44,93	45,02	45,24	45,30	
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
Desempenho acumulado	73,0%	76,2%	77,5%	80,0%	80,2%	83,5%	84,3%	84,6%	84,6%	84,8%	85,2%	85,3%	
Resultados													
	2016	2017	2018										
	42,96	40,81	46,27										

● $r \geq 84,78\%$ ● $76,3\% \leq r < 84,78\%$ ● $r < 67,82\%$ ● $67,82\% \leq r < 76,3\%$

Objetivo Estratégico nº 6

Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes.

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

INDICADOR 10: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

META 10: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020.

Meta 10 para 2019: 52,29%

Obs.: se o índice atingir valor igual ou superior a 45%, a meta será considerada cumprida

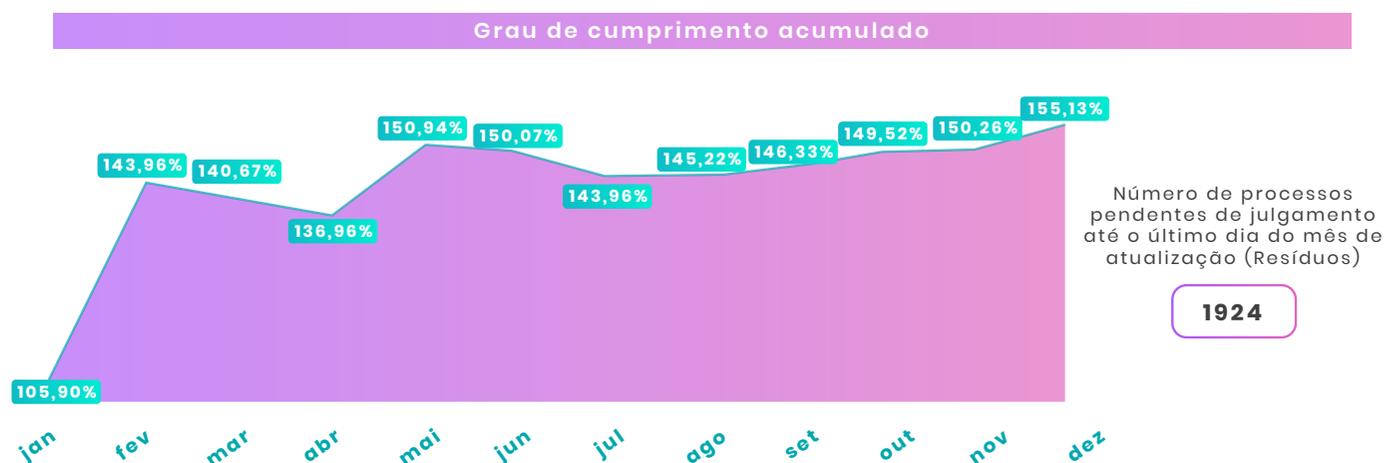


Figura 29 Gráfico 14 - Objetivo 6 (indicador 10) Fonte: Painel7



META CUMPRIDA

Objetivo Estratégico nº 7

Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

INDICADOR 11: Índice de Execução (IE)

META 11: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.



META CUMPRIDA

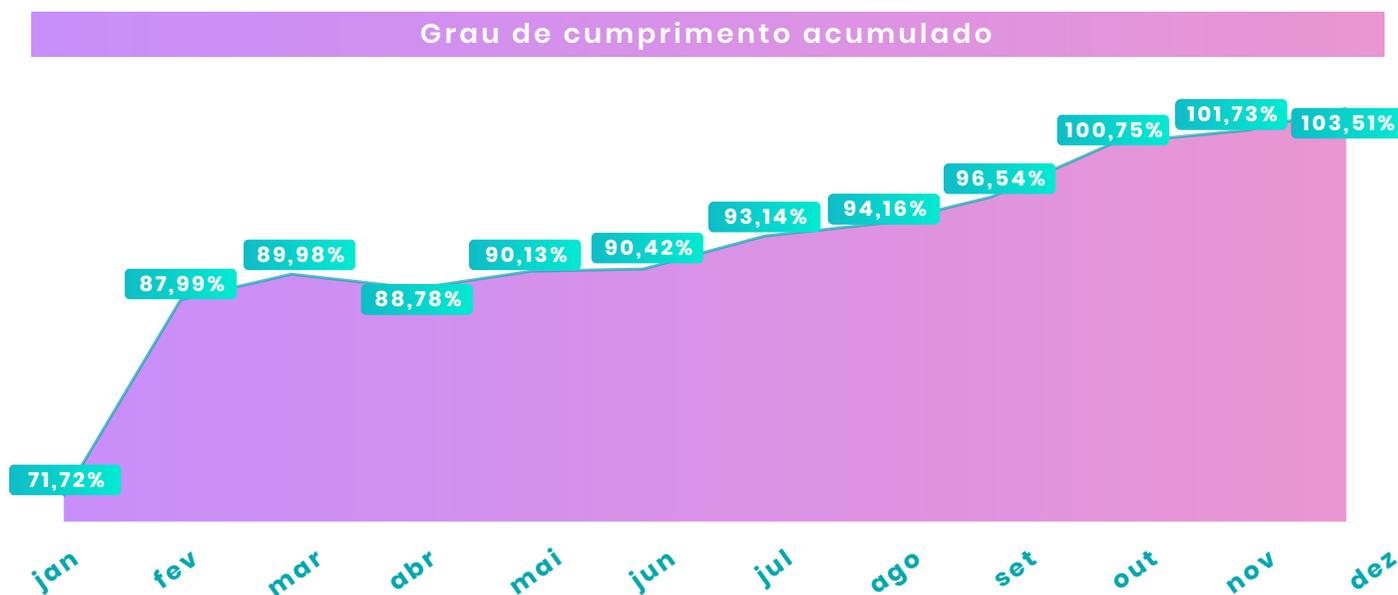


Figura 30 Gráfico 15 - Objetivo 7 (indicador 11) Fonte: Painel7

Objetivo Estratégico nº 8

Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção

Meta 12: Atingir o nível de capacidade aprimorado, até 2020, na avaliação iGov.

Meta para 2019: Estágio intermediário

iGov 2019: Estágio Inicial.

Fonte: Acórdão TCU 2699/2018

- 0.TRT7
- 1.Tribunal
- 2.JUD
- 3.Todos

Faixas de Classificação

- APRimorado=70 a 100%
- INTermediário=40% a 69,9%
- INIcial=15 a 39,9%
- INExpressivo=0 a 14,9%

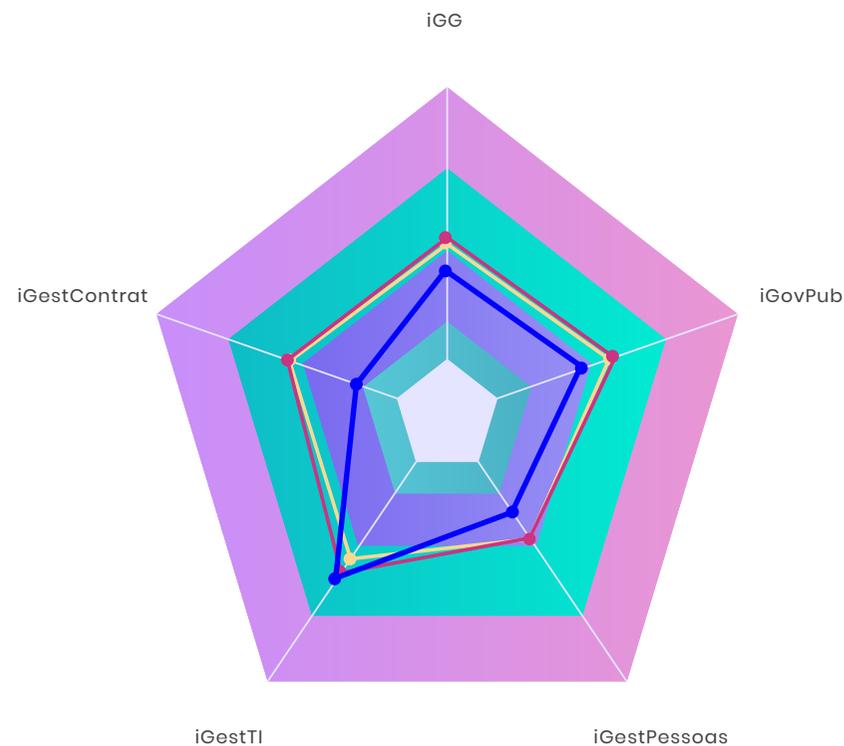


Figura 31 Gráfico 16 - Objetivo Estratégico nº 8 Fonte: iGov/TCU

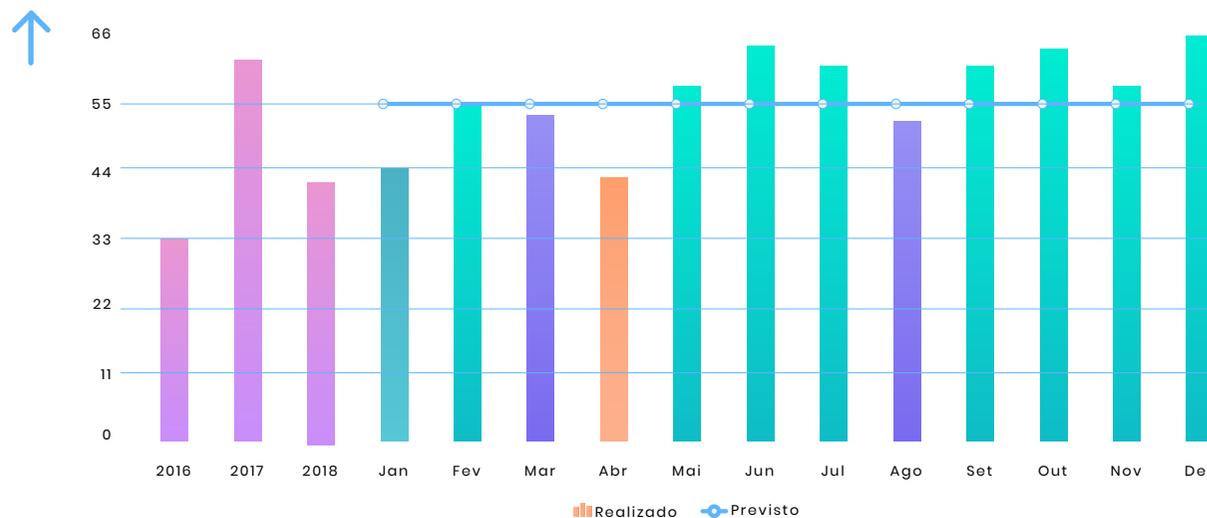
Objetivo Estratégico nº 9

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania.

PRIORITÁRIO

INDICADOR 13: Índice de Alcance de Metas (IAM): indicador sintético de resultado, que permitirá ao Judiciário Trabalhista aferir a sua efetividade com base nos dados relativos ao alcance das metas pertinentes aos demais objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

META 13: Atingir e manter a pontuação entre 62 a 78 até 2020.



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Realizado	44	55	53	43	58	64	61	52	61	64	58	66
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	80,0%	100,0%	96,4%	78,2%	105,5%	116,4%	110,9%	94,5%	110,9%	116,4%	105,5%	120,0%
Previsto acumulado	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Realizado acumulado	26	48	50	50	58	60	61	59	61	66	66	66
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	47,3%	87,3%	90,9%	90,9%	105,5%	109,1%	110,9%	107,3%	110,9%	120,0%	120,0%	120,0%
Resultados												
	2016	2017	2018									

Figura 32 Gráfico 17 - Objetivo Estratégico nº 9 (Indicador 13) Fonte: Painel7



META CUMPRIDA

VISÃO GERAL

O monitoramento dos resultados dos indicadores referenciados aos objetivos estratégicos do TRT7 se dá por meio do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (SIGEST) (instituído nos órgãos da Justiça do Trabalho por meio do Ato CSJT.GP.SG nº 419/2012 para ser uma ferramenta tecnológica para a medição, monitoramento e análise das estratégias definidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho), pelos levantamentos de governança e gestão públicas do Tribunal de Contas da União TCU (em 2018, Acórdão 2699/2018-TCU-Plenário) e pelo Painel 7, solução de

business intelligence (BI), iniciativa estratégica da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, desenvolvida pela Secretaria de Gestão Estratégica (SGE).

O acompanhamento do desdobramento estratégico, por sua vez, segmentado em portfólios, está abrigado em plataforma dinâmica de gestão de projetos para o público interno e, por meio de relatórios mensais no endereço para acesso livre:

https://www.trt7.jus.br/pe/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=222

Em 2019, o Tribunal de Contas da União (TCU) não realizou a consolidação do Índice de Governança e Gestão (iGG) que inclui, o índice de governança pública (iGov), o índice de governança em gestão de pessoas (iGOVPessoas) e o índice de governança em tecnologia da informação (iGov-TIC).

Em face disso, foram replicadas as consolidações realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2018.

Os índices do TCU acima mencionados, correspondem aos indicadores dos objetivos estratégicos nº 1, 3 e 8.

Os resultados positivos de 2019 refletiram a dedicação dos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.

O objetivo estratégico nº 9, que visa assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania, foi atingido por meio da mensuração da meta 13 (também chamada “meta das metas”) que aglutina os resultados de todas as metas do plano estratégico institucional.

O cenário pontual dos resultados expressou o pleno cumprimento de dez dentre as treze metas definidas ou aproximadamente 77% de desempenho positivo.

Objetivo Estratégico nº 9

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania.

Indicador 13: Índice de Alcance de Metas (IAM):
indicador sintético de resultado, que permitirá ao Judiciário Trabalhista aferir a sua efetividade com base nos dados relativos ao alcance das metas pertinentes aos demais objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

Meta 13: Atingir e manter pontuação entre 62 e 78 até 2020.

A meta 13 espelha o desempenho atingido pelo tribunal em todas as metas acompanhadas.

Resultado em 2019: 100% da meta cumprida.



Figura 33 Foto 13 - Maior conciliação trabalhista da história cearense realizada entre professores públicos e Governo do Ceará.



Figura 34 Foto 14 - Semana da Conciliação Trabalhista é aberta com cerimônia no Fórum Autran Nunes.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) é uma unidade do Poder Judiciário especializada em atendimento ao público para a solução consensual de conflitos e orientação nas matérias relativas à cidadania

Em 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou a Resolução nº 174, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado à conciliação na Justiça do Trabalho. Desde de 2017, a Sétima Região tem incentivado cada vez mais a cultura conciliatória de conflitos.

O CEJUSC tem um desembargador coordenador, cargo atualmente ocupado pelo Desembargador do Trabalho José Antonio Parente da Silva e conta também com a atuação do Desembargador do Trabalho Jefferson Quesado Júnior.

A unidade atua independentemente das tentativas de conciliação já previstas no rito do processo trabalhista. As audiências no CEJUSC podem ocorrer mediante manifestação de interesse das partes (empregados ou empregadores) – por meio de inscrição endereçada ao e-mail **cejusc@trt7.jus.br** ou solicitação feita em reunião, audiência ou sessão; ou ainda por indicação do magistrado responsável pelo processo, de acordo com o calendário e vagas disponibilizadas às varas do trabalho.

2ª INSTÂNCIA	
AUDIÊNCIAS na 2ª Instância	
Audiências de conciliação designadas	2286
Audiências de conciliação realizadas	2155
ACORDOS EFETUADOS NA 2ª INSTÂNCIA	
Valor do recolhimento previdenciário - INSS	R\$ 54.898,14
Soma total dos valores homologados	R\$ 40.354.672,1
Total de acordos homologados	1219
Valor do recolhimento fiscal - Imposto de renda	R\$ 0,00
ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES NA 2ª INSTÂNCIA	
Número de pessoas atendidas	6554
Participantes (Magistrados)	32
Participantes (colaboradores)	11

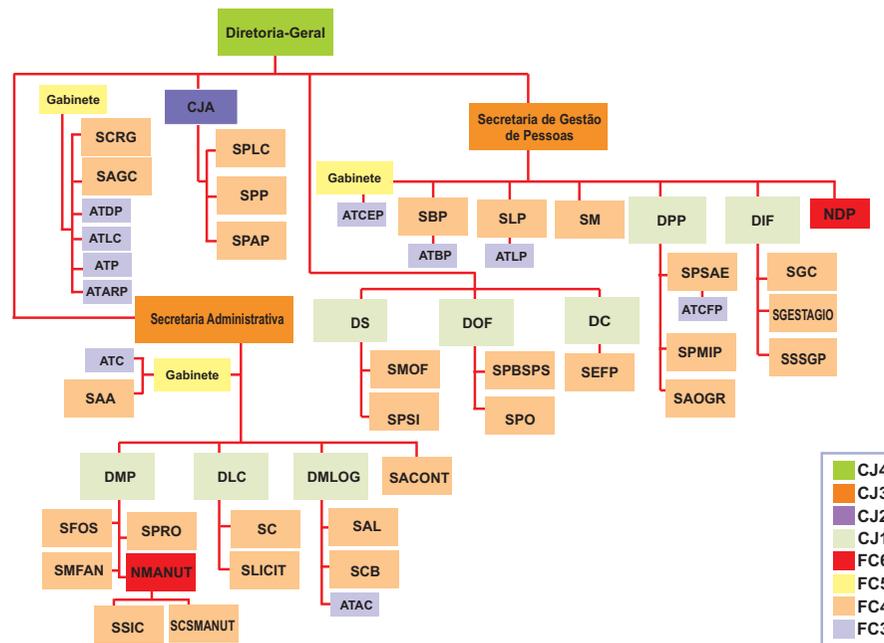
Tabela 8 - CEJUSC - Audiências na 2ª Instância

A Diretoria-Geral (DG) atua diretamente na execução da estratégia organizacional do TRT7, no planejamento, orientação, direção, supervisão e coordenação das atividades das Secretarias e Divisões integrantes da estrutura organizacional do Tribunal.

Exerce, em adição, o assessoramento direto ao Presidente do Tribunal na definição de diretrizes e na implementação de ações da área de sua competência administrativa.

Nesse contexto, desenvolve ações de modernização da Justiça do Trabalho no Ceará, organizando esforços contínuos para a otimização e a automação de processos de negócio, a racionalização alocativa da força de trabalho, a adoção de medidas de desburocratização e a promoção da inovação.

Integram a estrutura da Diretoria-Geral, o Gabinete, a Coordenadoria Jurídica Administrativa, as Secretarias de Gestão de Pessoas, Secretaria Administrativa, as Divisões de Orçamento e Finanças, de Contabilidade e de Saúde, além das Seções de Diárias e Passagens, de Conformidade de Registro de Gestão e de Acompanhamento de Gestão de Contratos. Vale ressaltar, que as Divisões de Orçamento e Finanças e de Contabilidade passaram a compor a estrutura desta Diretoria-Geral desde o Ato TRT nº 154/2018.



ATAC - Assessoria Técnica de Aquisições e Contratações	DMLOG - Divisão de Material e Logística	SC - Seção de Contratos	SPAP - Seção de Pareceres de Aposentadorias e Pensões
ATARP - Assessoria Técnica de Ata de Registro de Preços	DMP - Divisão de Manutenção e Projetos	SCB - Seção de Cadastro de Bens	SPBSPS - Seção de Pagamento de Bens e Serviços e Programas Sociais
ATBP - Assessoria Técnica de Benefícios Previdenciários	DOF - Divisão de Orçamento e Finanças	SCSMANUT - Seção Central de Serviços de Manutenção	SPLC - Seção de Pareceres de Licitações e Contratos
ATC - Assessoria Técnica de Contratações	DPP - Divisão de Pagamento de Pessoal	SCSMANUT - Seção Central de Serviços de Manutenção	SPMIP - Seção de Pagamento de Magistrados, Inativos e Pensionistas
ATCEP - Assessoria Técnica de Controle de Encargos e Portarias	DS - Divisão de Saúde	SEFP - Seção de Escrituração Financeira e Patrimonial	SPO - Seção de Planejamento e Orçamento
ATCFP - Assessoria Técnica de Conferência de Folha de Pagamento	NDP - Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas	SFOS - Seção de Fiscalização de Obras e Serviços	SPP - Seção de Pareceres de Pessoal
ATDP - Assessoria Técnica de Diárias e Passagens	NMANUT - Núcleo de Manutenção	SGPe - Secretaria de Gestão de Pessoas	SPRO - Seção de Projetos e Orçamentos
ATLC - Assessoria Técnica de Licitações e Contratos	SAA - Seção de Apoio Administrativo	SGESTAGIO - Seção de Gestão de Estágios	SPSAE - Seção de Pagamento de Servidores Ativos e Estagiários
ATLP - Assessoria Técnica de Legislação de Pessoal	SACONT - Seção de Apoio às Contratações	SLICIT - Seção de Licitações	SPSI - Seção Psicossocial
ATP - Assessoria Técnica de Pessoal	SADIM - Secretaria Administrativa	SLICIT - Seção de Licitações	SMEAN - Seção de Manutenção do Fórum Autran Nunes
CJA - Coordenadoria Jurídica Administrativa	SAGC - Seção de Acompanhamento de Gestão de Contratos	SAL - Seção de Almoxarifado	SMOF - Seção Médica, Odontológica e Fisioterapêutica
DC - Divisão de Contabilidade	SAL - Seção de Almoxarifado	SM - Seção de Magistrados	
DIF - Divisão de Informações Funcionais	SAOGR - Seção de Apoio Operacional e Gestão de Riscos	SMEAN - Seção de Manutenção do Fórum Autran Nunes	
DLC - Divisão de Licitações e Contratos	SBP - Seção de Benefícios Previdenciários	SACONT - Seção de Apoio às Contratações	

Figura 35 Imagem 4 - Organograma DG

SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No ano de 2019 esta unidade controlou 38 Atas de Registro de Preços (ARPs) com emissão de notas de empenho no valor total de R\$ 455.886,25, controlou a emissão de notas de empenho das ARPs de 2018 ainda vigentes no ano de 2019 no valor de R\$837.985,73, utilizou 11 ARPs em participação de atas de outros órgãos, emitindo notas de empenho no valor de R\$1.404.794,03, coordenou a adesão a atas de registro de preços de órgãos federais no valor total de R\$402.467,00, e ainda encaminhou autorização para adesão às ARPs deste Regional para 4 órgãos, controlando o saldo de itens utilizados.

SEÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

Durante o ano de 2019 foram expedidas 350 passagens aéreas para magistrados, servidores e colaboradores, perfazendo o valor total despendido de R\$ 392.660,24. Em relação às diárias, o TRT7 emitiu para magistrados, servidores e colaboradores, 820 portarias de diárias, considerando inclusive as de alteração e tornadas sem efeito, que perfizeram o valor total pago de R\$ 790.349,32.

SEÇÃO DE CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

A Seção de Conformidade de Registro de Gestão tem por finalidade contribuir com os objetivos da administração, uma vez que atua como instrumento no controle preventivo e na redução de risco.

Para a realização das análises da documentação, esta Seção segue as orientações do roteiro para análise e registro da conformidade dos registros de gestão do Tribunal de contas da União (TCU).

Em relação ao lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), foram examinados na ordem de 9.600 documentos, entre eles: Notas de Empenhos, Documento de Arrecadação Municipal (DAR), Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), Ordens Bancárias (OBS) e Guia de Previdência Social (GPS), Notas de Lançamento (NL), Notas de Lançamento de Sistema (NS), Guia de Recolhimento (GR), Lista de Itens de Empenho (LI) e Nota de Dotação (ND) emitidas no ano de 2019, quer seja via proad e processos, quer seja via IMPCONFREG (documento SIAFI onde constam, diariamente, todos os lançamento efetivados no SISTEMA).

Para concluir, registramos que esta Seção movimentou e registrou em relatórios 2.575 (dois mil quinhentos e setenta e cinco) processos, ocasião em que foram analisados notas de lançamentos (NS), pagamentos realizado, empenhos (emissões, anulações e cancelamentos), apropriações, recolhimentos (entre Proad e processos físicos).

SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

É a responsável pela verificação mensal do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas que prestam serviço com mão de obra terceirizada, exigindo da contratada a documentação necessária e relacionando as ocorrências que impliquem em penalidades a serem aplicadas, tendo em vista que qualquer direito suprimido do empregado o TRT7 poderá responder subsidiariamente pelo prejuízos que vieram a ser causados aos empregados terceirizados, em caso de ausência de fiscalização.

Além da fiscalização acima referida, compete à Seção realizar acompanhamento e a verificação dos valores depositados nas Contas Vinculadas (Resolução CNJ nº 169/2013) de acordo com os percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação e no contrato, realizando também a análise das planilhas de contingenciamento mensal dos encargos trabalhistas, da documentação apresentada para liberação de valores, enviando, então, parecer ao Ordenador de Despesa quanto ao acolhimento ou à denegação do pleito, consoante Ato GP TRT7 nº 82/2016.

Dentre a documentação expedida pela Seção de Acompanhamento de Gestão de Contratos (SAGC), durante o ano de 2019, destacamos: 108 informações, 294 planilhas, 2 relatórios, 9 despachos e outros informes, além de 78 análises de documentações funcionais.

COORDENADORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA

A Coordenadoria Jurídica Administrativa da Diretoria-Geral tem como principal atividade o apoio e o assessoramento à Diretoria-Geral nas questões jurídico-administrativas, tendo por competência a emissão de pareceres conclusivos acerca de licitações, contratos e matérias de pessoal complexas, além da análise e da aprovação de minutas editalícias, contratuais e de demais aditivos eventualmente necessários.

A produtividade da Coordenadoria correspondeu, segundo dados colhidos de janeiro a dezembro de 2019: 737 (setecentos e trinta e sete) pareceres, sendo 486 na área de licitações e contratos, 251 na área de pessoal; 100 despachos e 232 diligências. Considerando que a maior atuação da Coordenadoria Jurídica Administrativa concentra-se na emissão de pareceres, destaca-se a proporcionalidade da produção do período, quanto à área, sendo de 65,94% - Licitações e Contratos e 34,06% - Pessoal.

A Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, disponibilizou recursos no montante de R\$ 415.438.097,00 para o TRT da 7ª Região, no exercício financeiro de 2019, para o desempenho da sua missão institucional, qual seja, solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a paz social e fortalecimento da cidadania. No aludido exercício não houve cancelamento de dotações orçamentárias. Os recursos ordinários, contemplados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) acima citada, foram distribuídos de acordo com a seguinte estrutura de gastos: Despesas com pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e despesas de investimentos, conforme ilustração abaixo.

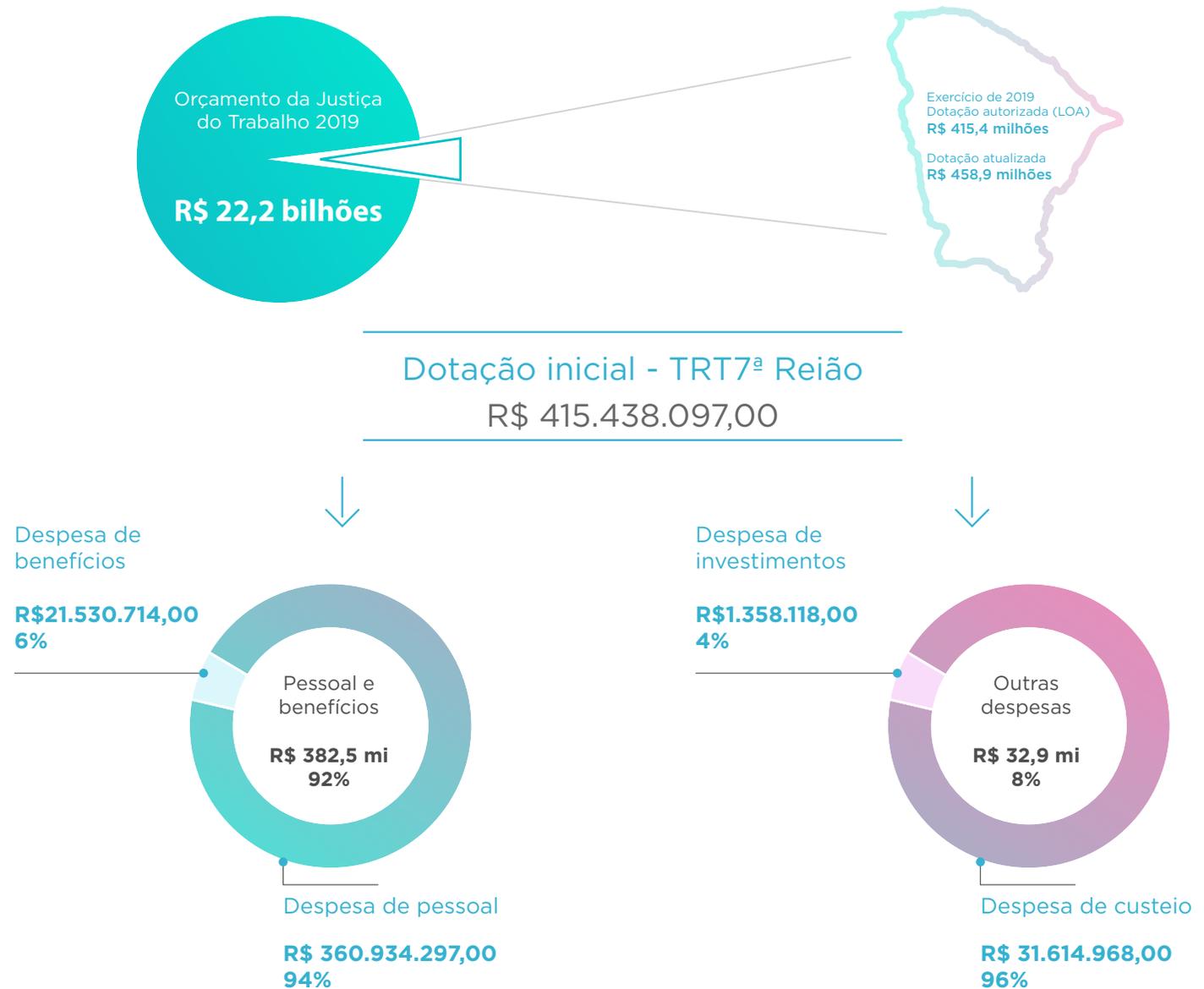


Figura 36 Gráfico 18 - Distribuição das despesas do TRT7ª Região em 2018 (UO 15108) Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Execução orçamentária

No exercício de 2019, além da dotação inicial autorizada na LOA, foram recebidos créditos suplementares no valor total de R\$ 48.898.947,00, dentre os quais R\$ 5.476.961,00 foram cancelamentos/remanejamentos entre ações orçamentárias, perfazendo um total de dotação autorizada de R\$ 458.860.083,00. Desse montante, foram empenhadas R\$ 449.262.486,34, liquidadas R\$ 448.863.735,99 e pagas despesas no volume de R\$ 448.856.035,99, valor esse equivalente a 97,8% da dotação atualizada, representando, portanto, execução superior que a do exercício de 2018 (96,25%).

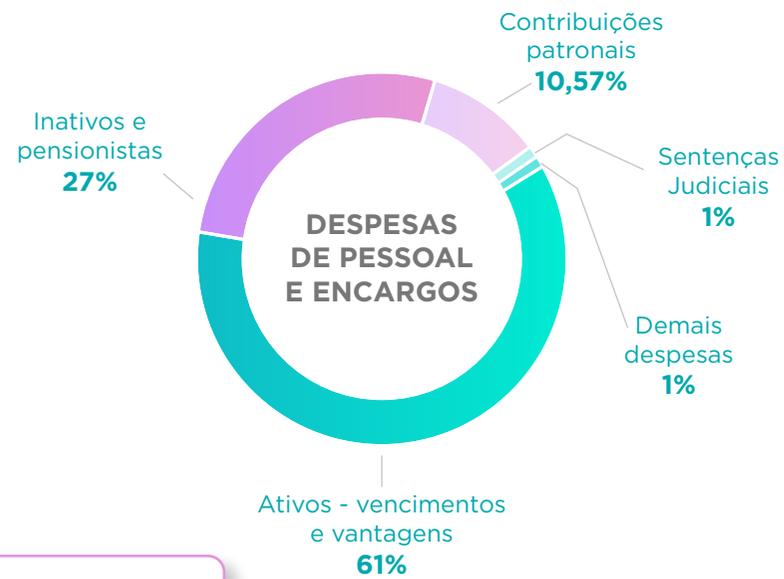
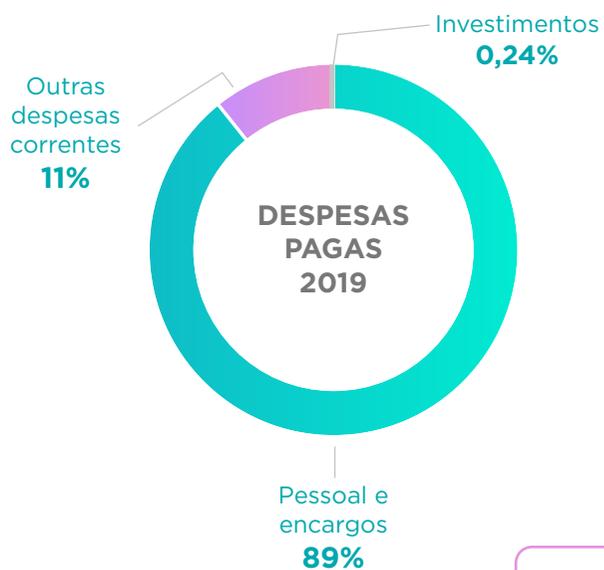
Todos os créditos suplementares recebidos para o grupo de despesas 4 (Investimentos) e 3 (Outras Despesas Correntes) - à exceção das despesas obrigatórias de pessoal e encargos - ocorreram através de oferecimento de recursos de outras ações superevitárias.



Figura 37 Gráfico 19 - Nível da execução orçamentária - TRT 7ª Região

Ano	Despesa	Dotação autorizada (R\$)	Empenhado	(%)	Liquidado (R\$)	(%)	Pago (R\$)	(%)	RP pago(1) (R\$)
2019	Pessoal e encargos sociais	408.329.062	400.125.951	98%	400.125.951	98%	R\$ 400.125.951	98,0%	1.363.136
	Benefícios	21.530.714	21.417.427	99%	21.417.427	99%	R\$ 21.417.427	99,5%	13.694
	Custeio	27.497.189	26.469.881	96%	26.221.061	95%	R\$ 26.221.061	95,4%	966.770
	Investimentos	1.503.118	1.249.227	83%	1.099.296	73%	R\$ 1.091.596	72,6%	114.124
	Total	458.860.083	449.262.486	98%	448.863.736	98%	R\$ 448.856.036	97,8%	2.457.724
2018	Pessoal e encargos sociais	377.751.990	369.807.605	98%	367.917.042	97%	R\$ 367.917.042	97,4%	758.457
	Benefícios	21.493.833	21.322.845	99%	21.303.816	99%	R\$ 21.303.816	99,1%	168.047
	Custeio	34.602.918	31.153.288	90%	29.949.368	87%	R\$ 29.940.314	86,5%	673.245
	Investimentos	4.696.207	3.040.069	65%	2.952.228	63%	R\$ 2.924.003	62,3%	2.700.726
	Total	438.544.948	425.323.806	97%	422.122.454	96%	R\$ 422.085.175	96,2%	4.300.475
2017	Pessoal e encargos sociais	379.202.774	376.465.818	99%	372.916.828	98%	R\$ 372.916.828	98,3%	527.307
	Benefícios	22.952.390	22.517.243	98%	21.912.165	95%	R\$ 21.912.165	95,5%	567
	Custeio	30.809.641	29.431.647	96%	28.414.762	92%	R\$ 28.414.376	92,2%	1.773.621
	Investimentos	4.186.000	3.825.799	91%	1.145.578	27%	R\$ 1.094.688	26,2%	1.884.771
	Total	437.150.805	432.240.507	99%	424.389.334	97%	R\$ 424.338.057	97,1%	4.186.265

Tabela 9 - Dotação e execução das despesas do TRT 7ª Região - valores em reais. Nota (1) Compreendem os restos a pagar processados e não processados pagos - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



DESPESAS PAGAS EM 2019

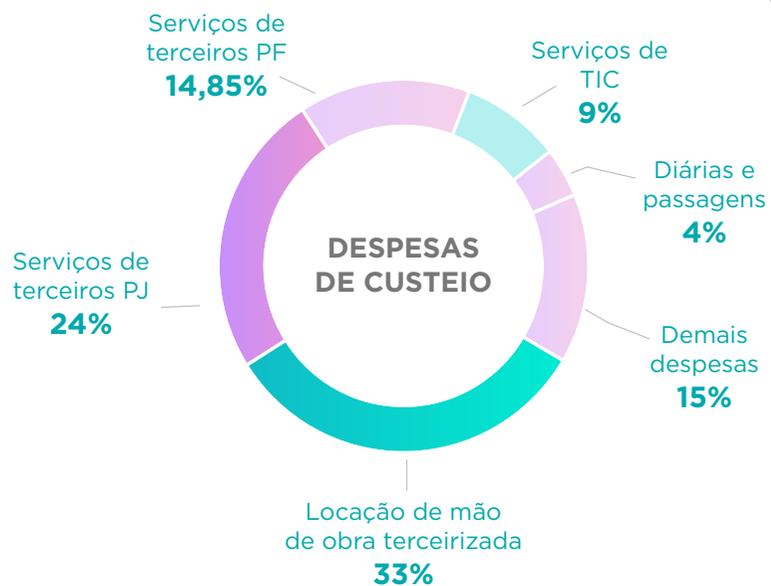


Figura 38 Gráfico 20 - Despesas Pagas em 2019

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV)

ORIGEM	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PROVISÃO/ DESTAQUE (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
0005-Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	08	17.756.100,00	17.756.100,00	17.756.100,00	17.756.100,00
0625-Sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor	48	798.782,49	794.831,16	794.831,16	794.831,16
Total	56	18.554.882,49	18.550.931,16	18.550.931,16	18.550.931,16

Tabela 10 - Execução de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor em 2019 - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os créditos orçamentários oriundos de destaque (descentralizações externas) de Órgãos da Administração Direta e Indireta foram destinados ao pagamento de precatórios da Justiça do Trabalho, cadastrados no SIAFI pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Do montante autorizado na Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – consignou-se para o cumprimento de precatórios o valor de R\$ 17.756.100,00. No tocante às provisões (descentralizações internas) para pagamento de RPV, foi descentralizada a cifra de R\$ 798.782,49. Da leitura do gráfico a seguir, houve um incremento em mais de 50% do número de processos executados em relação ao ano anterior, com reflexo em quase o dobro de recursos financeiros executados.

A gestão dos precatórios no âmbito deste Tribunal é de competência da Divisão de Precatórios Requisitórios e Cálculos Judiciais, restando a atribuição quanto aos procedimentos de execução da despesa, após a devida ordenação pela autoridade competente, à Divisão de Orçamento e Finanças. De um modo geral, não tem ocorrido óbice em se dar cumprimento à execução dos pagamentos de precatórios da União e Requisições de Pequeno Valor (RPV), visto que, até o presente, os recursos requeridos tem sido repassados no devido tempo, permitindo, assim, que todos os precatórios e RPs sejam pagos.

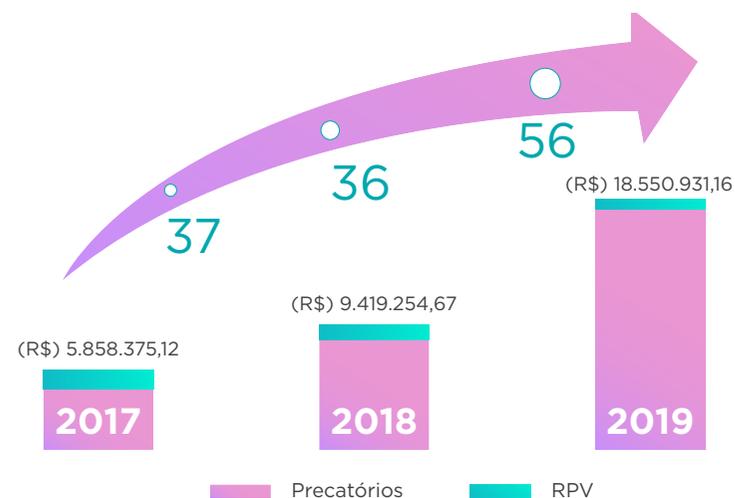


Figura 39 Gráfico 21 - Evolução da execução de despesas – Qte processos e valores

Inscrições em Restos a Pagar (RP)

No exercício financeiro de 2019, foi inscrito e reinscrito o volume de R\$ 409.075,07 de restos a pagar (RP), relativamente a esta Unidade Orçamentária (15108), representando um decréscimo de R\$ 5,94 milhões (94%) em relação à inscrição ocorrida no exercício de 2018 (R\$ 6,35 milhões). Os recursos em restos a pagar inscritos e reinscritos foram assim distribuídos por grupo de despesas: R\$ 251.444,30 em despesas de custeio e R\$ 157.630,77 em despesas de investimentos. Não houve inscrição em restos a pagar para despesas de pessoal.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, regulamentado no âmbito da Justiça do Trabalho pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 5/2019, os limites de pagamento para cada órgão deverão observar os restos a pagar pagos no exercício, ou seja, os RP pagos no exercício concorrem com os pagamentos do próprio orçamento.

O Gráfico a seguir informa a evolução do estoque de restos a pagar dos últimos três anos. Verifica-se uma redução substancial de 94% em relação ao ano anterior, valendo destacar que seu percentual em relação ao orçamento deste Tribunal é o menor da série (0,09%).

A redução do estoque de RP pode ser atribuída a importantes fatores, tais como: limitação de prazo para empenho e pagamento para os dias 19/12 e 28/12, respectivamente, gestões realizadas ao longo do ano, mediante reuniões periódicas e o envolvimento dos gestores de contratos na remessa tempestiva dos processos administrativos para pagamento dentro do próprio exercício, cancelamento dos RP inscritos, reduzindo assim o volume de restos a pagar para 2020, o menor dos últimos 3 anos.

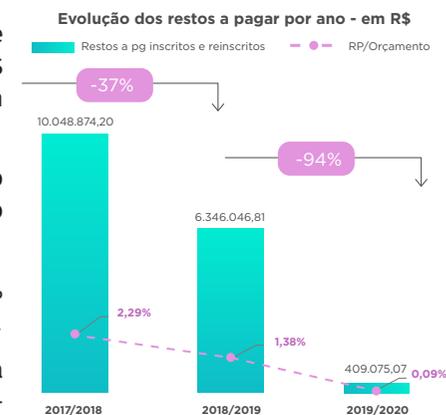


Figura 40 Gráfico 22 - Evolução do estoque de RP – TRT7ª Região – 2017 a 2019 - Percentual do RP x orçamento (dotação atualizada)

Conformidade Legal:

A conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPe) mediante o controle e entrega das declarações de Bens e Rendas/autorizações de acesso dos servidores/magistrados, do controle e acompanhamento dos registros de informações no E-Pessoal, do atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle. No ano de 2019 todos os servidores entregaram a declaração de acesso, conforme dispõe a Lei nº 8730, de 10/11/93, c/c a IN TCU nº 67/2011, bem como os atos de admissão, aposentadoria e concessão de pensão civil foram devidamente registrados no Sistema E-Pessoal, dentro do prazo estabelecido no art.7º da IN TCU nº 78/2018.

Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício

Quadro 1 - Força de trabalho				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1007	1097	27	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	83	82	0	1
1.1.1 Desembargadores do Trabalho	14	14	1	1
1.1.2 Juizes Titulares de Varas	37	36	0	1
1.1.3 Juizes Substitutos	32	32	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	924	1015	26	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		852	22	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório no TRT7		13	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	72	2	10
1.2.4.1 Servidores requisitados de outros órgãos da JT		1	0	4
1.2.4.2 Servidores requisitados de outros órgãos afora JT		71	2	6
1.2.5 Servidores removidos de outros Tribunais Federais		78	2	7
2 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3 Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	7	2	0
4 Total de Servidores (1+2+3)		1104	29	35
		1104		

Tabela 11 - Quadro 1 – Força de Trabalho
Fonte: Divisão de Recursos Humanos/Seção de Informações Funcionais

Quadro 2 - Distribuição da Lotação Efetiva		
Tipologias dos Cargos	Área Meio	Área Fim
1. Membros do poder/magistrados	0	82
1.1.1 Desembargadores do Trabalho	-	14
1.1.2 Juizes Titulares de Varas	-	36
1.1.3 Juizes Substitutos	-	32
2. Servidores de Carreira	311	704
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	269	583
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	6	7
2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	60
2.4.1 Servidores requisitados de outros órgãos da JT	0	1
2.4.2 Servidores requisitados de outros órgãos afora a JT	12	59
2.5 Servidores removidos de outros Tribunais Federais	24	54
3. Servidores com Contratos Temporários	-	-
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	5
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	313	791

Tabela 12 - Quadro 2 – Distribuição da Lotação Efetiva
Fonte: Divisão de Recursos Humanos/Seção de Informações Funcionais

QUADRO 3 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Cargos em Comissão	86	86	22	21
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	86	22	21
1.2.1. Servidor de carreira vinculado ao TRT7	-	74	19	18
1.2.2. Servidor de carreira vinculado a outros Tribunais	-	2	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	3	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	-	7	2	0
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	535	535	141	135
2.1.1. Servidores do quadro de pessoal permanente do TRT7		428	116	112
2.1.2. Servidores do quadro de pessoal permanente de outros Tribunais		42	19	17
2.1.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	65	6	6
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	621	621	163	156

Tabela 13 - Quadro 3- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
Fonte: Divisão de Recursos Humanos/Seção de Informações Funcionais

b) Qualificação da força de trabalho

Segundo levantamento realizado no Sistema Mentorh o grau de escolaridade da força de trabalho é de aproximadamente:

ESCOLARIDADE	PERCENTUAL
DOUTORADO	0,10%
MESTRADO	2,15%
ESPECIALIZAÇÃO	56,56%
SUPERIOR COMPLETO	30,43%
SUPERIOR INCOMPLETO	1,57%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	8,90%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	0,20%
ENSINO FUNDAMENTAL	0,10%
TOTAL SERVIDORES	1022

Tabela 14 - Quadro 4 - Qualidade da Força de Trabalho

QUADRO 5 - FORÇA DE TRABALHO POR IDADE

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
20-29	19	1,86
30-39	304	29,75
40-49	247	24,17
50-59	371	36,30
60-69	77	7,53
70-75	4	0,39
TOTAL	1022	100

Tabela 15 - Quadro 5 - Força de Trabalho por Idade

QUADRO 6 - FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO

GÊNERO	QUANTIDADE	%
MASCULINO	526	51,47
FEMININO	496	48,53
TOTAL	1022	100

Tabela 16 - Quadro 6 - Força de Trabalho por Gênero

QUADRO 7- DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

GÊNERO	DEFICIÊNCIA				NÃO DEFICIENTE	% NÃO DEFICIENTE
	AUDITIVO	VISUAL	FÍSICA	% DEFICIENTE		
MASCULINO	3	5	16	2,348336595	502	49,11937378
FEMININO	3	2	6	1,076320939	485	47,45596869
TOTAL	6	7	22	3,424657534	987	96,57534247

Tabela 17 - Quadro 7 - Distribuição de Servidores com Deficiência

QUADRO 8- DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR ETNIA

ETNIA	QUANTIDADE	%
BRANCA	539	52,74
PARDA	282	27,59
AMARELA	13	1,27
PRETA	14	1,37
INDÍGENA	2	0,20
NÃO INFORMADO	172	16,83
TOTAL	1022	

Tabela 18 - Quadro 8 - Distribuição de Servidores por Etnia

QUADRO 9 - FORÇA DE TRABALHO DE SERVIDORES POR CARREIRA				
	CARREIRA			
	ANALISTA	TÉCNICO	AUXILIAR	SEM CARREIRA
MASCULINO	175	327	2	22
FEMININO	202	240	0	54
TOTAL	377	567	2	76

Tabela 19 - Quadro 9 – Força de Trabalho de Servidores por Carreira

QUADRO 10 - FORÇA DE TRABALHO POR TIPO DE ÁREA			
	1ª INSTÂNCIA	2ª INSTÂNCIA	%
ÁREA FIM	495	214	69,37378
ÁREA MEIO	76	237	30,62622
TOTAL	571	451	

Tabela 20 - Quadro 10 – Força de Trabalho por Tipo de Área

QUADRO 11- FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE DE EXERCÍCIO							
UNIDADES DE EXERCÍCIO	SERVIDORES QUADRO	SERVIDORES CEDIDOS	SERVIDORES REMOVIDOS	SERVIDORES SEM VÍNCULO	TOTAL	SERVIDORES DO QUADRO	SERVIDORES EXTRA QUADRO
Varas Trabalhistas	355	52	38	1	446	79,60%	20,40%
Gabinetes de Magistrados	96	11	6	1	114	84,21%	15,79%
Demais Unidades	402	21	34	5	462	87,01%	12,99%
TOTAL	853	84	78	7	1022	83,46%	16,54%

Tabela 21 - Quadro 11 – Força de Trabalho por Unidade de Exercício

QUADRO 12 - TABELA DE FAIXAS SALARIAIS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO PERMANENTE E SEM VÍNCULOS			
Faixas	Intervalo das faixas (R\$)	Quantidade	Quantidade (%)
1	7.080,20 a 13.522,82	272	17,03%
2	13.522,83 a 19.965,45	347	21,73%
3	19.965,46 a 26.408,07	186	11,65%
4	26.408,08 a 32.850,70	74	4,63%
5	32.850,71 a 39.293,32	63	3,94%

Observações: Não foram considerados valores de abono de permanência e de benefícios/custeios

Tabela 22 - Quadro 12 – Faixas salariais de magistrados e servidores

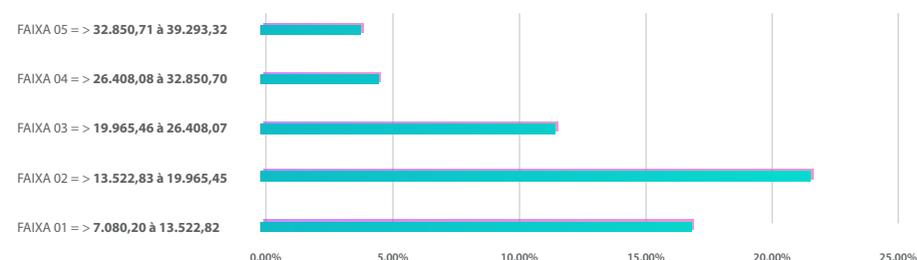


Figura 41 Gráfico 23 - Distribuição de Servidores Ativos por Faixa Salarial

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento externo de pessoas no TRT da 7ª Região dá-se mediante a nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público (cujo resultado final foi homologado pelo Edital nº 10 - TRT7, de 21/12/2017). O certame previu a abertura de vagas e a formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, de diversas áreas e especialidades. No entanto, o provimento dos cargos previstos no edital, por este Regional, depende de autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em observância aos limites orçamentários impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 e pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Nada obstante, durante o exercício de 2019, foi provido 1 (um) cargo de Técnico Judiciário (vaga autorizada, em caráter excepcional, pelo Ofício CSJT.GP.SG.SEOFI nº 21/2019, de 03/05/2019). Foram providos, ainda, 2 (dois) cargos de Analista Judiciário e 3 (três) cargos de Técnico Judiciário (vagas que não dependem de autorização do CSJT, uma vez que não acarretam aumento de despesas para o órgão).

O recrutamento interno de pessoas no TRT da 7ª Região ocorre por intermédio de processos seletivos de remoção interna (anteriormente à posse de servidores oriundos de concurso público ou à lotação de servidores redistribuídos) ou por processos de seleção interna (em face da necessidade de ocupação de funções comissionadas ou em razão de demandas formuladas por unidades do Tribunal para suprir claros de lotação). Contudo, as mencionadas seleções restam prejudicadas por força das disposições contidas na Resolução nº 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que prioriza unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição a partir da alocação de servidores lotados no TRT da 7ª Região em Varas do Trabalho.

Destaque-se que os servidores desligados são submetidos a entrevistas de desligamento, com o objetivo de implantar as boas práticas de retenção de talentos no âmbito deste Regional e conforme preconizado pela Resolução CSJT nº 222/2018.

DIVISÃO DE SAÚDE

A Divisão de Saúde, criada por meio do Ato TRT7 nº 48/2016, de 27/01/2016, é vinculada administrativamente à Diretoria-Geral, possui a Seção Médica, Odontológica e Fisioterapêutica (SMOF) e a Seção Psicossocial (SPSI) sob sua subordinação direta. A Seção Médica, Odontológica e Fisioterapêutica conta com serviço médico, de enfermagem, odontológico e de fisioterapia. A Seção Psicossocial conta com profissionais de psicologia e assistência social.

Em 2019 a Divisão de Saúde e suas seções vinculadas promoveram e/ou apoiaram as seguintes ações, conforme quadro demonstrativo:

Atendimentos Realizados - Medicina	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE	QTDE DE PARTICIPANTES
Emissão de Laudos de Insalubridades e Periculosidade	50
Emissão de Laudos de Insalubridades e Periculosidade	27
Realização de juntas médicas	41
Atendimento médico	1.476
Atendimentos Realizados - Odontologia	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE	QTDE DE PARTICIPANTES
Atendimento odontológico nas especialidades de dentística, cirurgia, periodontia, prótese, endodontia, odontopediatria e ortodontia	2.010 pessoas atendidas e 6.300 procedimentos realizados

Tabela 23 - Atendimentos Medicina e Odontologia



Figura 42 Foto 15 - Projeto Odisseias Literárias

Atendimentos Realizados - Fisioterapia	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE	QTDE DE PARTICIPANTES
Avaliação de Postos de Trabalho (APT)	8
Saúde do Trabalhador - Ergonomia: Atendimento de Fisioterapeuta	80
A.O.E. - Avaliação, Orientação e Encaminhamento de Fisioterapia	36
Ergonomia - Fornecimento de material ergonômico e orientação ergonômica individual	32
Atendimentos Realizados - Psicologia	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE	QTDE DE PARTICIPANTES
Projeto suporte psicossocial aos servidores do interior e região metropolitana - Atendimento Psicológico individual	26
Atendimentos de psicologia ao usuário	217
Acompanhamento psicossocial aos Servidores em Licença Médica Prolongada	12
Acompanhamento psicossocial em juntas oficiais de saúde	12

Tabela 24 - Atendimentos Fisioterapia e Psicologia

Campanhas e Projetos	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE	QTDE DE PARTICIPANTES
Campanha Janeiro Branco: Quem cuida da mente, cuida da vida - Palestra com o tema “Suicídio: Conhecer para prevenir”	69
Campanha Janeiro Branco 1º Encontro do Projeto Odisseias Literárias roda de conversa com o tema “Literatura como remédio para a alma” (Promovido pela Seção de Biblioteca), protetores de tela dos computadores com tema em alusão à campanha	20
Campanha de Atualização de Carteira Vacinal (hepatite, tétano, triviral) VTs Interior e Região Metropolitana	63
Campanha de Vacinação contra Influenza (H1N1) - Capital, VTs Interior e região metropolitana	503
Comemoração do Dia Internacional do Diabético e evento de abertura do Projeto Saúde em Dia com palestra sobre Diabetes e oferecimento de lanche saudável, medição de pressão arterial e glicemia capilar, distribuição de copos personalizados do projeto.	20
Projeto Saúde em Dia: O Projeto consiste em disponibilizar semanalmente, às terças-feiras no edifício sede do TRT e às quintas-feiras no Fórum Autran Nunes, um dia dedicado ao controle e prevenção da Hipertensão Arterial Sistêmica e do Diabetes Mellitus. O atendimento é prestado pela enfermagem que realiza, sob demanda espontânea, os serviços de medição da pressão arterial, realização de teste de glicemia capilar, verificação de peso e encaminhamento para orientação médica, quando necessário.	141
Campanha Setembro Amarelo: Palestra com o tema “Brincadeiras perigosas”, veiculação de protetor de tela dos computadores em alusão à campanha, luzes do edifício sede do TRT7 com as cores da campanha	78
Semana Branca da Odontologia: Palestra com o tema Vida Moderna e Disfunção Temporomandibular (DTM)	27
Semana Branca da Odontologia: Roda de conversa sobre saúde bucal, distribuição de escovas de dente e aula prática de escovação dos dentes com terceirizados	23
Campanha Outubro Rosa: Palestra sobre Prevenção do Câncer de Mama	43
6º Encontro do Projeto Odisseias Literárias - Campanha de Outubro Rosa: Roda de conversa com psicóloga e autora do livro “Da lama nasce o lótus” - mediado pela Diretora da Divisão de Saúde.	33
Ginástica Laboral	65 turmas
PROST - Programa de Saúde do Trabalhador/Unifor em parceria com o TRT7 - Realização de Grupos focais com teletrabalhadores e seus gestores	22
Dia Mundial de Conscientização do Autismo: Roda de Conversa sobre o tema	29
Projeto 7 Olhares - 2 Exposições de fotografias de servidores do TRT7 com os temas: Eternize e Olhares em Compostela	44

DESCRIÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE	QTDE DE PARTICIPANTES
Campanha Novembro Azul: Apresentação do documentário “O Silêncio dos Homens” seguida de Roda de conversa mediada por psicólogo, papel de parede dos computadores com tema em alusão à campanha, iluminação do prédio sede do TRT7 com a cor da campanha, divulgação da campanha com cartazes nos elevadores da sede do TRT7 e do Fórum Autran Nunes	56
Projeto de Suporte Psicossocial ao Luto - ação junto às equipes de trabalho e às famílias enlutadas pela morte de um(a) servidor(a), através do acolhimento da dor da perda e orientações sobre aspectos práticos, que são relevantes para os familiares da pessoa falecida (pensão por morte, auxílio-funeral e outros)	01 equipe demandante
Projeto de suporte psicossocial aos servidores do interior e região metropolitana - Palestra educativa sobre saúde mental: ação junto às equipes de trabalho das varas e Fóruns do Interior e região metropolitana objetivando atuar preventivamente em problemas psicológicos e/ou relacionais; proporcionar informação, diálogo e sensibilização sobre Saúde Mental; oportunizar atendimentos individuais e facilitar o acesso a serviços que promovam qualidade de vida.	106

Tabela 25 - Campanhas e Projetos

Outras ações e entregas relevantes:

- ▶ Elaboração e divulgação de Manual de Orientação do Teletrabalho com conteúdo de saúde, ergonomia e riscos psicossociais;
- ▶ Revisão e divulgação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- ▶ Elaboração e distribuição dos Mapas de Risco das unidades do TRT7.

Adesões e Participações em licitações de outros órgãos

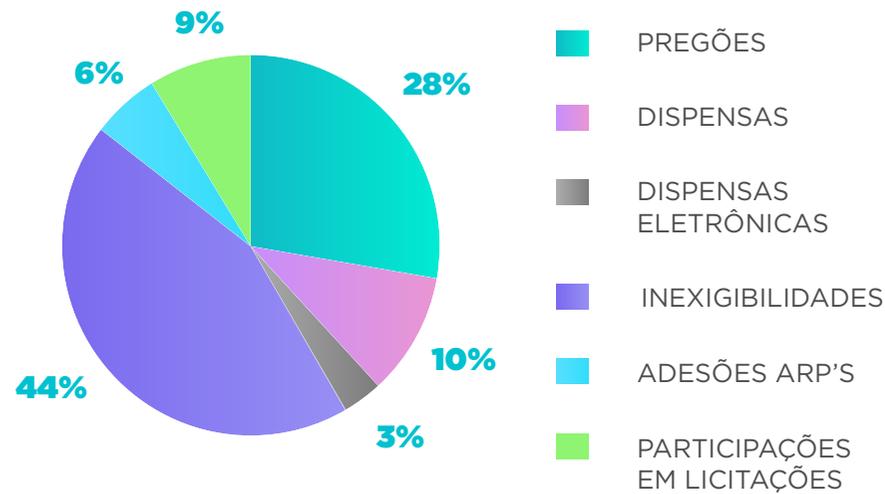


Figura 43 Gráfico 24 - Contratações

Principais desafios e ações futuras

O quadro de restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das contratações para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros constituindo-se, ao nosso ver, o principal desafio da gestão de licitações e contratos, juntamente com as particularidades e necessidades específicas de cada Unidade do Tribunal, a crescente falta de pessoal para atuar nas diferentes unidades administrativas, o elevado número de servidores aptos a aposentar, a ausência de sistemas específicos de gestão de licitações e contratos e as recorrentes mudanças da legislação também podem ser relacionadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.

CONTRATAÇÕES	
PREGÕES	42
DISPENSAS	16
DISPENSAS ELETRÔNICAS	5
INEXIGIBILIDADES	67
ADESÕES ARP'S	9
PARTICIPAÇÕES EM LICITAÇÕES	13
TOTAL	152

Tabela 26 - Contratações

Conformidade Legal

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região apresentou declaração de conformidade legal alinhada com os termos dos artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 8.429/92, do Decreto nº 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a Gestão Patrimonial na Administração Pública.

Bens Imóveis (Investimentos de Capital)

Em 2019, foram investidos R\$ 500.418,00 (Quinhentos mil, quatrocentos e dezoito reais) na Obra de Construção do Depósito do Fórum Autran Nunes (Galpão Metálico destinado a abrigar o Acervo Arquivístico deste Tribunal) - PROAD nº 267/2019. Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico nº 02 - Aperfeiçoar a gestão de custos, pois possibilitou um significativo incremento na gestão documental deste Tribunal, possibilitando a devolução de imóvel alugado, que era usado para arquivo e guarda de bens.

Para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência nos imóveis do Complexo Sede do TRT da 7ª Região, destacamos o investimento de R\$ 275.306,36 (Duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e seis reais e trinta e seis centavos), que inclui uma ampla Reforma na Sala de Sessões do Pleno, a construção de rampas de acesso, a adequação de portas e banheiros e a implantação de uma plataforma elevatória na Casa Sede, para atender ao deslocamento vertical de pessoas com mobilidade reduzida - PROAD nº 2226/2019. Na oportunidade, foi renovado todo o Sistema de Sonorização da Sala de Sessões do Pleno ao

custo de R\$ 48.967,00 (quarenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais) - PROAD nº 6222/2018.

Essas ações estão alinhadas ao Objetivo Estratégico nº 01 - Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida e ao Objetivo Estratégico nº 09 - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e os direitos da cidadania, pois trouxeram como benefícios a melhoria da infraestrutura dos imóveis deste Tribunal e a adequação dos espaços beneficiados às atuais regras de acessibilidade.

Bens Permanentes (Investimentos de Capital)

Quanto às Aquisições de Bens Permanentes, destacamos: Equipamentos de Tecnologia da Informática e Comunicação (TIC), no valor de R\$ 1.637.498,31 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, quatro e noventa e oito reais, trinta e um centavos).

Essas Aquisições também estão alinhadas com os Objetivos Estratégicos nºs 03 - Aprimorar a Infraestrutura e Governança de TIC e 08 - Fortalecer os Processos de Governança e Combate à Corrupção, possibilitando a renovação do Parque de Informática, com a Aquisição de Comutadores Switch - PROAD nº 3607/2017, Servidores em Rack - PROAD nº 4957/2019 e PROAD nº 8182/2019, *Scanners* - PROAD nº 4477/2018 e Impressoras Multifuncionais - PROAD nº 5392/2017.

Em seguida, em consonância com as Diretrizes de Sustentabilidade, destaca-se a Aquisição de 02 (dois) Veículos Híbridos - PROAD nº 5605/2018, no valor total de R\$ 255.800,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).

Desfazimento de Ativos

O Tribunal Regional do Trabalho realizou, em 2019, 09 (nove) Processos de Desfazimento de Ativos, entre Doações, Leilões, Inutilizações/Abandonos.

Os Ativos desfeitos totalizaram R\$ 100.332,29 (cem mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), destacando-se os seguintes: a) veículos; b) bens móveis em geral (mobiliário, equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos); c) bens de informática; d) divisórias.

Foram favorecidas com os Bens Permanentes desfeitos por Doação algumas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAJAN, SOCRELP e ROSA VIRGÍNIA), além da Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, da Polícia Militar do Estado do Ceará e da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mais detalhes na **Tabela 43**.

PROCESSOS DE DESFAZIMENTO DE ATIVOS	OS ATIVOS DESFEITOS TOTALIZAM CERCA DE
9	R\$ 100.332,29

PROCESSO TRT7 / PROAD	NÚMERO DE ITENS BAIXADOS	VALOR DOS BENS BAIXADOS (Após REAVALIAÇÃO)
PROAD Nº 02/2019	6	R\$ 73.844,29
PROAD Nº. 1483/2019	287	R\$ 3.872,03
PROAD Nº. 1606/2019 - (LEILÃO ADMINISTRATIVO TRT7 DMLÓG Nº. 03/2019)	1.046	R\$ 8.039,93
PROAD Nº. 1606/2019 - (DOAÇÃO)	181	R\$ 13.056,04
TOTAL	1.520	R\$ 100.332,29

Tabela 27 - Desfazimentos Ativos

Manutenção Geral dos Imóveis

Compete ao Núcleo de Manutenção do TRT 7ª Região os serviços de restaurações e consertos nos bens imóveis, sistemas de ar condicionado, energia elétrica, grupos geradores, subestações, *no-breaks*, água e esgoto prediais, sistemas de combate a incêndio e (SPDA), elevadores e portões automáticos, os quais são efetuados de forma direta ou terceirizada no complexo Aldeota (Casa Sede, Anexos I e II), no Complexo do Fórum Auran Nunes e nas Varas do Trabalho no interior do Estado. Essas ações estão alinhadas aos Objetivos Estratégicos nºs 01, 02 e 09.

ATIVIDADES RELACIONADAS A SERVIÇOS CONTINUADOS:

- ▶ Acompanhamento dos serviços de ordem preventiva e corretiva nas centrais de ar condicionado, tipo *split*, *self's*, *fancoil* e *chillers* e atendimentos a solicitações diversas pertinentes, realizados por empresa terceirizada: 942 atendimentos (-7%).
- ▶ Atendimentos a solicitações de serviços de manutenção em eletricidade: 781 atendimentos (+1%);
- ▶ Atendimentos a solicitações de serviços de reparos na rede hidrossanitária, metais, louças sanitárias e demais componentes do sistema através de empresa terceirizada: 528 atendimentos; (-3%);
- ▶ Acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 05 elevadores do TRT: 107 atendimentos; (+37%);
- ▶ Acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos: 51 atendimentos (+ 89%);
- ▶ Atendimento à solicitações de serviços de Manutenção Civil: 856 atendimentos (+ 22%);
- ▶ Atendimento a serviços diversos: 152 chamados (+ 19%);

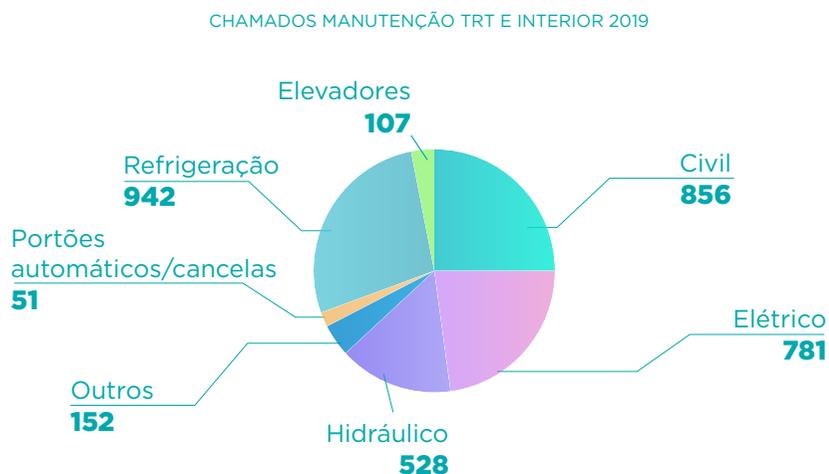


Figura 44 Gráfico 25 - Tipos de Serviços Executados em 2019 nos prédios do TRT e Interior

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE 2012 A 2019

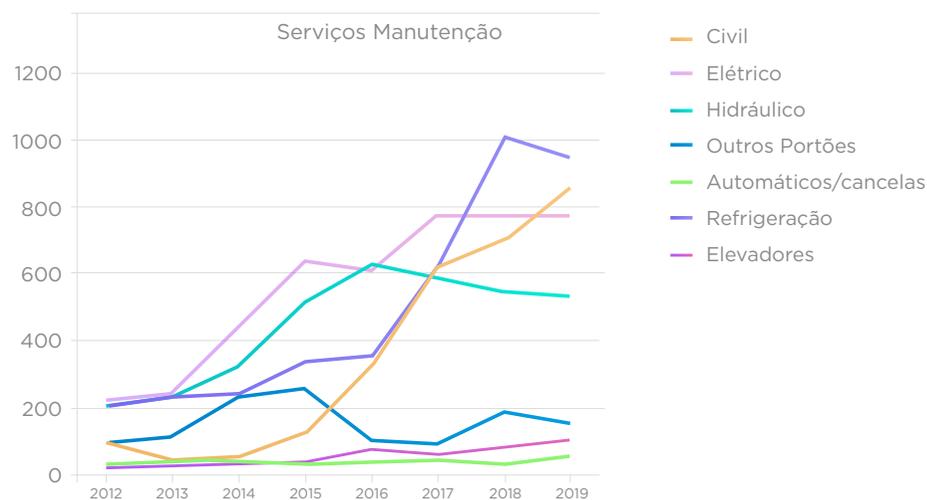


Figura 45 Gráfico 26 - Evolução de Serviços de Manutenção Executados (TRT e Interior)

EVOLUÇÃO DOS ATENDIMENTOS TOTAIS DE 2012 A 2019

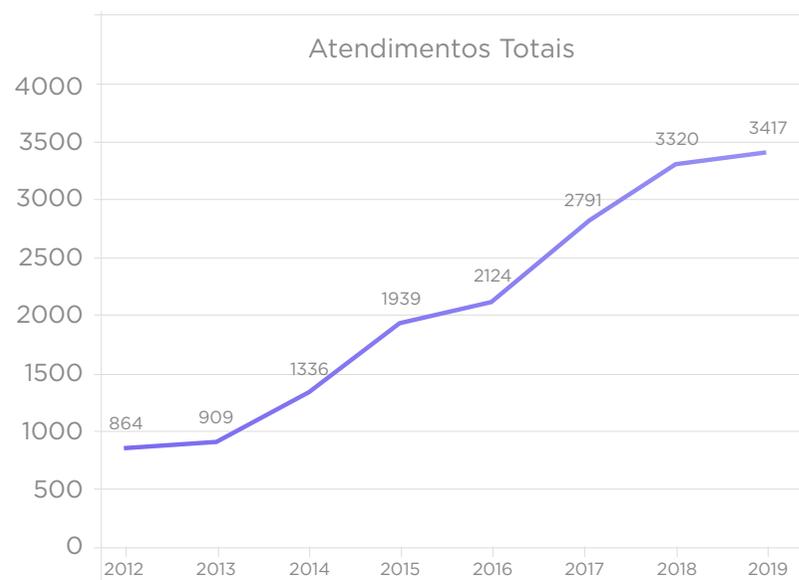


Figura 46 Gráfico 27 - Evolução de Serviços de Manutenção Executados (TRT e Interior)

RELAÇÃO DE CONTRATOS FISCALIZADOS E RECEBIDOS EM 2019

	EMPRESA	EMPRESA	OBJETO	VALOR TOTAL
1	CAGECE	4797/2015	Fornecimento de Água e Esgoto Fortaleza	R\$ 254.832,13
2	COELCE TRT Sede	4008/2015	Fornecimento de Energia Elétrica TRT Sede	R\$ 1.158.818,64
3	COELCE Ed. Manoel Arizio	19.404/2011-0	Fornecimento de Energia Elétrica	R\$ 186.286,61
4	COELCE Ed. D. Helder	3.943/2015	Fornecimento de Energia Elétrica	R\$ 726.758,45
5	ELEVADORES UNIÃO	4.743/2014	Manutenção de Elevador Fórum de Sobral	R\$ 4.533,96
6	TRANSÁGUA LTDA	PROAD 510/2019	Descarte de lâmpadas fluorescentes	R\$ 6.612,00
7	Makro Elevadores	147/2018	Manutenção Elevadores TRT e FAN	R\$ 66.649,22
8	GS AR CONDICIONADO	334/2017	Manutenção nos sistemas de Refrigeração do TRT, FAN e Interior	R\$ 553.373,75
9	AÇOS CASTRO	7885/ 2018 - 0	Aquisição de lâmpadas LED	R\$ 23.299,25
10	STARFRIO	2.074/2016	Manutenção refrigeração Fórum Cariri.	R\$ 115.188,00
11	Rogério José de Lima - ENCEL	213/2016	Manutenção de portas, portões e cancelas automáticos.	R\$ 63.127,98
12	INFANTARIA COMERCIAL	PROAD 3461 / 2018	Aquisição de Material Hidráulico	R\$ 25.498,00
13	MATEUS GUERRA	PROAD 3461/2018	Aquisição de Material Hidráulico	R\$ 73.317,64
14	COMERCIAL AGUIAR	5256/2018-4	Aquisição de Material Elétrico (Lâmpadas e Tomadas)	R\$ 7.286,05
15	JUDAH ENGENHARIA	2.340/2016	Manutenção predial instalações TRT Sede e varas do interior	R\$ 605.083,14
16	SOS ENGENHARIA	979/2019	Manutenção da subestação de Sobral	R\$ 5.273,33
17	JUDAH ENGENHARIA	5.070/2015	Manutenção predial Fórum do Cariri	R\$ 97.090,53
18	CONFORTO AMBIENTAL	PROC. 873/2017	Análise da qualidade do ar	R\$ 13.500,00
19	COLDAR SERVIÇOS	PROAD 3149/2018	Aquisição de Instalação de Aparelhos de Ar Condicionado Tipo SPLIT	R\$ 4.640,09
20	TAAGEERO COMERCIAL	PROAD 2615/2018	Aquisição de compressores para sistemas SELF	R\$ 24.124,12
21	FREITAS & ALENCAR	PROAD 1480/2019	Aquisição de serpentinas para sistemas SELF	R\$ 63.361,65
TOTAL				R\$ 4.078.255,54

Tabela 28 - Contratos Fiscalizados e Recebidos

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

- ▶ ATO nº 131/2017 - Política de Governança de TIC.
- ▶ ATO nº 100/2017 - Diretrizes para o planejamento, gestão do portfólio, avaliação de desempenho e comunicação sobre o resultado da gestão e uso dos serviços de TIC.

EXECUÇÃO DA GOVERNANÇA DE TIC - 2019

- ▶ Planejamento estratégico de TIC para o sexênio 2015/2020.
- ▶ Plano Diretor de TIC referente ao biênio 2018/2020.
- ▶ Comitê de Governança de TIC realizou 4 reuniões em 2019.
- ▶ Comitê Gestor de TIC realizou 12 reuniões em 2019.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

 **R\$ 4.088.715,13** executados em TIC.

 **5** novas versões do PJe homologadas e instaladas.

 **32** servidores especializados em TIC lotados na SETIC.
38 cargos é o déficit atual no quadro.
(Ref: Resolução CNJ nº 211/2015)

 **15193** chamados atendidos pela Central de Serviços de TIC. **84%** concluídos dentro do nível de serviço definido

 **64** projetos conduzidos

 **17** servidores receberam pelo menos **40h** de capacitação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC - PAINEL 2019

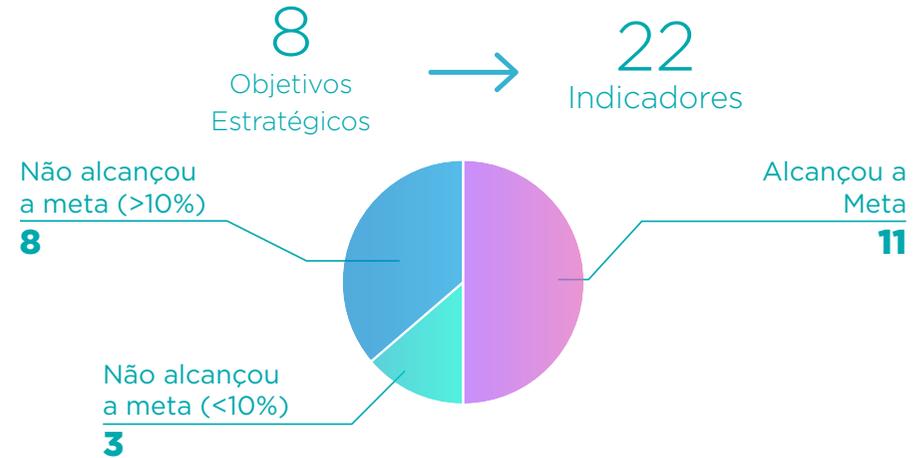


Figura 47 Gráfico 28 - Planejamento Estratégico de TIC - Objetivos e Indicadores

CONFORMIDADE LEGAL - GESTÃO DE TIC

iGovTIC-JUD 2018		
Nota do Órgão	Nível de Maturidade	
0,67	Satisfatório	
Dimensões Avaliadas	Nota do iGovTIC-JUD 2019	Nível de Maturidade
1. Das Políticas Planejamento	0,92	Excelência
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos	0,76	Aprimorado
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho de Pessoas	0,45	Satisfatório
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria - Controle de Gestão	0,60	Satisfatório
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento	0,86	Aprimorado
6. Dos Serviços de Infraestrutura	0,67	Satisfatório
7. Força de Trabalho (quadro especializado)	0,48	Satisfatório

Tabela 29 - iGovTIC-JUD 2019: Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário



Figura 48 Gráfico 29 - iGovTIC-JUD 2019: Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

Conformidade Legal Auditorias 2019

- ▶ Auditoria sobre aquisições de TIC - gerou 2 determinações e 2 recomendações, todas já atendidas (PROAD 4045/2018).
- ▶ Auditoria sobre Gestão e Governança de TIC - gerou 10 recomendações, sendo 4 já atendidas (PROAD 95/2019).
- ▶ Auditoria sobre Gestão e Governança de TIC - gerou 3 recomendações, sendo 1 já atendida (PROAD 861/2018).
- ▶ Auditoria com objetivo de averiguar a conformidade da execução do estudo qualitativo do pessoal de TIC. Concluiu pela conformidade. (PROAD 5687/2019).
- ▶ Auditoria CNJ sobre diversos itens relacionados a gestão de documentos em suporte eletrônico. Sem recomendações até o presente momento (PROAD 6815/2019).
- ▶ Avaliação do funcionamento do Comitê Gestor de Segurança da Informação. Concluiu pela conformidade (PROAD 5497/2019).
- ▶ Ação de auditoria do CSJT para avaliação da integração entre os processos de planejamento estratégico e de planejamento orçamentário. Sem recomendações até o presente momento (PROAD 6091/2019).
- ▶ Auditoria sobre teletrabalho. Sem recomendações até o presente momento (PROAD 7966/2019).

Montante de Recursos aplicados em TI



R\$ 4.088.715,13
Execução Financeira

Total de recursos executados pela SETIC em 2019



R\$ 4.856.278,00
Proposta Orçamentária

Total de recursos orçados para a SETIC em 2019



84,19 %
Execução Orçamentária

Execução foi menor devido à licitações nacionais não concluídas.

R\$ 1.786.091,56
Total de Recursos em Investimentos

R\$ 2.302.623,57
Total de Recursos em Outras Despesas

Contratações mais relevantes de recursos de TI

SERVIÇOS CONTINUADOS	
Objeto de Contratação	Executado
Serviços de rede de dados de longa distância para interligação da sede deste Tribunal a suas unidades do interior (<i>Links backup</i>)	R\$ 230.476,85
Serviços de manutenção preventiva para a solução de contingência da sala-cofre	R\$ 229.500,00
Serviço de rede de dados entre o fórum AuTRAN Nunes e TRT	R\$ 215.761,50
Serviço de manutenção preventiva para sala-cofre	R\$ 207.675,00
Contratação de serviço de Suporte Técnico, Manutenção Legal, Corretiva, Evolutiva, Preventiva, <i>Releases</i> e novas versões do Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento (último ano, substituído por sistema próprio)	R\$ 198.914,02
Serviço de suporte técnico para licenças de banco de dados Oracle	R\$ 188.314,19

Tabela 30 - Serviços Continuados

INVESTIMENTO	
Objeto de Contratação	Executado
Aquisição de servidores de rede (modernização do datacenter)	R\$ 1.268.821,07
Aquisição de switches de acesso e switches de distribuição (modernização dos ativos de rede)	R\$ 162.800,00
Solução de monitoramento de aplicações para o sistema PJe-JT	R\$ 159.612,25
Aquisição de impressoras e scanner (modernização do parque)	R\$ 91.675,80
Expansão para solução automatizada de backup (segurança da informação)	R\$ 55.131,18

Tabela 31 - Investimentos



Figura 49 Gráfico 30 - Quantidade de iniciativas executadas, distribuídas na cadeia de valor

Digitalização de serviços em 2019 - na cadeia de valor	
Uniformização Jurisprudencial	Banco Nacional de Demandas Repetitivas CNJ - NUGEP - Resolução 235/2016
Gestão de Pessoas	Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento de Justiça do Trabalho (SIGEP)
Administração Geral	Implantação do portal externo do sistema de processo administrativo eletrônico para relação com fornecedores
Prestação Jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sistema Garimpo - Localização de Depósitos Judiciais ▶ Alvará Eletrônico ▶ Automação de buscas no sistema BacenJud - Sistema SABB

Tabela 32 - Quantidade de iniciativas executadas, distribuídas na cadeia de valor

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS POR CADEIA DE VALOR	
Administração Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sistema Integrado de Licitações e Contratos ▶ Implantação do portal externo do sistema de processo administrativo eletrônico
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atualização do Sistema de Gestão de Magistrados (para contemplar turmas especiais) ▶ Implantação do Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento da Justiça do Trabalho.
Controle Interno	7 auditorias respondidas e novos controles implementados
Estratégia Organizacional	Revisão do processo de elaboração do plano diretor de TIC
Comunicação Institucional	Novo portal institucional na internet - padronizado nacionalmente pela Justiça do Trabalho
Uniformização Jurisprudencial	Banco Nacional de Demandas Repetitivas CNJ - NUGEP - Resolução 235/2016
Prestação Jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atualização do Sistema PJe (5 novas versões ao longo de 2019) ▶ Absorver os atendimentos da extinta central nacional do Pje (0800) ▶ Alvará Eletrônico ▶ Automação das consultas ao BACENJUD - Sistema SAABB
Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Modernização do sistema operacional nas estações de trabalho ▶ Ampliação dos enlaces de dados das varas do trabalho do interior ▶ Implantação da infraestrutura ágil de TIC para o sistema PJe (principal e contingência) ▶ Atualização da infraestrutura de banco de dados do sistema PJe

Tabela 33 - Principais Iniciativas e Resultados por Cadeia de Valor

SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

SEÇÃO DA NORMA NBR 27002	Prática do TRT7 Confrontada com os controles da norma NBR 27/002		
	2016	2017	2018
5 - Políticas de Segurança da Informação	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO
6 - Organização da segurança da informação	NÃO AVALIADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
8 - Gestão de Ativos	NÃO IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
9 - Controle de Acesso	NÃO AVALIADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
10 - Criptografia	NÃO AVALIADO	NÃO IMPLEMENTADO	NÃO IMPLEMENTADO
11 - Segurança Física e do Ambiente	IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO
12 - Segurança nas Operações	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
13 - Segurança nas Comunicações	NÃO AVALIADO	EM ANDAMENTO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
16 - Gestão de incidentes de SI	NÃO IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO
17 - Aspectos da SI na continuidade do negócio	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE

Tabela 34 - Práticas do TRT7 Confrontadas com os controles da norma NBR 27/002

PRINCIPAIS INICIATIVAS EM 2019

- ▶ Estruturação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), incluindo a apuração de indicador de benefício do processo e definição de meta para 2020.
- ▶ Realização da análise de riscos dos sistemas essenciais de TIC.
- ▶ Foram realizadas três reuniões do Comitê Gestor de Segurança da Informação.

- ▶ Foi instituído o processo de gestão da capacidade e disponibilidade de TIC.
- ▶ Modernização da solução de controle do tráfego da rede de dados (*firewall*).
- ▶ Revisão nas diretrizes do processo de gestão de continuidade e política de *backup*.
- ▶ Executado teste do plano de continuidade operacional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- ▶ Limitação orçamentária (EC 95);
- ▶ Conciliar redução do custo de TI com aumento de demanda;
- ▶ Quadro de pessoal muito abaixo do necessário (Acórdão TCU 750/2014; Resolução CNJ 211/2015);
- ▶ Uso de múltiplas tecnologias (excessiva heterogeneidade do ambiente);
- ▶ Conciliar as novas demandas com a execução do planejamento estratégico e tático vigente;
- ▶ Implantar a cultura de gestão de processos;

Ações

- ▶ Estabelecer o planejamento estratégico de TIC (PETIC) para o próximo ciclo 2021/2026;
- ▶ Estabelecer o planejamento tático de TIC (PDTIC) para o biênio 2021/2022;
- ▶ Possível adoção de nuvem em larga escala;
- ▶ Ampliar o uso de infraestrutura ágil;
- ▶ Possível centralização no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF, de algumas aplicações;

DCS

A Divisão de Comunicação Social (DCS) é unidade vinculada à Secretaria-Geral da Presidência do TRT da 7ª Região. Suas competências e de suas unidades de coordenação (Seção de Produção Audiovisual e Seção de Produção, Editoria e Multimídia) estão dispostas nos Artigos nº 38, 39 e 40 do Regulamento Geral da instituição (Resolução Normativa TRT7 nº 3/2020). As atividades da DCS são também submetidas ao disposto no Ato TRT7 nº 195/2010.

Para a execução de suas ações, a Divisão de Comunicação Social do TRT da 7ª Região utiliza a Política Nacional de Comunicação Social da Justiça do Trabalho (Resolução nº 80/2011), instituída pelo CSJT.

Não obstante o Plano Estratégico Institucional (PEI) do TRT da 7ª Região para o período de 2015-2020 não contemple nenhum indicador específico para a área de Comunicação Social, as ações da DCS albergam-se no Objetivo Estratégico nº 8 (fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção) e no Objetivo Estratégico nº 9 (assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania).

Até maio de 2019, a DCS contava com cinco servidores e dois estagiários. O quadro de servidores da unidade estava defasado desde abril de 2015, quando um analista de comunicação social foi lotado em outra unidade sem a devida recomposição da força de trabalho. Em junho de 2019, a DCS finalmente foi contemplada com a lotação de mais uma servidora, o que elevou sobremaneira a produtividade da unidade, permitindo, por exemplo, o retorno da produção do programa de rádio mensal Minuto do Trabalho.

Além da realização de suas atividades funcionais, em 2019 a DCS manteve membros com participação nas seguintes comissões internas do TRT7: Elaboração da Carta de Serviços; Gestão Socioambiental; Programa Trabalho Seguro; Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; Comitê de Segurança Institucional e Comitê Gestor de Segurança da Informação. Nacionalmente, compôs a Comissão do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2019, ligado ao Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, em vaga na função de assessoria.

No ano de 2019, a Divisão de Comunicação Social entregou os seguintes resultados:

PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS EM EMISSORAS		
PROGRAMA	EDIÇÕES PRODUZIDAS	VEICULAÇÃO*
Minuto do Trabalho (rádio)	30	Rádio Terra do Sol (Prefeitura de Fortaleza)
Justiça do Trabalho (televisão)	18	TV Ceará (Governo do Estado)
		TV Fortaleza (Câmara Municipal)

Tabela 35 - Produção e veiculação de programas em emissoras

* veiculação sem custos, a partir de parcerias

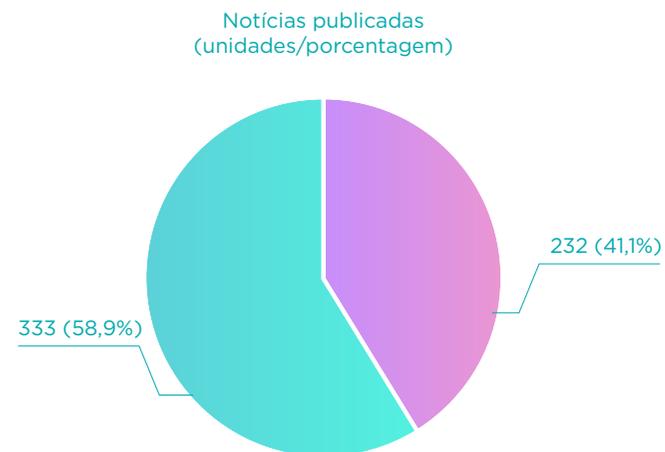


Figura 50 Gráfico 31 - Notícias publicadas

* A análise dos dados indica que cerca de 2/3 das demandas de divulgação da DCS referem-se a pautas voltadas para o público interno (intranet).

PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS E MÍDIA OOH

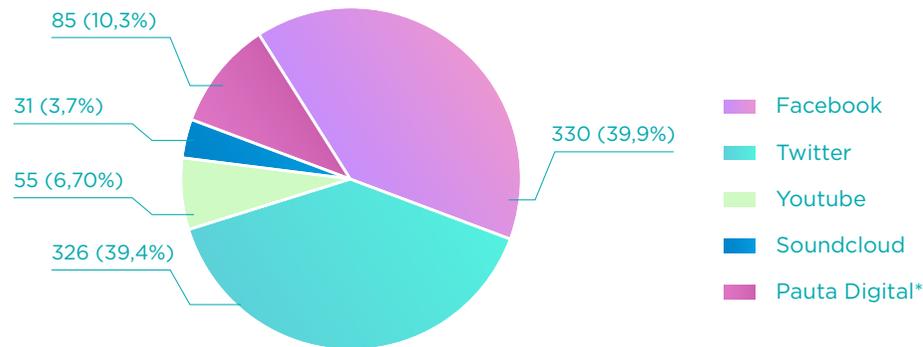


Figura 51 Gráfico 32 - Publicações em redes sociais e mídia OOH (sem custo)

*mídia OOH com plataforma própria, exibida em monitores de TV nas salas de espera das VTs do Fórum AuTRAN Nunes

CLIPPING/MONITORAMENTO: ABRANGÊNCIA

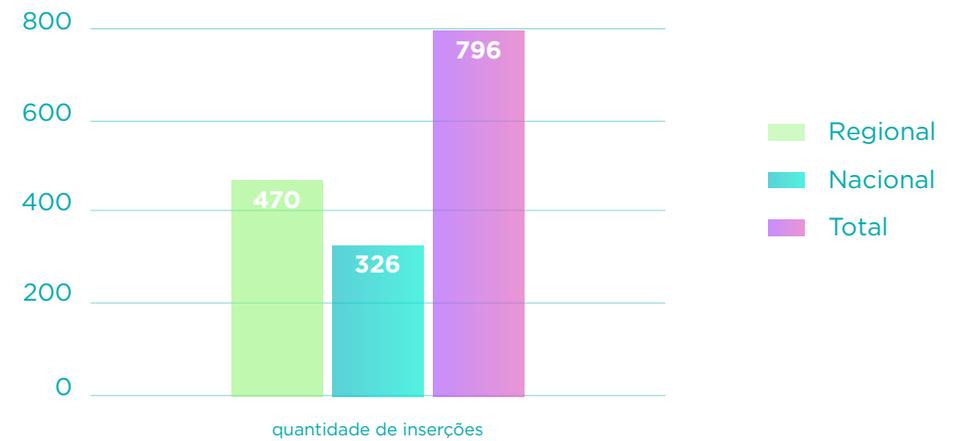


Figura 53 Gráfico 34 - Clipping/Monitoramento: Abrangência - Regional: veículos do Ceará - Nacional: veículos fora do Ceará

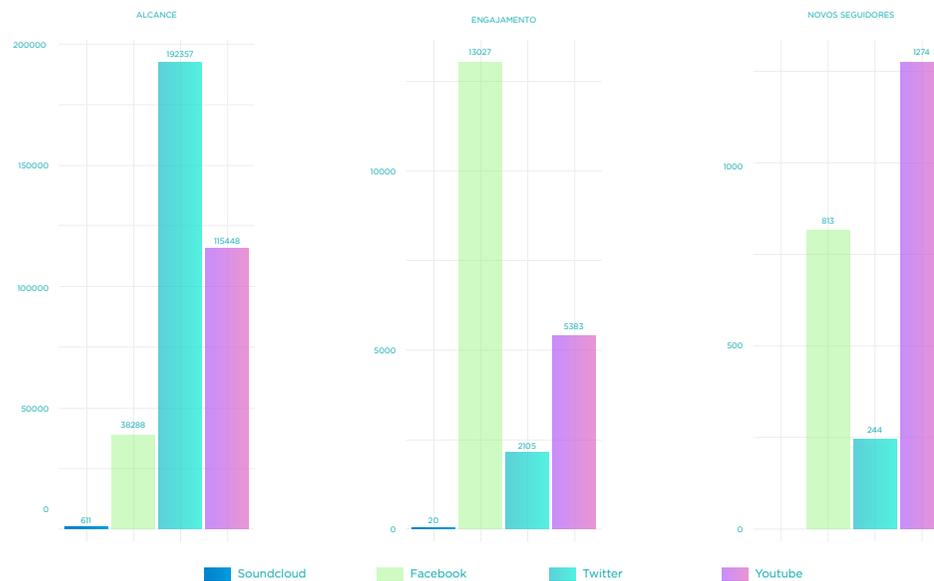


Figura 52 Gráfico 33 - Performance em redes sociais: principais indicadores

*Engajamento Twitter = curtidas + comentários + republicações

**Engajamento Youtube = gostei + comentários + compartilhamentos

*** Novos seguidores Soundcloud: dado não aferido

A análise dos dados indica que o Twitter foi a rede social de maior alcance, pois gerou o maior número de impressões (visualizações); o Facebook foi a que mais gerou envolvimento/engajamento; e que o Youtube foi a rede social que apresentou maior crescimento no número de seguidores.

CLIPPING/MONITORAMENTO: CITAÇÃO

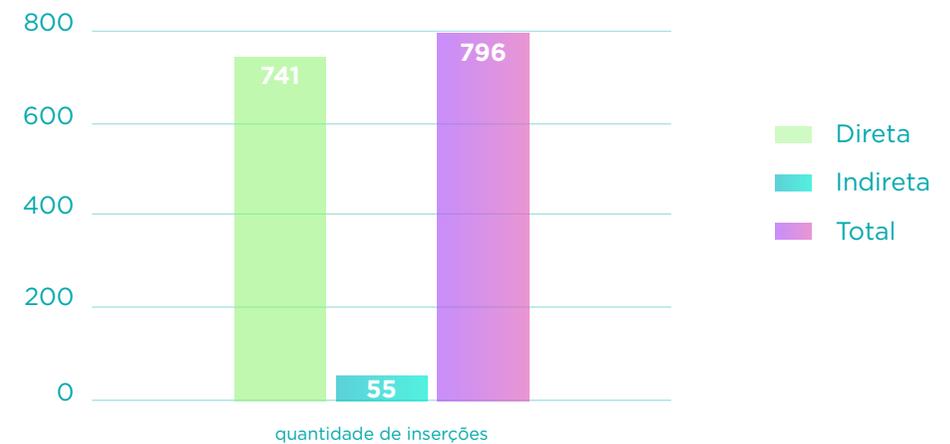


Figura 54 Gráfico 35 - Clipping/Monitoramento: Citação

Direta: quando o TRT/CE está diretamente relacionado à pauta

Indireta: quando o TRT/CE não está diretamente relacionado à pauta

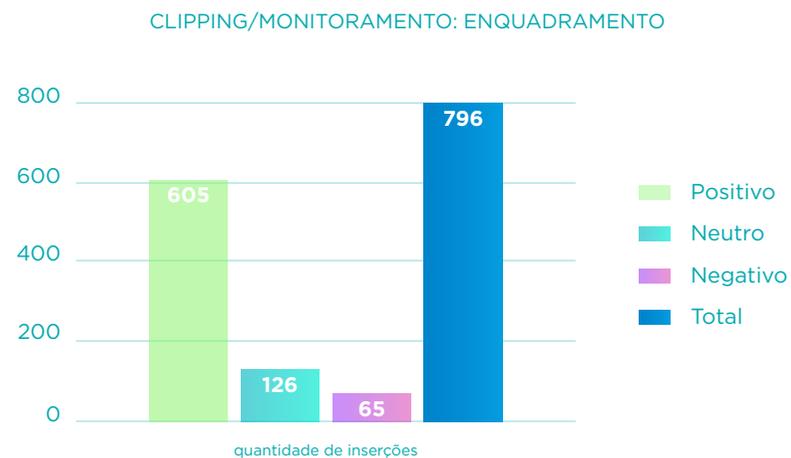


Figura 55 Gráfico 36 - *Clipping*/Monitoramento: Mídia

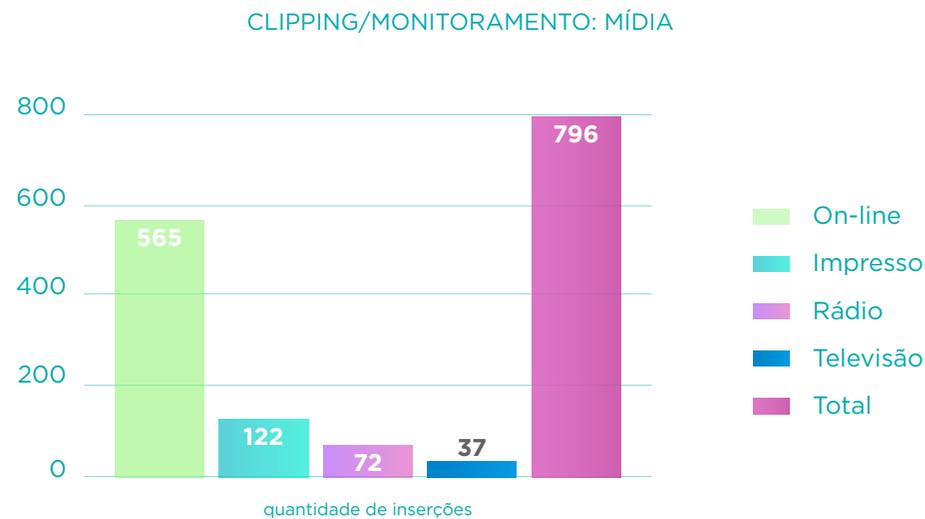


Figura 57 Gráfico 38 - *Clipping*/Monitoramento: Enquadramento - Positivo: repercussão considerada boa ao TRT/CE - Neutro: repercussão considerada indiferente ao TRT/CE - Negativa: repercussão considerada ruim ao TRT/CE

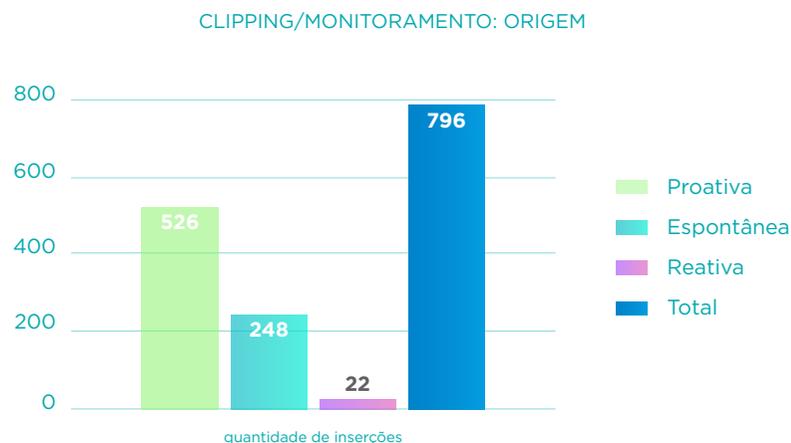


Figura 56 Gráfico 37 - *Clipping*/Monitoramento: Origem

Proativa: pauta sugerida pela DCS

Espontânea: pauta sem participação da DCS

Reativa: pauta com participação da DCS a partir de sugestão do veículo

EXECUÇÃO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA DCS (VALORES EM REAIS)

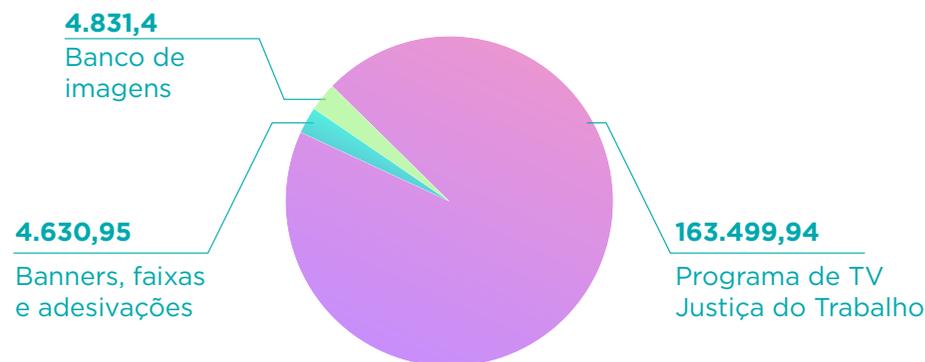


Figura 58 Gráfico 39 - Execução de Despesa Orçamentária

Banco de imagens: Contrato nº 50/2019 (Proad 7561/19)

Banners, faixas e adesivações: ARP nº 5/2019 (Proad 418/2019)

Programa de TV: Contrato 55/2017 (Proad 5399/2019)

Valor total executado: R\$ 172.962,29

DIVISÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE EM NÚMEROS

DSET

O presente relatório busca, de forma sintética, mostrar as atividades realizadas pela Divisão de Segurança e Transporte (DSET), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, tendo como referências os serviços de operações, administrativos e de inteligência. Os dados apresentados foram obtidos com base na coleta sistemática e aferição por meio dos sistemas de controle disponíveis. Dessa forma, procurou-se evidenciá-los por serviços, inclusive com uma apresentação mais simples, visando maior e melhor amplitude da percepção e o alcance do dimensionamento das atividades desenvolvidas.

As demandas executadas pela DSET em 2019, estão resumidamente demonstradas nos gráficos a seguir.

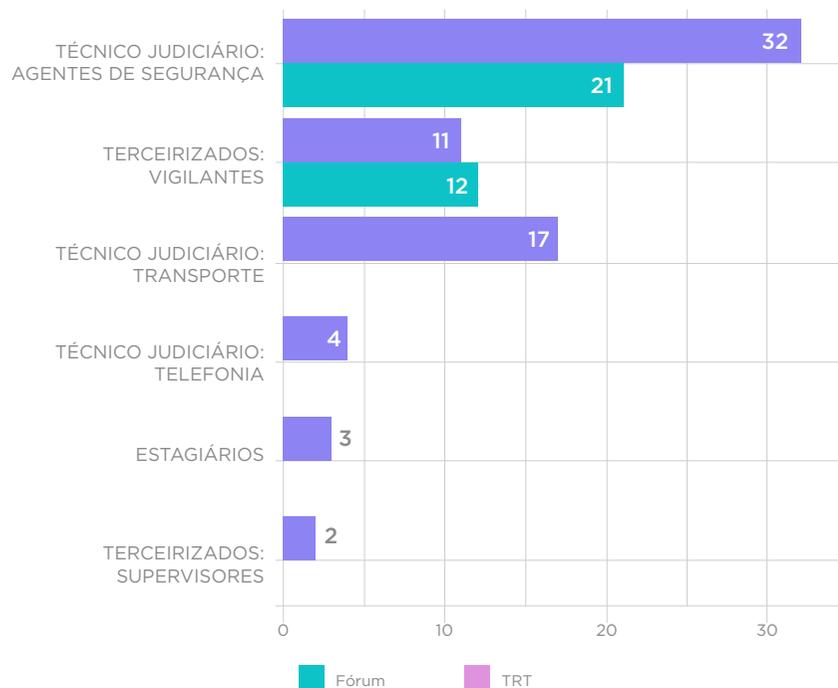


Figura 59 Gráfico 40 - Quadro de pessoal, estagiários e quantidade de empregados terceirizados sob a gestão da DSET

CONTROLE DE REGISTRO DE VISITANTES DO TRIBUNAL		
CATEGORIA	QUANTIDADE Média mensal/2019	QUANTIDADE Anual/2019
Visitantes Anual na 2ª instância	2.186	26.238
Autorizações para trabalhar no final de semana	7,6	91

Tabela 36 - Controle de visitas

AUDIÊNCIA/SESSÕES/DISSÍDIOS	2019
TOTAL	244

Tabela 37 - Controle de audiências realizadas com o apoio da segurança

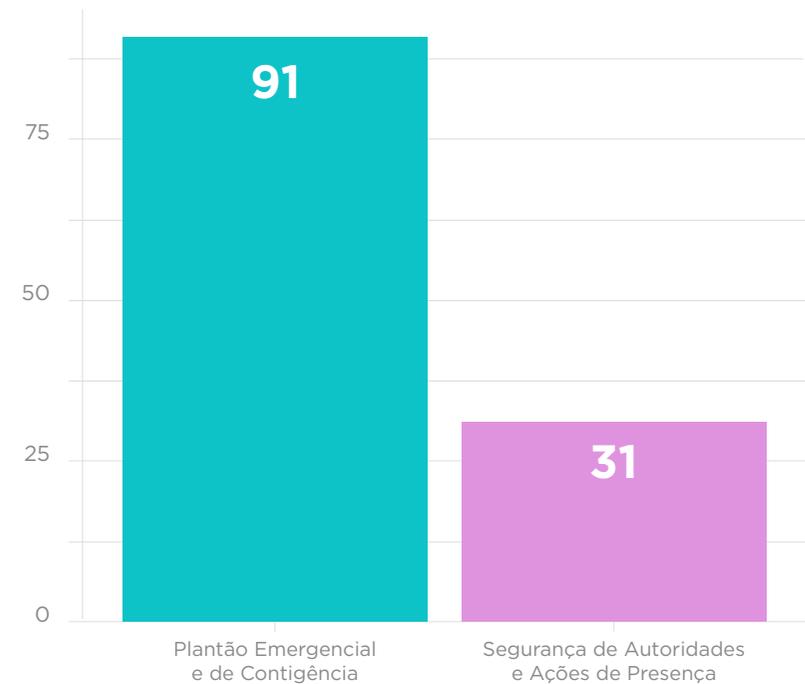


Figura 60 Gráfico 41 - Ordens de missão

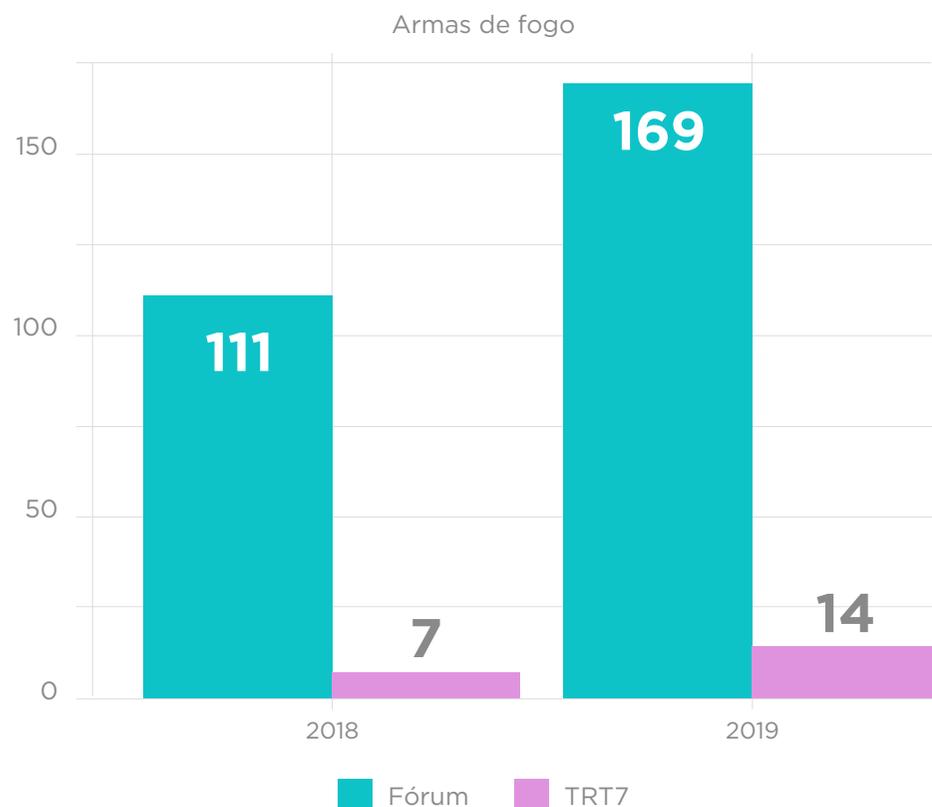


Figura 61 Gráfico 42 - Armas acauteladas pela DSET

Obs.: O Fórum Autran Nunes fez o acautelamento e devolução de 185 (Pistolas/Revolvers), armas de fogo. Isso corresponde a um aumento de 95% em relação ao ano de 2016.

MISSÕES	QUANTIDADE 2019
Realizar segurança de autoridades e Ações de Presença	244 31
Plantão emergencial e de Contingência	91
TOTAL	122

Tabela 38 - Atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Transporte, na área de segurança, transporte e administrativa.

DATA	REQUISITANTE	NATUREZA DA OCORRÊNCIA
07/01/2019	Presidente TRT7	Fechamento das Varas Trabalhistas de Maracanaú devido a atentados. PROAD 46/2019.
21/01/2019	Dra. Rossana Talia	Solicitação de reforço na segurança da Varas Trabalhistas de Maracanaú. Of. 01 VT-MARANAÚ N° 002/2019
29/03/2019	7VT Fortaleza	Senhora estava desmaiada na sala de audiências. Comunicação via telefone.
03/04/2019	Servidora Silah 17VT Fortaleza	Parte reclamante ameaçou durante a audiência testemunha da parte reclamada e apresentou comportamento estranho (falando sozinho antes do início da audiência. Comunicação via telefone.
03/04/2019	6ª VT de Fortaleza	Parte reclamada apresentar mal súbito. Comunicação via telefone.
10/04/2019	9ª VT de Fortaleza	Parte reclamada apresentar mal súbito. Comunicação via telefone.
10/04/2019	9ª VT de Fortaleza	Audiência com preso - escolta armada de presidiário.
11/04/2019	4 VT de Fortaleza	Audiência com preso - escolta armada de presidiário.
03/05/2019	17 VT de Fortaleza	Informou, por meio do telefone, que uma reclamante estava "passando mal"
16/05/2019	CFTV TRT7	Furto fiação elétrica rede pública na Rua Cel. Linhares.
16/09/2019	Gonzaga lotado na Central de Mandados	Averiguação de princípio de incêndio salão 9º andar Ed. Dom Hélder.
25/09/2019	Funcionária Terceirizada Sandra	Medidas Protetivas.
02/10/2019	Seção Médica, Odontológica e Fisioterapêutica	Mal súbito de reclamante. A seção médica solicitou, por meio do telefone, a presença dos agentes de segurança judiciária na 11ª VT de Fortaleza
23/10/2019	Gab. Dr. Tarcísio	Alerta a segurança sobre entrada de usuário alterado.
05/12/2019	João Paulo Colares de Andrade Secretaria de Tecnologia e Informação	Furto de material.

Tabela 39 - Atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Transporte, na área de segurança, transporte e administrativa.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA	QUANTIDADE 2019
Realizar segurança de autoridades e Ações de Presença	24
Mudanças/instalação de ramais	14

Tabela 40 - Atividades desenvolvidas pela área de Comunicação (antigo Seção de Telefonia)

Obs: Ressalte-se que em todas as segundas feiras de 2019, quer seja dia útil ou feriado, atualizamos entre 7h30min e 8h o desvio de chamadas no ramal do Plantão Trabalhista.

CONTRATOS ATUALMENTE VINCULADOS À TELEFONIA	QUANTIDADE 2019
Contratos de fiscalização	5
Mudanças/instalação de ramais	14

Tabela 43 - Contratos fiscalizados pela Comunicação (antigo Seção de Telefonia)

STRAN

No ano de 2019, a Seção de Transportes procurou oferecer a todos aqueles que acorrem a esta seção um excelente atendimento e um excepcional serviço, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e Magistrados desta Justiça especializada, observando sempre metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico do E. TRT da 7ª Região.

QUILOMETRAGEM PERCORRIDA EM 2019	Total de: 147.705 km
Em Fortaleza - Veículos de Serviço	45.732 Km
Em Fortaleza - Veículos de representação/Gabinetes	34.789 Km
Região Metropolitana e Interior	71.184 Km

Tabela 41 - Quilometragem Percorrida na Seção de Transportes - ST

CONSUMO DE COMBUSTIVEL EM 2019	Total: 21.921,86 litros
Gasolina Comum	11.350,08 Litros
Óleo diesel S10	8.126,24 Litros

Tabela 42 - Quantitativo relativo ao consumo de combustível do regional no exercício de 2019

CONSUMO DE COMBUSTIVEL EM 2019	Total: 21.921,86 litros
Gasolina Comum	11.350,08 Litros
Óleo diesel S10	8.126,24 Litros

Tabela 44 - Quantitativo relativo aos custos com manutenção da frota de veículos oficiais no exercício de 2019

Seção de Gestão Documental

Acervo

Seção de Gestão Documental do TRT7 é a unidade custodiadora de quatro diferentes acervos arquivísticos, quais sejam: o Acervo de processos judiciais de 1ª instância, o Acervo de processos judiciais de 2ª instância, Acervo de documentos e processos administrativos e o Acervo de pessoal. É da responsabilidade da Seção as orientações quanto à produção, guarda e classificação dos documentos produzidos em meio físico ou digital do Regional, de tal modo que parte das suas funções é consultiva, assessorando às unidades judiciárias e administrativas e zelando pela racionalização da produção e tramitação da documentação. Também está entre as atribuições da unidade o fornecimento das informações sobre a gestão de documentos no âmbito do TRT7ª Região a diversos órgãos externos, tais como CNJ, CSJT e TST.

Para além das atividades de rotina executadas pela unidade, durante o ano de 2019 a Seção implantou o Projeto de Gestão do Acervo Arquivístico de 1ª Instância da Capital, com o objetivo de reduzir este acervo de modo racional e seguro, preservando, conforme todos os critérios normativos estabelecidos, a documentação de guarda permanente consequentemente gerando um acervo apto à eliminação.

Procedimento semelhante foi adotado na Vara Trabalhista de Quixadá cujo acompanhamento se deu por meio de orientações presenciais e via *e-mail* aos estagiários a respeito da análise e separação dos acervos permanentes e intermediários, bem como procedimentos de inventário e inclusão do acervo no Sistema de Administração de Processos de 1ª Instância.

Ainda em 2019, diante da necessidade de armazenamento próprio do acervo da capital, a seção recebeu um novo galpão ao lado da sala de tratamento da documentação de onde são devidamente selecionados todos os processos para sua destinação final.



Figura 62 Foto 16 - Legenda da figura

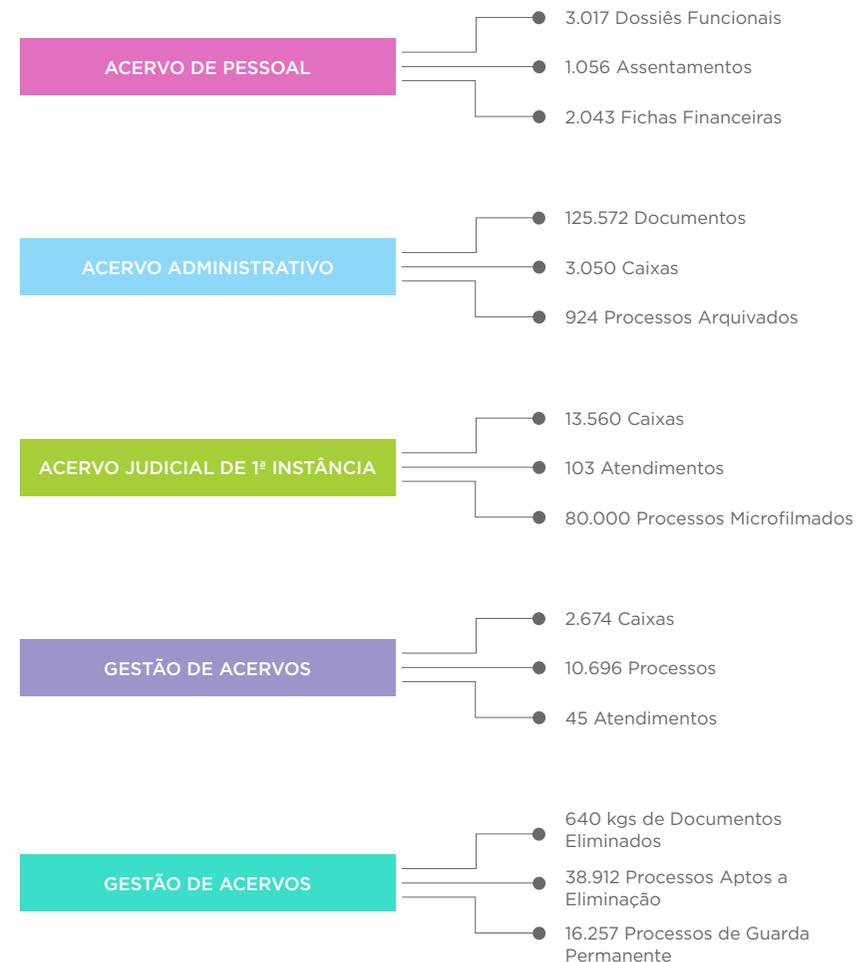


Figura 63 Gráfico 43 - Gestão dos Acervos

Seção de Biblioteca

Espaço de Estudo, Pesquisa, Aprendizagem e Integração



Figura 64 Foto 17 - Vitrine Educativa do Trabalho Seguro

Ações alinhadas com os Objetivos Estratégicos do TRT7

A Seção de Biblioteca implementa suas ações alinhadas aos Objetivos Estratégicos nº 1, nº 8 e nº 9 do TRT da 7ª Região. Em 2009, passou a fazer parte do Comitê de qualidade de vida.

Se alinha ao Objetivo Estratégico nº 1, desenvolvendo ações educativas, culturais e de lazer focadas na melhoria da qualidade de vida do corpo funcional. Destaque para o Projeto Odisseias Literárias, que utiliza a literatura como recurso que promove bem-estar, inte-

gração, humanização nas relações de trabalho, bem como potencializa o sentimento de pertença ao Órgão. Ao todo realizamos 8 (oito) encontros literários, 5 eventos culturais e finalizamos o ano com a publicação da obra: Odisseias Literárias: coletânea de escritos dos servidores do TRT da 7ª Região.

Se alinha ao Objetivo Estratégico nº 8 disponibilizando recursos bibliográficos jurídicos impressos, eletrônicos e digitais para auxiliar nos processos de formação, capacitação e educação continuada dos magistrados, servidores e estagiários. Foram mais de 60

mil acessos às fontes eletrônicas, impactando positivamente na prestação jurisdicional fomentando capacitação técnica e gerencial.

Realiza a gestão e alimenta a Biblioteca Digital do TRT7, ferramenta que se configura numa prática da gestão da informação legislativa e jurisprudencial interna se tornando um instrumento de transparência institucional porque a maioria dos documentos

digitais disponíveis são de acesso aberto à sociedade.

Nos alinhamos, também, ao objetivo nº 9, no sentido de nos aproximarmos da sociedade efetivando a Lei nº 13.696/2018 promovendo cidadania por intermédio de uma biblioteca livre criada para qualquer cidadão que adentrar aos espaços da Justiça do Trabalho no Ceará usufruir do direito ao livro, à leitura e à literatura.

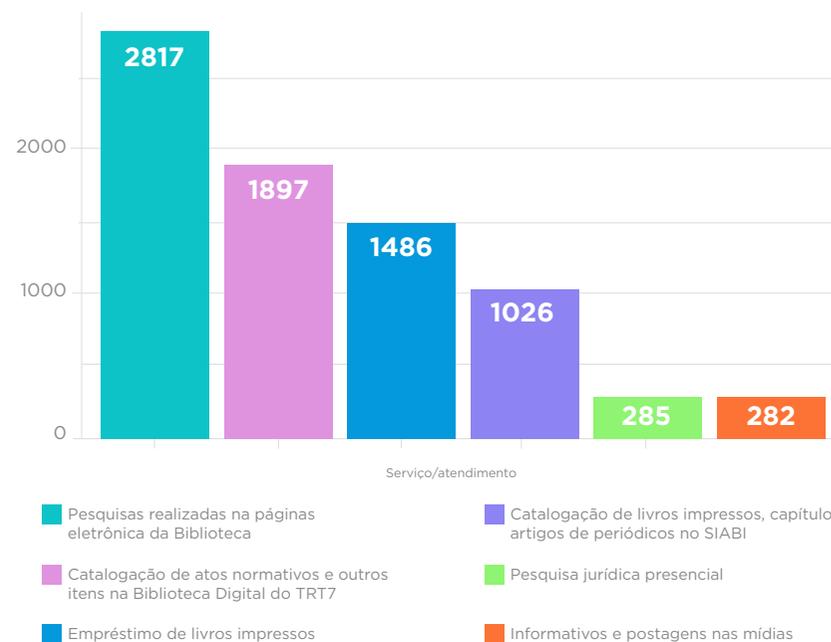


Figura 65 Gráfico 44 - Atividades realizadas pela Seção de Biblioteca em 2019

Seção de Memória e o Memorial da Justiça do Trabalho do Ceará

Nossa História

A Seção de Memória do TRT da Sétima Região preserva e difunde a memória institucional por meio de atividades culturais, educativas e técnicas, atuando nos campos da História, Trabalho e da Cidadania.

Exposições



Figura 66 Foto 18 - Exposições realizadas em 2019

Durante o ano de 2019, a Seção de Memória participou da execução de mostras temáticas, além de dar apoio técnico-operacional e de gestão em publicações oficiais e pesquisas do tribunal realizadas pelas Assessorias Técnicas de Jurisprudência e de Publicações Oficiais-DEJT.

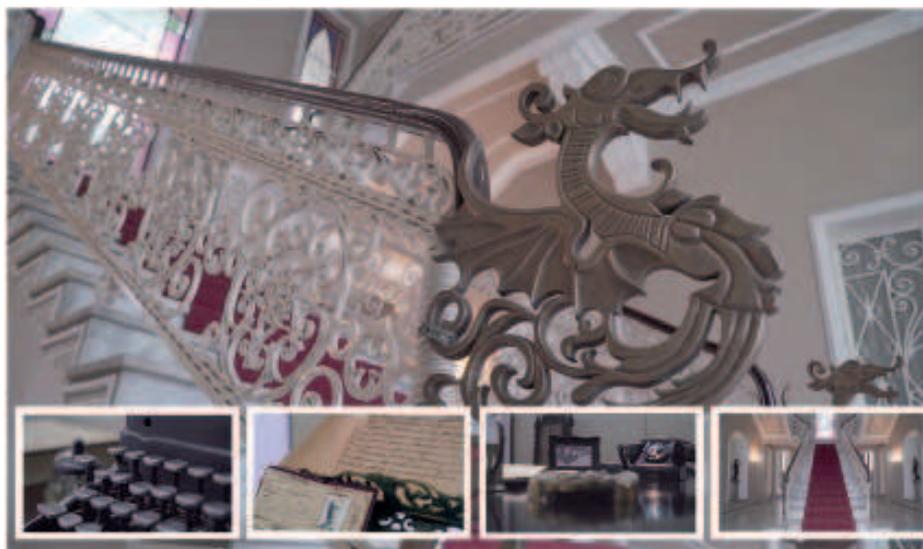


Figura 67 Foto 19 - Memorial da Justiça do Trabalho do Ceará

Atividades

- ▶ Gestão Regional do DEJT.
- ▶ Editoração e disponibilização de normativos.
- ▶ Elaboração de Boletins de Jurisprudência.
- ▶ Atendimento às solicitações de pesquisas.
- ▶ Abastecimento do repositório dos atos normativos na Biblioteca Digital.

Memorial

A Seção de Memória é a responsável pela gestão do Memorial da Justiça do Trabalho da 7ª Região e por seu acervo, formado, por insígnias, medalhas, mobiliário institucional dos anos 50 e outros em conexão com a memória do Judiciário no Ceará. Gere ainda o acervo iconográfico e algumas centenas de documentos dos anos 40, excertos biográficos, fragmentos de jornais e certificados honoríficos.

Compõe também o Fundo Documental do Memorial, um acervo de processos trabalhistas produzidos no âmbito da Justiça do Trabalho no Ceará entre os anos de 1939 e 1995.

Atividades

- ▶ Visitações.
- ▶ Guarda e preservação.
- ▶ Apoio a pesquisadores.

Dentre as atividades realizadas por essa seção, em 2019, destaca-se o trabalho de pesquisa histórica solicitado pelo CSJT, com várias informações contendo a catalogação dos objetos museológicos e dos documentos arquivísticos pertencentes à Justiça Trabalhista Cearense para a construção do **Memorial Virtual da Justiça do Trabalho**.



Figura 68 Imagem 5 - Catalogação dos objetos históricos para o CSJT

DIVISÃO EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL

Ejud7

Compõem a estrutura da Divisão Executiva da Escola Judicial do TRT-7ª Região: Seção de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor, Seção de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Assessoria Técnica de Educação a Distância.

A Seção de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor desenvolve suas atividades embasadas no Ato nº 383/2011, que estabelece normas para a realização de cursos de capacitação e desenvolvimento pelos servidores deste Tribunal, no Ato 101/2008, que estabelece critérios para a atividade de instrutoria interna, e na Resolução 192/2014 do CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

Norteia-se, ainda, pelas determinações relativas à capacitação, constantes nas Portarias Conjuntas nº 01 e 03, dos Tribunais Superiores, e pelas metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pertinentes às suas atribuições.



Figura 69 Foto 20 - Congresso Internacional "A Justiça do Trabalho no Brasil e no Mundo"



Figura 70 Foto 21 - Aula Magna - O Futuro do Direito do Trabalho

A Seção de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados é responsável pela Formação Inicial e Continuada dos Magistrados do Trabalho do TRT da 7ª Região, segundo as diretrizes traçadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

A Assessoria Técnica de Educação a Distância é responsável pela manutenção e atualização do Portal Eletrônico da Escola Judicial, pelos seus informativos e pela coordenação e execução das atividades de Ensino a Distância.

Atividades Realizadas

As atividades formativas realizadas pela Escola Judicial estão em conformidade com os Objetivos Estratégicos nº 1: "Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida", nº 4: "Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional", nº 8: "Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção" e nº 9: "Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e os direitos da cidadania", inseridos no Planejamento Estratégico 2015/2020 deste Regional.

No ano de 2019 foram realizados 54 eventos de capacitação (cursos, palestras, encontros, dentre outros) pela Escola Judicial, alguns em parceria com outras unidades do TRT7, totalizando 883 horas/aula, tendo sido capacitados 731 servidores e 72 magistrados.



Figura 71 Foto 22 - Reunião do Conselho Consultivo da Escola Judicial

Além das capacitações internas promovidas pela Escola Judicial, foi viabilizada a participação de servidores e magistrados em 86 eventos de capacitação (1.658 horas/aula) promovidos por outros órgãos da Administração Pública e por Empresas Privadas.

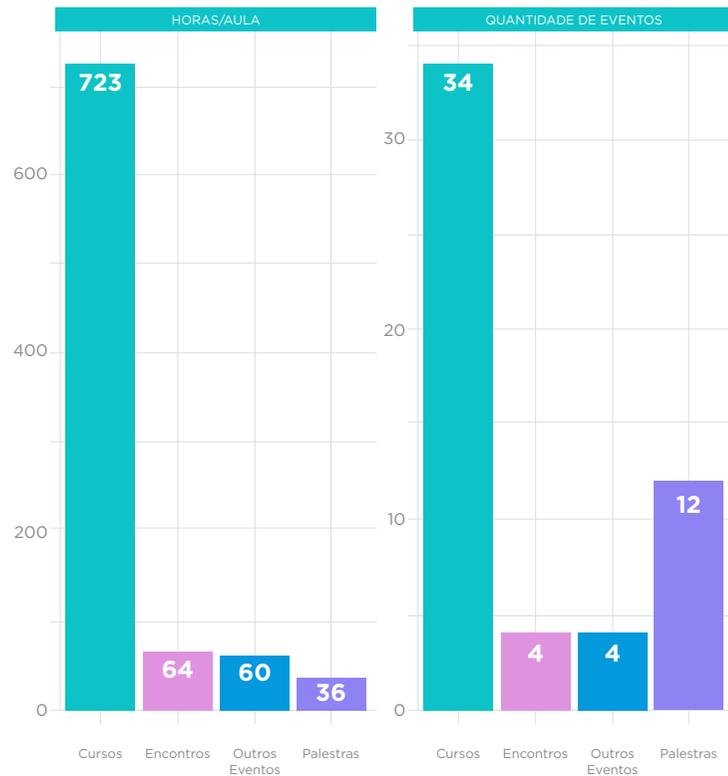


Figura 72 Gráfico 45 - Capacitações realizadas por tipo de evento

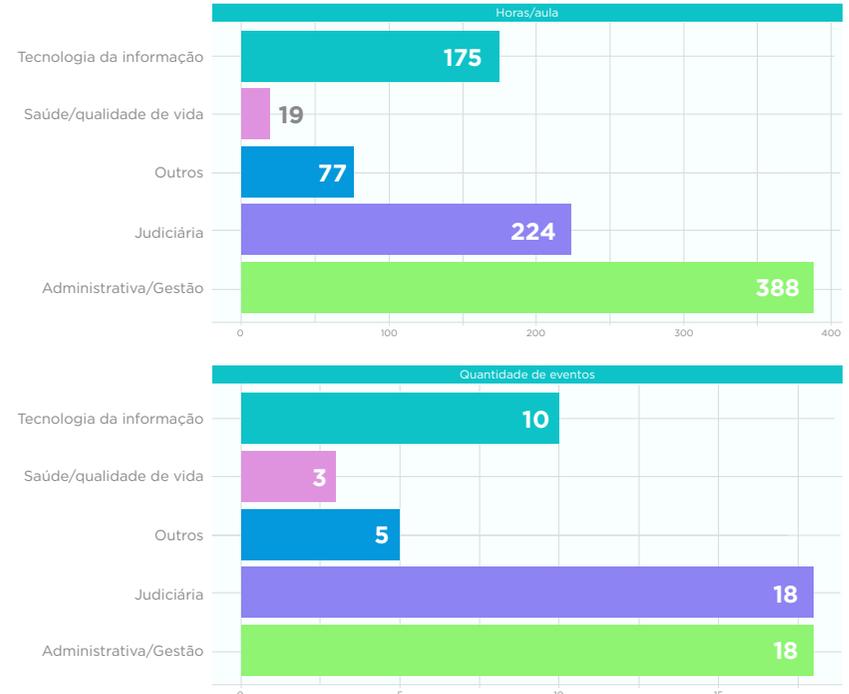


Figura 73 Gráfico 46 - Eventos realizados por área

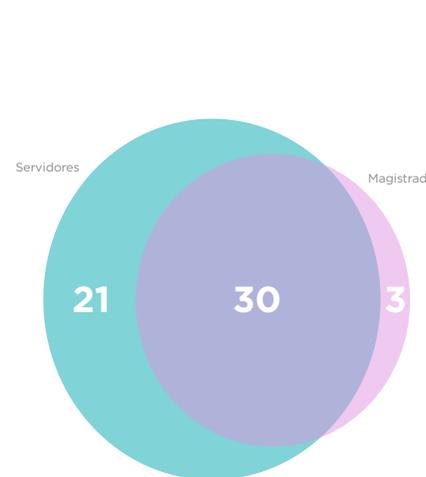


Figura 74 Gráfico 47 - Eventos Realizados por público alvo

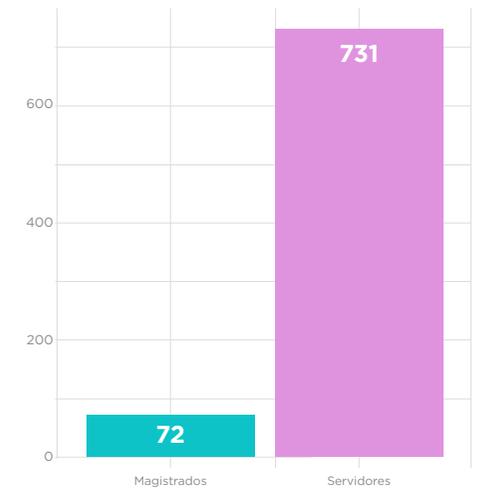


Figura 75 Gráfico 48 - Número de capacitados

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SAUDI

As atividades realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de sua competência, durante o exercício de 2019, se deram prioritariamente em adimplemento ao Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2018/2021 e ao Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2019, e em suporte às ações de controle desenvolvidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Trabalhos de auditoria realizados, conforme o PAA

O PAA 2019 previu a realização de 45 ações de auditoria em 20 áreas de governança/gestão. Durante o exercício, foram auditadas 17 áreas e realizadas 30 ações dentre 35 passíveis de execução. Não foram realizadas 10 (dez) ações de auditoria planejadas, por razões alheias à SAUDI.

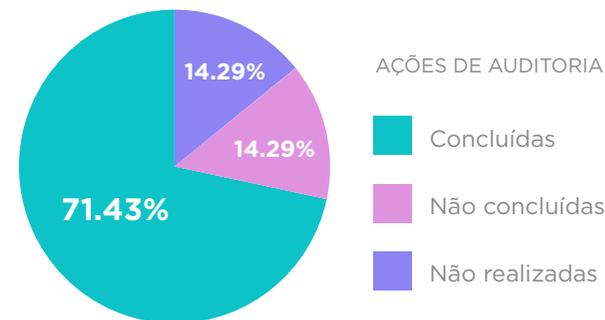


Figura 77 Gráfico 50 - Trabalho de auditoria

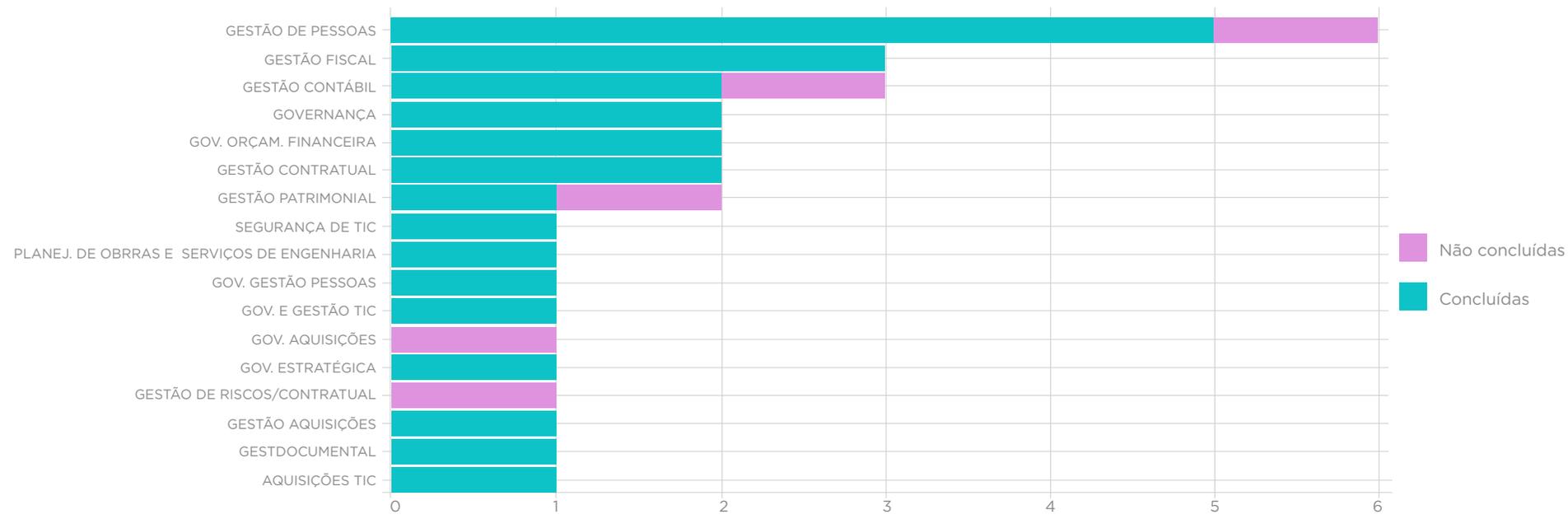


Figura 76 Gráfico 49 - Auditorias por área

Trabalhos de auditoria realizados sem previsão no PAA

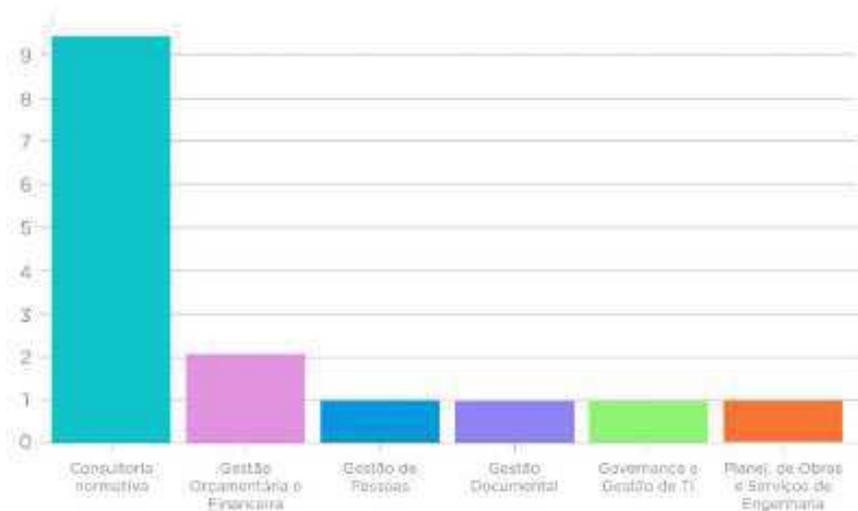


Figura 78 Gráfico 51 - Auditorias realizadas sem previsão no PAA

Atuação em suporte ao controle externo e de Conselhos Superiores, em 2019

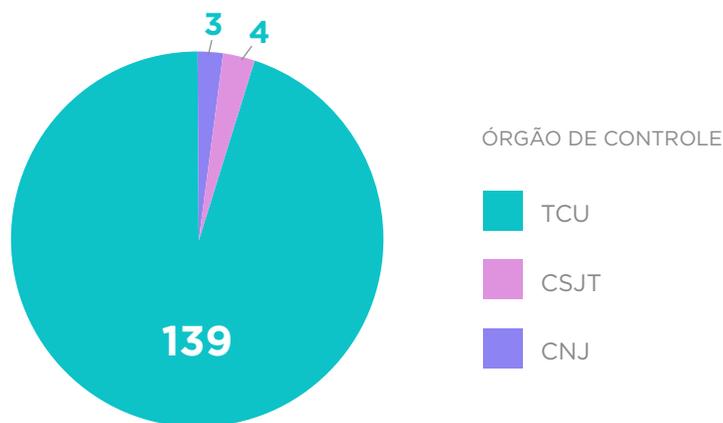


Figura 79 Gráfico 52 - Ações de Suporte ao Controle Externo

PRINCIPAIS RESULTADOS

Avaliações de Risco e Fragilidades de Controles Internos Administrativos

O modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), quanto aos sistemas de controles internos da gestão, define as seguintes estruturas:

Ambiente de controle (valores; compromisso da alta administração; estrutura organizacional; manualização de rotinas internas; definição de níveis de autoridade e responsabilidade; políticas e práticas de recursos humanos).

O resultado do iGovPub (índice de governança pública) do TRT7, em 2018, foi de 36% (estágio inicial); no fator capacidade em liderança, situou-se como inexpressiva¹ e inicial² na atividade de gestão do desempenho da alta administração (1120) e no zelo por princípios de ética e conduta (1130).

A Gestão de Processos, objeto dos Atos TRT7.GP 13 e 14/2018, pouco avançou no âmbito do Regional, importando em reduzida disseminação e compreensão das rotinas internas, assim como dos níveis de responsabilidade e de sua distribuição nas atividades dos processos.

Avaliação de riscos (com base em objetivos definidos em diferentes níveis, de modo consistente, a identificação, avaliação e gestão de riscos)

A Estratégia institucional permanece em nível macro, sem desdobramento efetivo nas diversas áreas de atuação administrativa, com exceção da Tecnologia da Informação e Comunicação. Essa circunstância dificulta a identificação e a avaliação de riscos, e consequentemente sua gestão.

Por deliberação do Comitê de Gestão de Riscos, calcado na baixa disponibilidade de recursos humanos, fora priorizada gestão de riscos pertinentes aos processos de contratação e de aquisição, no âmbito do TRT7; registrados mapeamento e a avaliação de riscos nos docs. 20, 21 e 22 do Proad 1091/2019; nos dois primeiros documentos há identificação e avaliação dos riscos para a contratação e a execução dos contratos públicos, assim como de ações para gestão desses riscos, restando pendente sua aprovação e implementação.

Atividades de controle (atividades para redução ou administração de riscos, preventivas e de detecção).

Há normatização sobre o uso de ferramentas de controle interno, destacando-se a recente Resolução TRT7 Nº 8/2019 (que regulamentou o processo de contratação no âmbito do TRT7), que estabeleceu a obrigatoriedade de diversas atividades de controle, como o uso de *check-lists* e modelos de verificação, a definição objetiva de atribuições dos diversos atores do processo, atividades de avaliação e de aprovação de demandas de contratação e o planejamento anual.

Entretanto, a implementação dessas e de outras atividades de controle, dispostas em outros normativos, permanece sendo a grande dificuldade observada no Regional.

Informação e comunicação (disponibilização de informações gerenciais e relevantes à alta administração; comunicação, da parte desta para o corpo tático e operacional, das diretrizes e objetivos).

Ressalvada a área de TIC, a ausência de objetivos tangíveis para cada área administrativa, ou de implementação dos objetivos definidos normativamente (no caso da política de contratações) fragiliza a comunicação e o engajamento para o alcance dos objetivos institucionais.

Quanto aos objetivos da área finalística, percebeu-se melhoria da comunicação, por meio da disponibilização de ferramentas (painéis) facilitadores do monitoramento dos indicadores.

Monitoramento (avaliação contínua, por parte da governança, da atuação da gestão, se em conformidade com as diretrizes e com aptidão ao alcance dos objetivos fixados).

A atuação das instâncias de governança institucional (cuja efetiva implantação é recente) é incipiente, com destaque para os órgãos pertinentes à governança de TIC.

Diante das auditorias e dos monitoramentos efetuados no exercício de 2019, pode-se concluir pela baixa capacidade dos controles internos administrativos, na identificação, evitação e correção de falhas e irregularidades, assim como de minimização de riscos.

Avaliação dos Controles Internos Relacionados à Elaboração dos Relatórios Financeiros e Contábeis

Esta Secretaria tem constatado, no curso das auditorias realizadas, que o conjunto de normas, processos e estruturas existentes permite assegurar um adequado grau de confiança nos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros, com observância ao princípio da segregação de função que mantém em figuras distintas a 6. responsabilidade pela emissão dos documentos contábeis, pelo registro da Conformidade de Registro de Gestão e pelo registro da Conformidade Contábil.

Em auditoria realizada em 2019 com o objetivo de verificar a harmonia entre os Relatórios Consolidados da Folha de Pagamento e os registros contábeis efetuados no SIAFI, no período de janeiro a julho/2019, constatou-se uma melhoria nos controles internos administrativos, identificando-se um reduzido número de falhas, de modesta relevância, cuja correção recomendada será observada em futuro monitoramento.

Metas e Indicadores de Desempenho

Foram apurados indicadores da atuação da Secretaria de Auditoria Interna e da receptividade da Administração, ante as recomendações de controle. As avaliações se deram conforme as seguintes faixas de valores:

- ▶ **Ótimo:** resultado do indicador de 90 a 100%;
- ▶ **Bom:** resultado de 70 a 89%;
- ▶ **Regular:** resultado de 50 a 69%;
- ▶ **Ruim:** resultado de 20 a 49%; e
- ▶ **Péssimo:** resultado de 0 a 19%.

Indicadores da atuação da Secretaria

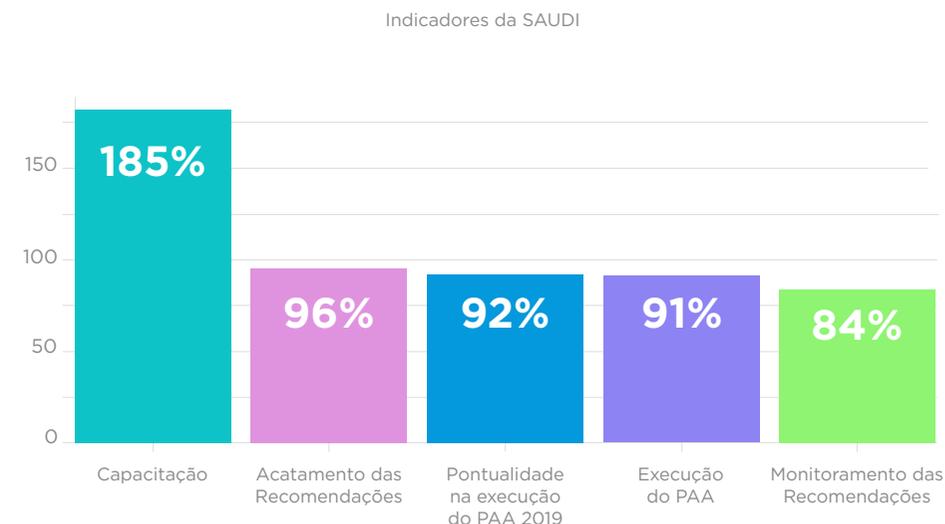


Figura 80 Gráfico 53 - Indicadores de Atuação da SAUDI

Indicadores da Administração do TRT7 - Recepção às Ações de Controle Interno e Externo

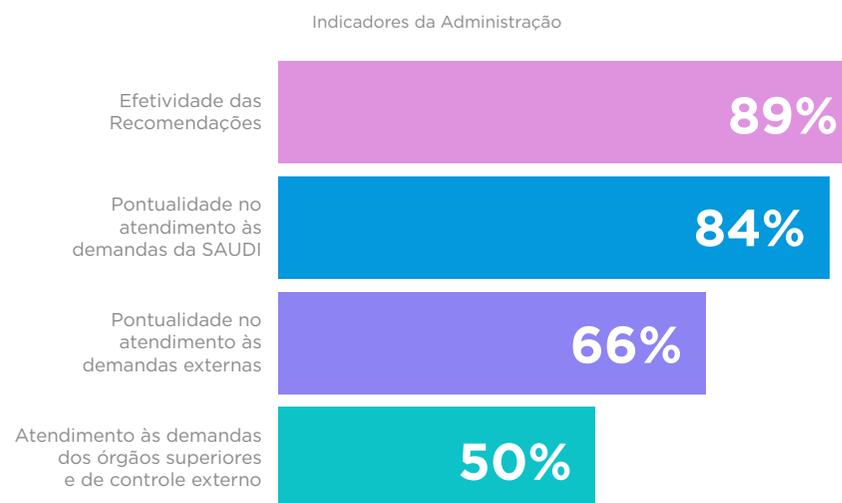


Figura 81 Gráfico 54 - Indicadores da Administração



www.trt7.jus.br



@trtceara